



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

ELAINE CRISTINA SILVA FERNANDES

**TURISMO NO POLO DOS LENÇÓIS MARANHENSES: INDÍCIOS DE
(IN)SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS DO
MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS/MA**

FORTALEZA – CEARÁ

2017

ELAINE CRISTINA SILVA FERNANDES

TURISMO NO POLO DOS LENÇÓIS MARANHENSES: INDÍCIOS DE
(IN)SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS DO
MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS/MA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Ciências e Tecnologia e Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Fernandes, Elaine Cristina Silva.

Turismo no polo dos lençóis maranhenses: indícios de (in)sustentabilidade em empreendimentos hoteleiros do município de Barreirinhas/MA [recurso eletrônico] / Elaine Cristina Silva Fernandes. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 178 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Gestão de Negócios Turísticos.
Orientação: Prof.ª Ph.D. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.

1. Empreendimentos Hoteleiros. 2. Polo Lençóis Maranhenses. 3. Barreirinhas. 4. Sustentabilidade.
I. Título.

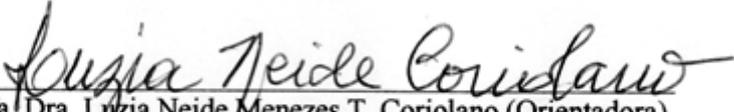
ELAINE CRISTINA SILVA FERNANDES

TURISMO NO POLO DOS LENÇÓIS MARANHENSES: INDÍCIOS DE
(IN)SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS DO
MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS/MA

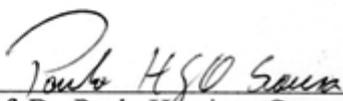
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Ciências e Tecnologia e Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Aprovada em: 23 de fevereiro de 2017.

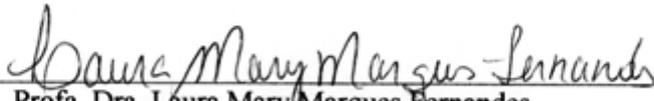
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Luzia Neide Menezes T. Coriolano (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Paulo Henrique Gomes de Oliveira Sousa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



Prof. Dra. Laura Mary Marques Fernandes
Universidade Estadual do Ceará- UECE

A Deus pelas bênçãos concedidas.

Ao meu esposo e aos meus filhos por não me deixarem desistir dando suporte necessário para que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais pelo apoio e incentivo incansável.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me capacitar e pelas bênçãos concedidas em todo tempo.

Ao meu esposo Rodson Castro Fernandes que juntamente com nossos filhos, Yan Silva Fernandes e Yanka Semíramis Silva Fernandes, tiveram paciência, amor, compreensão e companheirismo concedendo-me apoio necessário à minha dedicação aos estudos.

Aos meus pais Maria do Socorro Alves Silva e Raimundo Silva, que sempre me incentivaram estando dispostos a corroborar com aporte necessário para o meu crescimento profissional.

Aos familiares e amigos que intercederam e contribuíram de forma direta ou indiretamente para minha conquista.

Aos amigos, que me concederam estadia, suporte e hospitalidade na cidade de Fortaleza-CE,

A minha orientadora Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, pelas valiosas discussões, disponibilidade, compreensão e recomendações, sobretudo pela amizade advinda da agradável convivência.

A Coordenação do Curso em especial a secretária Adriana Fonteles Duarte, pelo pronto atendimento com responsabilidade e cordialidade sempre que precisava resolver questões relacionadas ao curso.

Aos nossos professores doutores do Curso de Mestrado em Gestão de Negócios Turístico - UECE, pelas relevantes discussões e reflexões para o desenvolvimento da turma enquanto pesquisadores do turismo.

Aos colegas de turma, pela parceria na produção dos artigos e trabalhos de campo, bem como pelo companheirismo nas horas difíceis.

A Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão – FAPEMA, enquanto instituição de fomento à pesquisa pela concessão da bolsa de mestrado.

A Universidade Federal do Maranhão – UFMA, instituição de ensino superior da qual sou docente do Departamento de Turismo e Hotelaria – DETUH/CCSo, pela concessão de afastamento para qualificação profissional.

Aos colaboradores desta pesquisa (setor público, empreendimentos hoteleiros e comunidade) no município de Barreirinhas/MA (área de estudo desta pesquisa), que permitiram e enriqueceram a construção/conclusão deste trabalho.

Aos meus ex-alunos Amanda Sousa e Fernando Campelo, que atualmente são professores do IFMA de Barreirinhas e contribuíram com apoio e estadia no município corroborando com a aplicação de formulários e entrevistas.

“O lugar é o quadro de referência pragmático ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas. Toda ação é repleta de intencionalidade, as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”.

(Milton Santos)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo os empreendimentos hoteleiros do município de Barreirinhas/MA. Sendo a hotelaria, um dos componentes da oferta turística, desempenhando papel importante no turismo do polo dos Lençóis, torna-se relevante analisar a aplicabilidade de princípios de sustentabilidade em empreendimentos hoteleiros em Barreirinhas. O município tem o turismo como a principal atividade, o que acarreta impactos sociais e ambientais, representados pelo crescimento das edificações, algumas em locais impróprios, atrelado à especulação imobiliária e descompasso entre as realidades social e ambiental na região. O Maranhão tem buscado o desenvolvimento por meio do turismo, conseguindo estruturar o território em polos turísticos, sendo o polo dos Lençóis o principal por ser o mais demandado desencadeou aumento da oferta de bens e serviços no município. Este estudo considera a importância dos princípios de sustentabilidade aplicados aos meios de hospedagem para que o desenvolvimento da atividade turística engendre benefícios perenes para essa região. Deste modo o objetivo é compreender a relação entre o turismo no polo dos Lençóis Maranhenses e os indícios de sustentabilidade em empreendimentos hoteleiros do município de Barreirinhas. Foi utilizado o método dialético com análise de dados quantitativa. Realizou-se revisão de literatura, para aprofundamento teórico-metodológico. Determinou-se no universo de 45 (quarenta e cinco) meios de hospedagem do município uma amostra de 20 (vinte) empreendimentos hoteleiros, cuja coleta de dados se deu por meio de aplicação de entrevista e questionário composto de perguntas abertas e fechadas, sendo elaborado a partir dos requisitos de sustentabilidade dispostos na Norma de Sistemas de Gestão da Sustentabilidade em Meios de Hospedagem - ABNT NBR 15401:2014, no Guia de "Turismo e Sustentabilidade" e no SBClass – Sistema de Classificação de Meios de Hospedagem. Tal instrumento foi direcionado aos sujeitos dos meios de hospedagem, gestão pública e comunidade, cujo período de aplicação ocorreu entre os meses de abril a setembro de 2016. Assim, os resultados revelaram que o arquétipo da sustentabilidade nos meios de hospedagem encontra-se parcialmente difundido pelas gestões e operacionalizações, apresentando nível de desempenho e implementação dos princípios sustentáveis relativamente em conformidade e em alguns casos insatisfatório, significando que a questão da certificação ambiental nos

meios de hospedagem do município de Barreirinhas ainda está distante de ser alcançada de forma plena. Por fim conclui-se que a proposição da sustentabilidade em meios de hospedagem precisa transcender a rotulação “sustentável”, pois deve apresentar transformação de uma dada realidade socioeconômica, ambiental e cultural de determinado território a partir da atuação efetiva de todos os sujeitos do turismo, sendo que o conjunto de princípios engendrados para guiar os esforços à sustentabilidade tem possibilitado a elaboração de critérios diferenciados para gerenciamento do desempenho de práticas sustentáveis nas organizações hoteleiras.

Palavras-chave: Empreendimentos Hoteleiros. Polo Lençóis Maranhenses. Barreirinhas. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This research had as object of study the hotel developments of the municipality of Barreirinhas/MA. Being the hotel industry, one of the components of the tourism offer, playing an important role in the tourism of the Lençóis polo, it becomes relevant to analyze the applicability of sustainability principles in hotel developments in Barreirinhas. The municipality has tourism as the main activity which entails social and environmental impacts, represented by the growth of buildings, some in inappropriate places, coupled with real estate speculation and mismatch between social and environmental realities in the region. Maranhão has sought development through tourism, managing to structure the territory in tourist poles, being the center of the Lençóis the main one for being the most demanded triggered an increase of the supply of goods and services in the municipality. This study considers the importance of the principles of sustainability applied to the means of lodging so that the development of the tourist activity generates perennial benefits for this region. In this way the objective is to understand the relationship between tourism in the Lençóis Maranhenses area and the sustainability indicators in hotel developments in the municipality of Barreirinhas. The dialectical method was used with quantitative-qualitative data analysis. A review of the literature was carried out, for theoretical-methodological deepening. A sample of 20 (twenty) hotel developments was determined in the universe of 45 (forty-five) lodging facilities of the municipality, whose data collection was done through an interview application and a questionnaire composed of open and closed questions, being elaborated Based on the sustainability requirements set forth in the Sustainability Management Systems Standard in Means of Hosting - ABNT NBR 15401: 2014, in the Guide to "Tourism and Sustainability" and SBCClass - System of Classification of Means of Lodging. Such instrument was directed to the subjects of the means of lodging, public management and community, whose period of application occurred between the months of April to September of 2016. Thus, the results revealed that the archetype of sustainability in the means of lodging is partially diffused By the level of performance and implementation of the sustainable principles that are relatively compliant and in some cases unsatisfactory, meaning that the issue of environmental certification in the means of accommodation of the municipality of Barreirinhas is still far from being fully achieved. Finally, it is concluded that the proposal of sustainability

in means of lodging needs to transcend the labeling "sustainable", since it must present a transformation of a given socioeconomic, environmental and cultural reality of a given territory, based on the effective performance of all tourism subjects, And the set of principles designed to guide efforts towards sustainability has made it possible to develop differentiated criteria for managing the performance of sustainable practices in hotel organizations.

Keywords: Hotel Developments. Polo Lençóis Maranhenses. Barreirinhas. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos municípios e povoados dos Lençóis/MA.....	41
Figura 2 – Vista parcial do PNLM (dunas e lagoas)	52
Figura 3 – Localização dos grandes e pequenos Lençóis.....	57
Figura 4 – Mapa do Roteiro Integrado – Rota das Emoções	83
Figura 6 – Meios de hospedagem do município (resorts, hotéis e pousadas)	100
Figura 7 – Órgãos público ligados à atividade turística em Barreirinhas.....	101
Figura 8 – Portal de entrada do município de Barreirinhas	102
Figura 9 – Beira Rio, principal ponto turístico de Barreirinhas	105
Figura 10 – Oferta turística de Barreirinhas	107
Figura 11 – Selo dos restaurantes cadastrados no roteiro integrado	109
Figura 12 – Níveis de implementação da sustentabilidade em MHs	128
Figura 13 – Selo de sustentabilidade para MHs (Níveis de implementação)	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índices por dimensão, em ordem decrescente de desempenho.....	90
Gráfico 2 – Fatores que influenciaram a implementação de princípios de sustentabilidade nos MHs	116
Gráfico 3 – Arquitetura sustentável em MHs	121
Gráfico 4 – Instalação de meios de hospedagem	123
Gráfico 5 – Implementação de princípios de sustentabilidade em MHs	127
Gráfico 6 – Coleta Seletiva em MHs	130
Gráfico 7 – Concentração de programas de coleta seletiva no Brasil	132
Gráfico 8 – Tratamento de efluentes nos empreendimentos hoteleiros	133
Gráfico 9 – Medidas de economia no consumo de energia nos MHs	135
Gráfico 10 – Medidas de economia no consumo de água nos MHs	137
Gráfico 11 – Contratação de mão de obra local nos MHs	139
Gráfico 12 – Aproveitamento da mão de obra local pela hotelaria	140
Gráfico 13 – Aquisição de produtos advindos da produção local pelos empreendimentos	143
Gráfico 14 – Incentivo e valorização da cultura local	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formação histórica dos municípios da região dos Lençóis/MA.....	36
Quadro 2 – Origem de parques em diversos países	55
Quadro 3 – Municípios que compõem os polos turísticos do MA.....	74
Quadro 4 – Regiões e municípios que compõem o novo mapa do turismo/MA.....	75
Quadro 5 – Princípios de sustentabilidade dos MHs pesquisados.....	114
Quadro 6 – Princípios básicos da sustentabilidade - SEBRAE	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorização e redimensionamento do mapa do turismo/MA	75
Tabela 2 - População total, por gênero, rural/urbana – Barreirinhas.....	96
Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.....	97
Tabela 4 – Meios de Hospedagem pesquisados em Barreirinhas/MA	111
Tabela 5 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira Normas Técnicas
ADRS	Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável
APA	Área de Proteção Ambiental
APP's	Áreas de Proteção Permanente
BID	Banco Interamericano de desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAF	Cooperação Andina de Fomento
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CEPIMA	Ceará, Maranhão e Piauí
CNM	Confederação Nacional de Municípios
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CTI/NE	Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
EL	Requisito Eletivo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
MHs	Meios de Hospedagens
Mtur	Ministério do Turismo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento,
PARNA	Parque Nacional
PCTS	Programa de Certificação em Turismo sustentável
PDITs	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDSRT	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PPDR	Projeto de Plano Popular de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
SBClass	Sistema de Classificação de Meios de Hospedagem
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Município
SEMMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SINTRATHUR	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Motéis, Restaurantes, Bares em Turismo, e Hospitalidade e Regiões dos Lençóis Maranhenses
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UF	Unidade da Federação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	O POLO TURÍSTICO DOS LENÇÓIS MARANHENSE	30
2.1	AS CIDADES DO POLO E O POTENCIAL TURÍSTICO	34
2.2	O MODUS VIVENDI DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DOS LENÇÓIS	40
2.3	O PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES.....	51
2.4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCIDEM NOS LENÇÓIS MARANHENSES	65
2.5	O DESTINO DOS LENÇÓIS NA ROTA DAS EMOÇÕES	83
3	O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS NO MARANHÃO: DESTINO INDUTOR E POLARIZADOR DA REDE HOTELEIRA	88
3.1	A OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO.....	98
3.2	OS ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS.....	103
4	INDÍCIOS DE (IN)SUSTENTABILIDADE NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS/MA.....	111
4.1	PRINCÍPIOS RELACIONADOS À DIMENSÃO ECONÔMICA	115
4.2	PROCESSO DA COMUNICAÇÃO E EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS	117
4.3	PRINCÍPIOS RELACIONADOS À DIMENSÃO AMBIENTAL	120
4.4	PRINCÍPIOS RELACIONADOS À DIMENSÃO SOCIOCULTURAL	138
5	CONCLUSÃO.....	148
	REFERÊNCIAS	152
	APÊNDICES	170
	APÊNDICES A – FORMULÁRIOS APLICADOS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM (RESORTS, HOTÉIS E POUSADAS).....	171
	APÊNDICES B – FORMULÁRIOS APLICADOS EM SETOR PÚBLICO (SEMA E SETUR).....	173
	APÊNDICES C – FORMULÁRIOS APLICADOS À COMUNIDADE – LIDERANÇA COMUNITÁRIA	174
	APÊNDICES D – MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE MH (RESORT) – SUSTENTABILIDADE	175

APÊNDICES E – MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE MH (HOTEL) – SUSTENTABILIDADE	176
APÊNDICES F – MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE MH (POUSADA) – SUSTENTABILIDADE	177
ANEXOS	178
ANEXO A – SISTEMA DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE PARA MEIOS DE HOSPEDAGEM ABNT NBR 15401:2014.....	179

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo os empreendimentos hoteleiros do município de Barreirinhas, no polo dos Lençóis Maranhenses. O Estado do Maranhão possui diversos ecossistemas que proporcionam grandes possibilidades à atividade turística, que por sua vez são subutilizadas. Sendo definido como um dos maiores estados da federação e a segunda extensão territorial da região Nordeste.

Assim, esse território é caracterizado por: clima tropical, costa ou litoral recortado, vegetação de floresta com característica amazônica, praias de características tropicais, cerrados, mangues, e relevo de planícies além do relevo de planalto na região interior do estado, diversas lagoas e dunas, rios, ostentando em um deles delta em mar aberto.

O estado está localizado na região Nordeste e avizinado recebendo influências geoambientais pelos estados: ao Sul e Sudoeste o Estado do Tocantins; a Leste e a Sudeste o Estado do Piauí; a Oeste o Estado do Pará; e ao Norte o Oceano Atlântico e os estados Piauí, Tocantins e Pará, ocupando uma área de 331.983,3 km².

Sendo banhado pelos rios: Balsas, Itapecuru, Gurupi e Mearim. Na parte sul-ocidental uma pequena parte das águas escoadas para a parte ocidental. Pequenos afluentes são integrados no Sudoeste desaguando na margem oriental do rio Tocantins. Portanto, a Leste área de mata dos cocais, o cerrado ao Sul, já a Oeste área de campos inundáveis, floresta amazônica e manguezais no litoral.

Nessa perspectiva, a diversidade natural do território maranhense influenciou a criação de programas específicos e alvissareiros para a atividade turística desta região do Brasil, a partir das políticas nacionais de turismo, ou seja, da municipalização à regionalização, que resultou na organização do estado em polos turísticos, com um feixe de atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. Sendo que esse conjunto de atrativos abrange: o Polo turístico de São Luís, Polo dos Lençóis Maranhenses, Polo Chapada das Mesas, Polo Delta das Américas, Polo da Floresta dos Guarás, Polo Amazônia Maranhense; Polo Lagos e Campos Floridos; polo Cocais; polo Munim e Polo Serras, Guajajara, Timbira e Kanela.

A oferta turística do Maranhão é constituída por 640 km de litoral, rios, florestas, parques ambientais, cachoeiras, cerrados, manifestações folclóricas, patrimônio histórico e cultural. A capital do estado, o município de São Luís, está localizado ao norte, denominada de Ilha do Maranhão, com uma área de 518 km², sendo limitada ao Sul pelo Estreito dos Mosquitos, a Leste pelo Município de São José do Ribamar, a Oeste pela Baía de São Marcos e ao Norte pelo Oceano Atlântico. A capital é conhecida também como “São Luís dos Azulejos” pela arquitetura singular e histórica revelando acervo arquitetônico, artístico, paisagístico e patrimônio cultural ligado ao período colonial. Tombado pela UNESCO com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, possui mais de cinco mil imóveis que data do século XVIII, sendo conhecida como uma das maiores cidades do império português no Brasil. Ressalta-se que é a única capital brasileira fundada por franceses.

Além disso, possui extensa área litorânea que indicou a cidade e o estado ao desenvolvimento do turismo de sol e praia. Ainda que o Polo Lençóis seja principal atrativo turístico do Maranhão, e o Polo São Luís tenha menor expressividade neste segmento, o estado tem investido para reconhecimento dos demais polos de atratividade, valorizando as potencialidades. O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem sido considerado um expoente do turismo com uma área de 155 mil hectares composto por dunas, rios, lagoas e manguezais localizados no litoral oriental do Maranhão e abrange os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Sendo definido como um fenômeno da natureza.

Ressalta-se, que a zona de transição em que está localizado o Parque Nacional – PARNA encontra-se diferentes biomas; Amazônico, Caatinga e Cerrado, constituindo um mosaico de ecossistemas caracterizado como exclusivo no país, com praias, restingas, campos de inundação, campos de dunas livres e fixas, manguezais, veredas e extensas áreas de cerrado sendo preservados e de extrema importância e prioridade para a conservação (MMA, 2002).

Após a criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em 1981, e investimentos governamentais em infraestrutura e marketing, na década de 1990, a região dos Lençóis Maranhenses deixou o anonimato, configurando-se em um dos polos com números crescentes de fluxo turístico. A unidade de conservação

ambiental foi criada para preservar a integridade do feixe de dunas móveis, intercaladas por lagoas de origem pluvial. Essas lagoas por sua vez são efêmeras, se formam durante os meses de verão e outono e durante a estação seca que corresponde ao inverno e à primavera desaparecem.

A partir da intervenção do governo através da inserção do estado à Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE) (1988 e 1989) possibilitou qualificação e treinamento de recurso humanos e ampliação de ações políticas, apoiados pelo convênio com SUDENE ¹ (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Esse fato subsidiou a elaboração do “Plano Estadual de Turismo” em 1995 no Maranhão, e posteriormente reapresentado como “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo” denominado de “Plano Maior”. Destaca-se que partir da criação desse Plano Integral de Desenvolvimento do Turismo engendrou-se o desenvolvimento da atividade turística do estado em “polos turísticos”. Entretanto, é preciso destacar que esse modelo de gestão apresentou deficiências para o desenvolvimento do turismo.

A lógica governamental do PRODETUR-NE, de que o Nordeste possui imenso potencial para investimentos e geração de emprego e renda com o turismo, incentivou a criação de órgãos destinados ao planejamento do turismo resultando em projetos na região – articulados pela lógica geoeconômica do modelo empresarial de gerenciamento governamental para atrair investimentos privados.

Nesse contexto o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio Norte, ou Plano Meio-Norte, fruto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), criado pelo Ministério da Integração em parceria com o ministério do Turismo - o plano de regionalização do turismo trouxe o discurso do desenvolvimento sustentável mediante integração turística de noventa municípios de três estados da região nordeste: Maranhão Piauí e Ceará.

Assim, o Programa de Regionalização também contribuiu para inserção do Maranhão na rota dos destinos brasileiros por meio da oferta do polo São Luís e em especial o polo dos Lençóis Maranhenses com ênfase para o município de

¹ Assim o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Maranhão (PRODETUR-MA), articulado pela EMBRATUR, SUDENE, BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e CTI/NE, foi desenvolvido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR) e pela Secretaria de INFRAESTRUTURA (SINFRA).

Barreirinhas. Os Lençóis Maranhenses, por sua vez, têm se destacado, dentre outras coisas, por integrar a “Rota das Emoções”, roteiro integrado formado por Jericoacoara (CE), Delta do Parnaíba (PI), e Lençóis Maranhenses (MA).

Essas negociações desencadearam ações de ampliação de melhorias da infraestrutura turística do Estado do Maranhão, instituindo corredores turísticos interligando polos de turismo e criação de centros de dinâmicas populacionais e econômicas em cidades núcleos, ou seja, centros receptivos para o turismo no estado.

O tratamento dado ao turismo no sentido de promover o desenvolvimento torna-se, então, prioridade das políticas de governo para os Lençóis Maranhenses, sobretudo no município de Barreirinhas. Sendo posteriormente escolhido como destino indutor do turismo para atender as demandas nacionais e internacionais recebendo do Ministério do Turismo – Mtur, orientação e treinamento para o plano de ações com competitividade e desenvolvimento na região turística. Essas políticas de turismo induziram além da instalação de empreendimentos turísticos a promoção dos atrativos turísticos.

Na tentativa de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, o governo tem buscado: elevar o tempo de permanência do turista, induzir novos investimentos na infraestrutura e proposta de política de turismo atrelado reestruturação e implantação do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A singularidade paisagística do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLN transforma-o em patrimônio natural apelativo à visitação, por meio de exposição expressiva dos meios de comunicação e publicações específicas da área, influenciando a crescente e perene demanda pelo atrativo, e desperta interesses de diversos setores e atores para o incremento dessa região. Por ser considerado principal alvo de exploração turística do Maranhão, revela a necessidade de lograr o desenvolvimento dessa atividade de maneira sustentável que contemple; eficiência econômica, equidade social e conservação ambiental.

O crescimento vertiginoso e incontrolado nessa região tem provocado efeitos negativos em todas as localidades. O fenômeno parece irreversível em certas áreas, desencadeando baixa qualidade dos serviços, degradação do produto turístico e diminuição dos lucros para a comunidade e para a economia nacional. A

exemplo, o uso indevido de rios, lagos e dos campos de dunas, o aumento das construções civis em locais impróprios e especulação imobiliária, revela que o turismo tem acarretado impactos ambientais negativos e indicam a necessidade da intervenção do poder público com políticas de desenvolvimento do turismo sustentável.

O município de Barreirinhas área de estudo deste trabalho é um dos principais municípios da região dos Lençóis e está localizado na mesorregião Norte do estado do Maranhão e a margem direita do Rio Preguiças, principal rio da região dos Lençóis. O município possui atrativos naturais de maior interesse turístico da região, disponibilizando um cenário de paisagens singular. Sendo eleito o portão de entrada do PNLM, por dispor de infraestrutura turística como: diversos empreendimentos de receptivo como agências, meios de hospedagem, transportadoras, bares e restaurantes, cooperativas, estrutura regular de equipamentos e serviços necessários à visitação turística.

Esse potencial turístico natural em área física na região dos Lençóis Maranhenses não exime o município de Barreirinhas do elevado nível de desigualdade social e reduzida renda das comunidades. Entende-se que a harmonia entre as atividades turísticas e a exploração consciente dos recursos naturais sugere atividade que preserve a integridade cultural, ambiental e a diversidade biológica atendendo também as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras e dos turistas.

Assim, convém ressaltar que o município de Barreirinhas tem desenvolvimento desordenado e alheio ao que se espera de uma cidade sustentável, refletido no crescente impacto sobre os recursos naturais, nos conflitos no âmbito da cadeia do turismo e desta com os moradores da localidade, e na ampliação das desigualdades sociais conforme identificação dos indicadores sociais locais, reconhecidos como um dos piores, mesmo dentro de seu respectivo estado. (CNM, 2008). O descompasso econômico subjugado a hegemonia capitalista concentradora de riquezas em mãos de minorias, produz segregação social no estado rico em recursos naturais e potencialidades turísticas.

A estruturação da cadeia produtiva envolvendo produtores das comunidades, meios de hospedagem, restaurantes e agências, implica instrumentalização de medidas relacionadas à preservação ambiental e à inclusão

social, fortalecendo a identidade local, as redes de trabalho e aumento da renda de determinada comunidade para desenvolvimento do turismo local. Investindo em ações socialmente responsáveis torna possível que organizações públicas e privadas obtenham vantagens competitivas, aumento da produtividade e melhoria da imagem institucional frente aos *stakeholders*. O turismo, ao se desenvolver, não obstante o tamanho potencial provoca significativo impacto de ordem ambiental, social, cultural e econômico em territórios.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade evidenciam contradições induzindo a necessidade de análises do discurso para identificação da intencionalidade que direciona ou condiciona as ações e as implicações na relação dialética e dicotomizada sociedade-natureza, ressignificado em um conjunto indissociável.

A sustentabilidade na atividade turística na atual conjuntura deve envolver relação ética e transparente entre organizações e atores, a partir de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, com finalidade de preservação dos recursos ambientais e culturais, conjugada a diversidade e redução das desigualdades sociais. Portanto, a vasta rede de distribuição e serviços no turismo aponta para a necessidade de planejamento e implementação de práticas sustentáveis possibilitando o bem-estar das populações e contribuição para conservação das áreas protegidas.

Nesse sentido, a justificativa para esta pesquisa deve-se ao fato de que, sendo a hotelaria, um dos componentes da oferta turística, desempenhando papel importante no turismo do polo dos Lençóis, torna-se relevante analisar a aplicabilidade de princípios de sustentabilidade em empreendimentos hoteleiros em Barreirinhas/MA.

Portanto o município tem o turismo como a principal atividade o que acarreta impactos sociais e ambientais, representado pelo crescimento das edificações, algumas em locais impróprios, atrelado à especulação imobiliária e descompasso entre as realidades social e ambiental na região dos Lençóis Maranhenses.

O Maranhão tem buscado o desenvolvimento por meio do turismo, conseguindo estruturar o território em polos turísticos, sendo o polo dos Lençóis Maranhenses o principal por ser o mais demandado o que desencadeou aumento da

oferta de bens e serviços em Barreirinhas. Desta forma, considerando a importância dos princípios de sustentabilidade aplicados aos empreendimentos hoteleiros para que o desenvolvimento da atividade turística engendre benefícios perenes para essa região, esta pesquisa se propôs a responder aos seguintes questionamentos:

- Quais os indícios de sustentabilidade nos empreendimentos hoteleiros do município de Barreirinhas - Polo dos Lençóis Maranhenses?
- Quais as políticas públicas de turismo que incidem na região dos lençóis Maranhenses?
- O que influencia a implementação de princípios de sustentabilidade nos empreendimentos?
- Quais os princípios implementados relacionados ao sistema de gestão sustentável em meios de hospedagem e demais programas de certificação sustentável?

A fim de responder aos questionamentos da pesquisa, desenvolveu-se um estudo, cujo objetivo geral é compreender a relação entre o turismo no polo dos Lençóis Maranhenses e os indícios de sustentabilidade em empreendimentos hoteleiros do município de Barreirinhas/MA.

Assim, especificamente a pesquisa objetivou:

- Compreender o turismo no polo dos Lençóis Maranhenses e o município de Barreirinhas enquanto destino indutor e polarizador da rede hoteleira.
- Identificar os princípios de sustentabilidade adotados pelos empreendimentos hoteleiros.
- Apontar os empreendimentos hoteleiros instalados em Barreirinhas no polo dos lençóis maranhenses, a fim de classificar os que obtiveram licença ambiental e encontram-se em operação.
- Conhecer os instrumentos normativos destinados à gestão da sustentabilidade em meios de hospedagem.

Desta forma, para o desenvolvimento deste trabalho e intuito de atingir os objetivos propostos optou-se pelo método dialético. Esse método apresenta o objeto como uma totalidade, com contradições inerentes ao fenômeno estudado e a mudança dialética que se manifesta na natureza e na sociedade (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Quanto à natureza dos dados, trata-se de pesquisa com abordagem quanti-qualitativa. Utiliza-se pesquisa quantitativa quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir da amostra de uma população. Em contraponto, a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, ao examinar aspectos mais profundos e subjetivos do tema estudado (DIAS, 2000).

Diante do exposto, foi realizada revisão de literatura, para aprofundamento teórico-metodológico a partir das seguintes categorias de análises: turismo e hotelaria, políticas públicas e privadas, sustentabilidade, território, levantadas a priori em diversas fontes bibliográficas para abordagem conceitual.

Em relação aos procedimentos metodológicos determinou-se no universo de 45 (quarenta e cinco) meios de hospedagem uma amostra de 20 (vinte) empreendimentos, entre os quais são: hotéis, resorts e pousadas instalados no município Barreirinhas/MA, cuja coleta de dados no campo da pesquisa se deu a partir da aplicação de entrevista e questionário composto de perguntas abertas e fechadas, direcionados aos sujeitos empregados nos meios de hospedagem (gerentes e/ou proprietários), gestores do setor público (Secretarias de Meio Ambiente e Turismo) e representante de comunidade (líder comunitário) do município. O período de aplicação dos instrumentos ocorreu entre os meses de abril a setembro de 2016.

O delineamento da amostra no trabalho de campo constituiu-se a partir de mapeamento dos empreendimentos existentes no município de Barreirinha; consulta a documentos (projetos, planos, programas e dados estatísticos) disponibilizados pelos órgãos oficiais ligados à atividade turística e ao meio ambiente.

Para a abordagem sobre os princípios de sustentabilidade em meios de hospedagem utilizou-se como referência os requisitos: ambiental, sociocultural e econômico dispostos na Norma de Sistemas de Gestão da Sustentabilidade em Meios de Hospedagem (Associação Brasileira Normas Técnicas – ABNT NBR 15401:2014), no Guia de “Turismo e Sustentabilidade”, NIH-54: 2004 Norma Nacional do Instituto de Hospitalidade e no SBClass – Sistema de Classificação de Meios de Hospedagem.

Neste sentido, para compreensão dos elementos supra reportados inerentes à temática abordada, o trabalho está organizado da seguinte forma, além desta parte introdutória:

A segunda seção apresenta o processo de formação do “Polo dos Lençóis Maranhenses” no contexto das políticas de turismo evidenciando os desdobramentos da regionalização, e enfatizando a dialética da sustentabilidade e conflitos da atividade turística frente à dinâmica de conservação-preservação do Parque Nacional dos Lençóis e entorno abrangendo a complexidade do desenvolvimento local.

A terceira seção mostra o município de Barreirinhas no Maranhão que instituído pelas políticas de turismo como destino indutor, tornou-se polarizador dos serviços turísticos, promovendo a oferta turística que conjuga os aspectos naturais e culturais do município implicando em diversos impactos positivos e negativos a região.

A quarta seção, por sua vez, discute os indícios de sustentabilidade em empreendimentos hoteleiros do município de Barreirinhas, utilizando como parâmetro os requisitos do Sistema de Gestão da Sustentabilidade em Meios de Hospedagem da associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 15401:2014, a qual está calcada aos demais modelos de sistema entre os quais; a ABNT NBR ISO 9001(gestão da qualidade) e ABNT NBR ISO 14001 (gestão ambiental).

Além desses programas de certificação sustentável no turismo, utilizou-se também como referência os requisitos de sustentabilidade da matriz do Sistema Brasileiro de Classificação – SBCLAS. Ressalta-se que os resultados foram divididos em dimensões: econômica, ambiental e sociocultural a fim de identificar e facilitar o entendimento da implementação de princípios relacionados ao turismo sustentável em observação à NBR 15401:2014. Destacando por sua vez a percepção de colaboradores, gestores, bem como da comunidade.

Na sequência, conclui-se com algumas considerações, evidenciando os pressupostos levantados e recomendações direcionadas aos aspectos sustentáveis para desenvolvimento da atividade turística.

E por fim, apresentadas as referências que deram aporte ao estudo conjugados aos apêndices e anexos.

2 O POLO TURÍSTICO DOS LENÇÓIS MARANHENSE

O desenvolvimento por meio da regionalização do turismo conjugado às políticas municipais corroborou para a divisão do Estado do Maranhão em polos turísticos. Nessa perspectiva a diversidade de atrativos naturais e culturais também contribuiu para essa divisão do estado a partir das características e potencialidades municipais agrupadas em forma de “polos”. Tal divisão foi engendrada e inserida no instrumento denominado Plano Maior (Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão).

O Estado do Maranhão dividido em “Polos” pelo “Plano Maior” elaborado pelo Governo do Estado do Maranhão ocorreu a partir da inserção deste no PRODETUR-NE alinhado às diretrizes do mesmo e definindo ações turísticas das quais se instituiu a priori cinco polos turísticos a partir da identificação dos recursos socioculturais e naturais dos municípios: Polo São Luís, Polo da Chapada das Mesas, Polo Delta das Américas, Polo Floresta dos Guarás e Polo Parque dos Lençóis.

Tendo em vista a continuidade das ações do referido “Plano”, percebeu-se a necessidade de engendrar novas ações conjugadas às ações anteriores e às políticas nacionais de turismo, dividindo-se novamente o estado em 10 (dez) polos turísticos com o discurso da possibilidade de melhoria na qualidade de vida da população local por meio do crescimento econômico (fluxo de capital), mediante características próprias e atrativos comuns. Que são: São Luís; Munim; Parque dos Lençóis; Delta das Américas; Chapada das Mesas; Cocais; Serras Guajajara/ Timbira/ Kanela; Amazônia Maranhense; Floresta dos Guarás; e Polo Lagos e Campos Floridos (MARANHÃO, 2011).

Entre estes polos está o “Polo dos Lençóis Maranhenses” que engloba os municípios de Humberto de Campos, Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas, uma vez que esses municípios se localizam no entorno do PNLN, também denominado de grandes lençóis é considerado o maior atrativo da região.

Ressalta-se que as principais cidades que dão acesso ao Parque Nacional – PARNA e que compõem o “Polo dos Lençóis” são; Barreirinhas, considerada portal de entrada do PARNA e maior cidade da região oferecendo os atrativos chamados; circuito da lagoa azul, circuito da lagoa Bonita e esperança, Atins, Canto dos Lençóis, Foz do Rio Negro e Lagoa verde, circuito mandacaru-

caburé-vassouras; Santo Amaro com atrativos, como: Lagoa Betânia, Lagoa da Gaivota e Emendas e praia da travosa. Incluindo também visitas às comunidades tradicionais da região para o turismo de experiência. O acesso ao PARNA também é possível pelos municípios de Humberto de campos e Primeira Cruz, e apresentam cenário com diversidade de atrativos turísticos.

As agências de turismo planejam passeios aos principais atrativos turísticos dos Lençóis/MA. Portanto, os municípios considerados turísticos na região dos Lençóis estão localizados nos grandes lençóis, instituído como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (Unidade de Conservação integral) e nos chamados pequenos lençóis, instituído como Área de Proteção Ambiental – APA.

Os municípios de Paulino Neves, Tutóia e Araisos que também dão acesso aos Lençóis maranhenses estão inseridos no chamado “Polo Delta das Américas” localizado nos pequenos lençóis (área de amortização) e fazem parte do roteiro integrado Maranhão, Piauí e Ceará, constituído pelas políticas federais de regionalização que une o polo dos Lençóis e Delta das Américas no Maranhão formando o roteiro denominado “rota das emoções”.

Destaca-se que a economia dos municípios do polo turístico é a pesca artesanal, agricultura, artesanato e principalmente o turismo de massa que, sobretudo em Barreirinhas é motivado pelo considerável número de equipamentos turísticos. A atividade agrícola é desenvolvida durante o ano com o cultivo de culturas permanentes (coco, jaca, caju e carnaúba), cultivo de mandioca, arroz, feijão, cana de açúcar, milho, banana, castanha de caju, coco da praia, laranja e melancia, ressaltando que as consideradas temporárias são: milho, arroz, feijão e mandioca.

O PNLN, na atividade turística desencadeou diversos fatores na região, entre esses se evidencia os seguintes: a construção da estrada MA-402, facilitando o acesso da capital do Estado, São Luís, para Barreirinhas; divulgação expressiva dos Lençóis Maranhenses na mídia nacional e internacional e execução de projetos ao desenvolvimento do turismo. Contudo existem problemas de planejamento e de fiscalização no território, o que implica em transformação de paisagens, descaracterização dos habitats, especulação imobiliária, êxodo das comunidades residentes e fatores semelhantes devido ao considerável aumento do fluxo turístico (turismo de massa).

A demanda turística se contrapõe a mecanismos de ordenamento do uso público. Assim, convém seguir os preceitos do planejamento turístico sustentável, o ecoturismo, calcado nas bases de sustentação reforçando número reduzido de pessoas diariamente, consciência ambiental e normas sustentáveis de utilização averiguadas por agentes ligados ao processo de uso turístico do território,

Diante do exposto, os municípios do polo foram inseridos na região de planejamento, localizados entre o litoral oriental e a planície costeira adjacente, pelas potencialidades, a pesca, artesanato, culinária, agricultura, caprinocultura, pecuária, o extrativismo, fruticultura, o turismo e o ecoturismo como principais demandas (MARANHÃO, 2008).

O transporte rodoviário é o principal meio de acesso ao PARNA dos Lençóis Maranhenses. Assim, a rodovia, com extensão de 260 km, correspondente à distância entre São Luís e Barreirinhas, pode ser percorrida em um intervalo de três horas, e oferece condições adequadas e seguras para o acesso e o tráfego das populações, contribuindo, a médio e longo prazos, para o desenvolvimento da microrregião. Esse acesso aos Lençóis Maranhenses também pode ser por meio de transporte marítimo, no porto de São José de Ribamar, tendo como destino os municípios de Primeira Cruz, Humberto de Campos e Santo Amaro, um percurso de aproximadamente 12 horas passando pelos rios Peria e Alegre.

Quanto ao meio de transporte aéreo, os municípios de Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas dispõem de campos de pousos para aviões de pequeno porte, enquadrados nas categorias de monomotor e bimotor, são voos fretados, com um tempo médio de duração em torno de 40 minutos entre São Luís e Barreirinhas. Portanto, nessa modalidade de transporte, o serviço é efetuado por aeronaves particulares e por táxi aéreo.

A região do Delta do Parnaíba se constitui também via de acesso terrestre ao Polo. O roteiro envolve o trajeto pela rodovia PI-343 que liga Luís Corrêa (PI) à capital Teresina, com acesso à MA-345 no município de Pirangi, divisa do Maranhão com o Piauí, chegando até o povoado de Cana Brava. Nesse trecho, ocorre a ligação para o município de Tutoia, por meio da MA-034.

Esse acesso ocorre pela estrada municipal que faz a ligação entre Tutoia e Paulino Neves, percorrendo-se os pequenos lençóis a partir da zona de praia, até Caburé, balneário visitado com grande frequência e situado na zona de

amortecimento da Unidade de Conservação e travessia do rio Preguiças para o povoado de Atins, pelas dunas ou pela zona litorânea para entrada no PARNA dos Lençóis (CASTRO, 2010).

As redes de transporte tornaram-se elemento indispensável para a organização dos Estados a partir da Segunda Guerra Mundial. Nos países subdesenvolvidos, onde as desigualdades se agravavam tornou-se necessária a formação de Estados integrados. A integração entre o território e a economia crescia por meio de redes eficientes de rodovias e da lógica da organização dos meios de transporte, culminando em adaptação ao modelo capitalista adotado pelos grandes países desenvolvidos.

Moraes (2007, p. 43) reitera que a importância do turismo pode ser medida na “entrada do estado na tentativa de ordenamento e alavancagem desse processo”. Dessa forma o PRODETUR-NE prioriza o litoral enquanto espaço preferencial para planejamento das atividades turísticas, projetando nova imagem do sol nordestino, outrora condenado pelo flagelo da seca, e agora subjugado às campanhas publicitárias convidativas para praias nordestinas.

Na concepção de Beni (2003) o Turismo é um meio eficiente para promover a difusão de valores naturais, culturais e sociais, abrindo novas perspectivas para o desenvolvimento econômico, integrando socialmente e estabelecendo contatos culturais entre grupos situados em territórios distintos. Para entendimento do turismo, Ruschmann (1997, p. 9) destaca o conceito de turismo contemporâneo, como: “o turismo contemporâneo é a busca do verde e a fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer”.

A atenção do indivíduo ao bem-estar, por meio de aproximação da natureza, deve-se ao fato que as metrópoles estão cada vez mais à procura do ambiente natural, ou áreas verdes denominadas por alguns, diminuindo o lazer em áreas urbanas. Essa diferença remete a procura por tranquilidade promovendo o turismo ecológico ou ecoturismo em áreas que favorecem o convívio com a natureza.

As dimensões entrelaçadas da atividade turística e o território induzem e sugerem o argumento de Costa (2002, p. 87), [...] leva-nos à conclusão de que é

impossível apreender a complexidade do processo de territorialização da sociedade sem procurarmos conhecer esta múltipla interação.

No processo de indução da lógica de consumo do espaço litorâneo, o agente produtor do espaço é o Estado, por meio das políticas públicas de turismo possibilitando efetivamente a ação do mercado, com as redes de cooperações, agentes imobiliários envolvendo processo de gentrificação, condicionando o funcionamento da atividade turística.

2.1 AS CIDADES DO POLO E O POTENCIAL TURÍSTICO

Cidade é organismo de relações mais densas que a aldeia, mas o aumento do contingente populacional não é o principal fator para que a aldeia se transforme em cidade, porém é necessária a inserção de novos atores que estabeleçam novas relações dentro do convívio social, sendo estas tão necessárias como as que as originaram. Para Munford a cidade está num contexto de relações entre homem, meio e equipamentos, descrevendo-a da seguinte maneira:

Uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada. (MUNFORD, 1998, p.39)

O autor supramencionado afirma que, para melhor entendimento de cidade, é interessante pensar no que havia em momentos anteriores à sua compreensão. Antes da formação das cidades poderia se pensar apenas em uma tendência a vida social, posteriormente os seres humanos, como seres itinerantes, viviam aglomerados principalmente em abrigos naturais, como cavernas, depois passou a construir acampamentos até chegar à formação das aldeias e pequenos povoamentos, ou seja, com o passar do tempo, o homem foi modificando a paisagem e organizando-se no próprio espaço. O território dos Lençóis permaneceu quase inabitado pelo homem por muito tempo, uma vez que as vias de comunicação que:

[...] determinaram a ocupação do Maranhão estão representadas pelo sistema hidroviário, uma ocupação linear acompanhando os rios ou o litoral, utilizando principalmente os estuários dos rios e mais tarde, pelas rodovias que começaram a surgir a partir da década de 50 do século XX e se acentuaram na década de 60. Desta forma a ocupação maranhense teve áreas de ocupação bem distintas [...] tanto na origem como na estrutura social e, quanto ao desenvolvimento, permaneceram praticamente isoladas umas das outras (TROVÃO, 2008, p.11).

No interior o gado encontrou alimento, pela influência do sertão nordestino e pela província do Goiás, de quem o Maranhão demarcou suas divisas no início do século XIX, e por onde passavam as comunicações terrestres com o Rio de Janeiro, pós a demarcação da divisa dos Estados, o rio Tocantins passa a ser a via de conexão mais efetiva, possibilitando a ocupação do território pelo acesso fluvial e terrestre (TROVÃO, 2008; CASTRO 2010a). Trovão (2008, p.13) *apud* Castro (2012, p.154) explica que por via interior essa ocupação surgiu, com o gado, e pela litorânea, pela ocupação das planícies, pela dinâmica imposta à centralidade do Golfão Maranhense, onde a capital se desenvolveu.

Para o autor nos caminhos da expansão, o litoral ocidental teve duas frentes de ocupação, uma de Oeste, pela influência da capital, e outra pelo Leste, pela 'fuga' da seca ocorrida no Nordeste em vários ciclos, desde o final do século XIX. Feitosa (2005) confirma que essa ocupação do estado do Maranhão, se iniciou a partir de três frentes de povoamento, com origens e épocas diferentes: a corrente do litoral, a da pecuária ou dos criadores de gado, e a dos migrantes da seca.

Desta forma, Feitosa e Trovão (2006) discutem que a corrente do litoral contribui para o povoamento que partiu da Ilha do Maranhão dirigindo-se à porção leste, dando origem a municípios como Icatu, Primeira Cruz, Barreirinhas e Tutoia. Essa frente tinha o propósito de desenvolver a pesca, a pecuária e o extrativismo do sal. Assim os maranhenses passam a incorporar o ambiente marítimo como forma de lazer somente a partir da primeira metade do século passado.

A região dos Lençóis Maranhenses abrange os municípios de Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Tutóia, Santo Amaro e Paulino Neves. Sendo que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ocupa parcialmente Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. O registro da formação histórica desses municípios que compõem a área de influência do Parque encontra-se no plano de manejo do PARNA Lençóis, destacando que surgiram a partir da fixação e

desmembramento de povoados nas margens dos rios, os quais foram evoluindo até conseguirem ser categorizados como municípios autônomos (ICMBio, 2016).

Quadro 1 – Formação histórica dos municípios da região dos Lençóis/MA

(continua)

MUNICÍPIO	FORMAÇÃO
Humberto de Campos	Considerado o mais antigo, cujo marco de ocupação data de 1612 com a chegada da expedição de Daniel de La Touche, na Ilha de Upaon-Mirim, posteriormente denominada Santana. Até alcançar o status de município, a região recebeu as denominações de São José do Peria e Miritiba. A lei estadual nº 743 de 13 de dezembro de 1934 mudou o nome Miritiba para Humberto de Campos, em homenagem ao grande escritor brasileiro que nasceu na região.
Primeira Cruz	Criado em 28 de julho de 1947, foi desmembrado do município de Humberto de Campos e a emancipação comemorada no dia 16 de outubro de 1947, data consagrada ao aniversário de Primeira Cruz. Distante 98 km de São Luís, a cidade serviu como base de colonização dos expedicionários portugueses, no período de 14 a 22 de outubro de 1614, quando ali se instalaram provisoriamente para reconquistar São Luís. Nesta época, teve erigida uma cruz que originou o nome do município.
Santo Amaro	Estabelecido com a chegada dos jesuítas provenientes de Tutóia, onde foram expulsos pela prática de grilagem. Assentados na região dominada por restingas, os jesuítas se fixaram nas dunas, permanecendo neste local até o falecimento do jesuíta mais antigo, chamado Amaro. Assim, denominaram a região de Santo Amaro, em sua homenagem. Com o desmembramento do município de Primeira Cruz, o povoado de Santo Amaro foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 6.197 de 10 de novembro de 1994.
Barreirinhas	O nome faz alusão às barreiras de argila observadas nas margens do rio Preguiças, que chegam a atingir cerca de 10 a 20m de altura, as quais são envoltas por dunas de areias. O nome Barreirinhas foi oficializado em fins do século XVIII, recebendo oficialmente esse título no dia 10 de outubro de 1835. A Lei provincial nº 951, de 14 de junho de 1871, elevou Barreirinhas à categoria de Vila, alcançando o status de município em 29 de março de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 45.
Paulino Neves	Um antigo povoado de Rio Novo teve sua ocupação associada com o povoamento das margens do lago Taboa. O nome Paulino Neves representa uma homenagem a um coronel latifundiário do município de Tutóia, que dirigiu o município durante várias décadas. Sua criação foi efetivada pela Lei Estadual nº 6.195 de 10 de novembro de 1994.

Quadro 1 – Formação histórica dos municípios da região dos Lençóis/MA

(conclusão)

Tutóia	Surgiu a partir de ocupações à margem do Rio Tutóia, que nasce no município de Araiões e deságua no Rio Parnaíba. Os primeiros habitantes do lugar foram os índios Tremembé e pescadores nômades que circulavam pela região à procura de ovos de gaivotas. Algum tempo depois, vários habitantes da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba resolveram transferir-se para as proximidades do povoado, instalando fazendas de criação bovina e equina. Com a implantação de um porto, o povoado foi elevado à categoria de vila em 1º de agosto de 1758, em ato assinado pelo governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, recebendo o nome de Vila Viçosa no espaço territorial onde está localizado o município de Tutóia.
--------	--

Fonte: ICMBio (2016).

Quando a cidade organiza seu produto turístico preparando para ser comercializado, subentende-se que contemple as necessidades dos visitantes e transformação de um mercado que tenha foco na qualidade da oferta. A cidade pode ser considerada monumento/patrimônio em si mesma, ela registra as várias fases do desenvolvimento e consolida-se nas relações que os homens estabelecem entre si ao longo do tempo, no espaço urbano. Conforme Swarbrooke (2000), o turismo só é considerado sustentável do ponto de vista social quando envolver a comunidade no seu planejamento e administração.

O cenário da região dos Lençóis influenciou residentes, governantes e empresários a apostarem seus recursos em empreendimentos turísticos e outros serviços na região, acreditando que aquilo que antes era apenas areia improdutiva e elemento de dificuldade para acesso e escoamento da produção, passou a ser visto como potencial de atração turística. A paisagem litorânea se apresenta uniforme, retilínea e com poucos estuários, manguezais e recortes, desenhando praias semidesertos ininterruptas de enormes extensões.

A formação hidrológica no entorno da área do PNLM é caracterizada por rios, córregos, lagos, lagoas e lagunas. Neste sentido o PNL, se localiza à esquerda do rio Preguiças o qual é fonte de riqueza para as populações ribeirinhas. Atribui-se o nome “Preguiças” ao rio ao fato de terem existido, em suas margens, muitos bichos preguiças, na época da colonização. Alguns dizem que assim é chamado por suas águas correrem “preguiçosamente” em qualquer período de enchente ou de

vazante (TASSO, 2011). Às margens do rio preguiças, há uma sucessão de cenários como palmeiras, várzeas, mangues e dunas.

Esse argumento é evidenciado por Castro (2012) afirmando que o rio Preguiças se localiza no limite ocidental, cujo nome possui duas versões entre os moradores – a primeira que a vazão típica de rio meândrico, ao ser navegada, torna a jornada preguiçosa pela demora, a outra que havia muitos desses animais em suas matas – onde se estabeleceu o maior fluxo do turismo, e há maior concentração de comunidades, maior dinâmica socioespacial desde a foz até a cidade de Barreirinhas. Sublinha-se que à direita do rio Preguiças encontra-se os chamados Pequenos Lençóis que se estende até Tutóia, e começo do Delta do Parnaíba, com paisagem semelhante à do PARNA também denominado de Grandes Lençóis.

À Leste, o rio Formiga deságua próximo à foz do rio Preguiças, aumentando a quantidade de águas represadas pelos ciclos das marés e contribuindo para a diversidade local da associação de manguezais e vegetação higrófila predominantemente constituída por *Buritis* (*Mauritia flexuosa*) e *Açai* (*Euterpe oleraceae*) que se estabelece às suas margens. E a Oeste existe o rio que recebe o nome de rio Alegre que percorre 72 quilômetros, até desaguar no lago de Santo Amaro, um dos maiores do Maranhão, e é também chamado por Grande.

As águas do rio Alegre não chegam ao mar, anteriormente tratava-se de uma laguna que pela deposição sedimentar deixou de receber as águas das marés cheias, proximalmente ao povoado Travosa². Em alguns trechos ele meandra formando lagoas, como a da comunidade Betânia. Outro rio é o Peria, importante na formação dos espaços de povoamento no início da ocupação do litoral ocidental.

Enquanto o rio Negro é único corpo d'água que flui atravessando o campo de dunas dos Lençóis, possibilitou o estabelecimento das comunidades dos Britos e da Baixa Grande, graças aos seus meandros e anastomoseamento, apresentando feições como a de um lago que se espreita entre as partes baixas das dunas, como é o caso da lagoa da Esperança, dessa forma há a formação de

² Conforme Castro (2012, p. 157) 'Povoado' é um termo atribuído pelos moradores somente à Travosa e Bela Vista, em Santo Amaro e Atins e Mandacaru em Barreirinhas, os outros núcleos humanos são tratados por comunidade. Os tratamentos associam-se não só à quantidade de pessoas na localidade, mas principalmente à ligação identitária e a dinâmicas externas aos vínculos com o lugar que se apresentam em maior grau. As referências às pessoas se dão pela adjetivação: ele é do povoado Travosa, ou ele é da comunidade Avenca.

vegetação mais densa de restinga (CASTRO, 2012, p. 156). Além dos diversos rios, destacam-se ainda as lagoas, entre estas as mais conhecidas são: Lagoa Azul, Lagoa Bonita, Lagoa da Esperança, Lagoa da Gaivota, Lagoa da Betânia e Lagoa das Emendas.

O aproveitamento turístico sugere gestão eficiente e uso racional dos recursos ambientais minimizando impactos negativos. O lugar turístico provoca mudanças na paisagem e no cotidiano dos residentes ao passo que merece atenção e reflexão em relação aos eventuais problemas socioambientais advindos da atividade turística. A necessidade de ser adotada uma abordagem holística pela humanidade, “na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos em favor do alcance de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza”, [...] conservar e aproveitar a natureza não são antagônicos o uso produtivo não precisa necessariamente destruir a diversidade (SACHS, 2002, p.31-32).

Em virtude dos desdobramentos da atividade turística nessa região, especialmente em Barreirinhas, o valor dos imóveis subiu consideravelmente, antigos moradores venderam e vendem as suas áreas para empresários e pessoas com poder aquisitivo, o êxodo urbano e rural que, sobretudo vem ocasionando irreversíveis problemas sociais e econômicos para o município. Além disso, a falta de estrutura nos municípios dos Lençóis Maranhenses para receber o turismo é condição que requer zoneamento urbano ou planejamento.

Assim, o advento do turismo tem induzido residentes a acreditarem na geração de emprego. No entanto o que se observa é que gera “ocupação”, pois uma parte das atividades remuneradas ocorre por meio de serviços realizados por conta própria dos nativos, ou seja, trabalho autônomo, maior parte da mão de obra qualificada dos equipamentos turísticos provém da capital do Estado. Destaca-se que, quem tem obtido êxito com o capital aplicado em empreendimentos privados foram empresários maranhenses, e de outros Estados e empreendimentos montados com capital estrangeiro.

Sachs (2004, p37) mostra que para sua complexificação, assentada pela adição de alguns subjetivos como “econômico, social, político, cultural, sustentável é mais importante, pelas novas problemáticas”. Nesse sentido, o autor fundamenta-se na construção de um novo paradigma – desenvolvimento sustentável – definido por cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político, justificando ser uma

abrangência maior que a meramente pautada na sustentabilidade social ou ambiental.

Embora haja esforço de difusão de imagens das cidades turísticas como é o caso dessa região, os órgãos e entidades competentes, não conseguirão minimizar os conflitos existentes por simples construção de imagens. Nessa perspectiva Acselrad (2009, p. 27) contribui com a afirmação que a inserção competitiva é, nesse ideário, evocada para pressionar as cidades a se transformar em espaços autônomos em disputa, inclusive pela via da afirmação de seus atributos ambientais, por investimentos de mercados internacionalizados.

Os conflitos urbanos em torno dos “bens coletivos”, do “espaço não mercantil” por meio do qual as práticas espaciais se confrontam na disputa por sua duração, são os sintomas vivos da insustentabilidade das cidades. Assim, encontra-se alguns atores sociais no universo dos conflitos urbanos atuais, empenhando-se em sujeitar a economia do ambiente urbano às prerrogativas da “justiça ambiental”³ às cidades.

2.2 O *MODUS VIVENDI* DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DOS LENÇÓIS

O PNL conta com aproximadamente 20 povoados espalhados nas restingas pelas bordas das dunas, às margens dos rios e nas praias (MARGEM et al, 2008). Entre estes estão os povoados da região das Praias, que são: Travosa, Atins, Canto do Atins, Caburé, Mangue Seco e Santo Inácio, na região das Dunas: Queimada dos Britos, Queimada dos Paulo e Baixa Grande, e na região de Restinga: Buritizal dos Felipes, Betânea, Avenca, Baixão, Baixinha e Queimada Grande, Pé do Morro, Buriti Amarelo, Tratada de Cima, Tratada de Baixo, Buritizal,

³ O conceito de justiça ambiental surgiu nos Estados Unidos, centrado na luta travada por grupos étnicos afetados pelo racismo ambiental, pois em 1987, um relatório científico divulgado pelo Comitê para a Justiça Racial da Igreja Unida de Cristo denunciou as ligações entre a degradação ambiental e a discriminação racial. O estudo utilizava dados estatísticos para demonstrar que a localização de lixeiras com resíduos tóxicos coincidia com a das comunidades de negros, hispânicos e asiáticos. Trata-se de um marco histórico, fortemente ligado com o surgimento de movimentos de justiça ambiental nos EUA que relacionaram a luta antirracista com a defesa do meio ambiente. No Brasil a Justiça Ambiental, tem uma conotação mais ampla do que nos Estados Unidos. Para nós, justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental, apropriando-se da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça em sentido amplo e ganhou espaço através da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), criada em 2001, com o objetivo de combater a injustiça ambiental no País, ela é uma articulação formada por representantes de movimentos sociais (MOURA, 2010, p. 4-6).

população residente sobrevive do cultivo de arroz e de murici e da criação de bovinos, caprinos e suínos.

Em Travosa, a comunidade vive basicamente da pesca artesanal, utilizando vários instrumentos de pesca como zangaria, caçoeira e malhão. A pesca industrial ocorre por barcos provenientes de frotas de empresas sediadas nos municípios de Belém (PA), Luís Correia (PI) e Camocim (CE) por meio de arrastão de portas realizadas desde a foz do Rio Preguiças à foz do Rio Baleia, esta prática é considerada inadequada, conflitante e predatória.

A produção do artesanato a partir da fibra do buriti nos Lençóis Maranhenses também é importante traço cultural da população da região. No que tange a rede produtiva do artesanato são considerados três maiores geradoras de renda no município de Paulino Neves, seguido da produção da farinha de mandioca. O artesanato do buriti é apreciado pelos turistas que visitam a região e sendo bastante procurado pelos mercados externos, resultando em expressiva demanda pelo produto.

Entretanto a intensa exploração de buritizais compromete o ambiente, apontando necessidade de adequação das práticas de manejo e controle da atividade na região. O buriti é considerado uma das palmeiras mais abundantes do país, em toda a Amazônia, Brasil Centro-Oeste e partes do Nordeste e Sudeste nas áreas baixas de florestas abertas e fechadas, sobre solos mal drenados, brejosos ou inundados (LORENZI et al., 2004; RIGUEIRA et al., 2002). Apesar de ser uma das espécies de palmeira mais utilizadas comercialmente para extrativismo em todo o Brasil, são raros os estudos que tratem de aspectos relacionados ao extrativismo, a viabilidade econômica e ambiental desta palmeira (MAURICIO; SARAIVA; COMAPA, 2005).

Nessa região, o buriti é uma espécie-símbolo fundamental no equilíbrio dos ecossistemas, auxiliando na manutenção dos corpos hídricos e umidade do solo nas épocas secas. Ainda que seja uma das espécies de palmeira mais comercializadas para extrativismo em todo o país, são raros os estudos relacionados ao extrativismo, a viabilidade econômica e ambiental. Diversas atividades extrativistas são praticadas na área do Parque, além da exploração da palmeira do buriti existem a de babaçu, tucum e carnaúba, destas se extraem principalmente

palha, cera, amêndoa e coco. E ainda além dessa é intenso o extrativismo da castanha de caju e de madeira para produção de carvão e lenha.

D'antona (2000, p.6) ao caracterizar esses lugares, define-os no modo como os habitantes se referem a porções do espaço dos Lençóis. O autor destaca que nos relacionamentos que se estabelecem entre localidades, as sedes municipais Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro, exercem papéis de atração proporcionais à sua urbanização. Características particulares de Barreirinhas – tamanho, importância como entreposto comercial, infraestrutura disponível, existência de posto do IBAMA, enfoque turístico e os festejos – fazem desta, a Capital dos Lençóis, necessária para maior parte dos deslocamentos⁴.

Conforme Marques (2012), os povoados apresentados, possuem várias características geográficas:

- Vassouras, Moitas e Morro do Boi – são lugares de dunas de areia branca, entremeadas de lagoas, habitadas por pescadores no tempo da pesca;
- Caburé – próximo à foz do Rio Preguiças e praia com cinco quilômetros de extensão; é uma estreita faixa de areia que separa o rio do mar, havia rancho de pescadores, atualmente com instalação de hotéis e restaurantes e fluxo intenso de visitantes, para parada obrigatória do circuito turístico do rio Preguiças tornou-se local de especulação imobiliária. A região está sujeita à ação dos fortes ventos motivo pelo qual constantemente passa por transformações geográficas. Os pescadores abandonam suas cabanas ao fim do inverno devido à força do vento. Dos mangues da região extraem madeira para cabanas; as folhas do buriti vêm de longe, do interior; de Barreirinhas, originam-se os produtos industrializados e certos alimentos. Com o desenvolvimento do turismo e a crescente facilidade de acesso, o espaço social do Caburé transforma-se rapidamente. O turismo de fim-de-semana, amparado pela infraestrutura das lanchas e pousadas, vai

⁴ Barreirinhas/MA manteve-se em relativo isolamento por várias décadas neste século devido a falta de boas vias de acesso. Ainda que importante centro exportador de castanha de caju, a sede prosperou mesmo a partir dos anos 70, época em que a Petrobrás ensaiou, sem bons resultados, a prospecção de petróleo no areal. O município tem se firmado como pólo turístico, apesar das vias ainda precárias, tornando-se uma das prioridades do governo estadual (Maranhão 1994).

modificando a paisagem e o modo de vida na praia, ao impor uma nova distribuição no espaço e no tempo.

- Mandacaru – vila de pescadores entre as dunas e o rio Preguiças. A Marinha instalou estrategicamente o Farol das Preguiças, para orientação marítima. Onde é possível ver a foz do rio Preguiças e as morrarias, chamadas também de Lençóis Maranhenses. Atualmente funciona como ponto de visitação turística;
- Atins – um vilarejo de pescadores, práticas de pecuária, extrativismo e agricultura de subsistência. Local onde o rio Preguiça se encontra com o mar e com a abertura de uma estrada (25 quilômetros) ligando Barreirinhas a Atins, e a chegada da energia elétrica e o telefone, facilitou o armazenamento do pescado nesse povoado, ainda foram instalados alguns serviços ao turista;
- Boa Vista e Mangaba – comunidades próximas de São Domingos, muitas famílias têm relação de parentesco e são povoados com características similares. O processo de especulação imobiliária se dá pelo interesse por segundas moradias ou casas de veraneio, da construção de pousadas e grandes redes de hotéis. Vale ressaltar que a vegetação praiana, restingas e manguezais percorrem desde a foz do rio Preguiças (Atins) até o povoado de São Domingos. Entretanto a vegetação se modifica, nesse povoado e aparecem a palmeira da juçara e do buriti.
- Laranjeira e Tapuio – Tapuio se caracteriza pela lavoura, Laranjeira se sobressai pelas olarias, atividades que se realizam predominantemente no verão. Em Laranjeira pratica-se a olaria, a pesca fluvial e, em menor escala, a agricultura. Em Tapuio, a agricultura e a pesca, de acordo com preferências e habilidades pessoais⁵. A vocação agrícola dos moradores de Tapuio atribui-se ao fato de que vários indivíduos permaneçam no interior para cuidar das roças; em compensação, a

⁵ Laranjeiras encontra-se entre os principais fornecedores de tijolos para sede municipal. Já Tapuio é regionalmente conhecido pela qualidade de sua agricultura. As espécies cultivadas não diferem daquelas encontradas nos Lençóis Maranhenses, contudo, o manejo do solo se destaca pela regular alternância de culturas (mandioca e banana), por um sistema de forração (com palha de carnaúba), valas (“levadas”) que interligam os lotes até o rio Preguiças e pequenas elevações no terreno (“matumbos”), um eficiente sistema de irrigação e drenagem (D’ANTONA, 2000, p 7).

dificuldade de se lidar com barro durante a chuva, justifica o deslocamento de quase todos os moradores de Laranjeira para a praia. No verão plantam mandioca e banana, condição favorável para as olarias, mas para pescar não é favorável.

- Queimada dos Britos e Baixa grande – Localizadas no interior do campo de dunas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, essas duas manchas de vegetação de restinga são verdadeiros oásis e um abrigo para pernoite para aqueles que buscam realizar o *trekking* de travessia do PNLM. De acordo com o zoneamento do Parque Nacional, estas regiões são a Zona Primitiva, onde a visita só pode ocorrer em níveis de mínimo impacto. Desta forma é proibido a realização de passeios turísticos ou visitar a localidade em veículos motorizados de qualquer natureza. Apesar disso, cerca de 30 famílias residem no local, sendo permitindo a elas, e somente elas, o tráfego em veículos motorizados por questões de salva guarda a vida e transporte de pessoas, alimentos e materiais.

As relações socioespaciais são resultados perenes do espaço geográfico. Essa produção humana, por sua vez diz respeito a relações econômicas (relação sociedade-espaço mediatizada pelo trabalho), políticas (relação sociedade-Estado ou entre Estados-Nação) e simbólico-culturais (relação sociedade-espaço via linguagem e imaginário). A força motriz destas relações é a ação humana e suas práticas espaciais (LÉFÈBVRE, 1991). A produção social do espaço se constitui por meio da interação dialética entre a tríade espacial (o vivido, o percebido e o concebido). Produzindo e resgatando novas relações, possibilitando a resistência social dos “usuários” do espaço.

Tudo se insere dentro da lógica, do fluxo dos Lençóis Maranhenses, colaborando para a afirmação de que é incorreto pensar no ‘Parque’ sem pensar nas pessoas e nas conexões espaciais-temporais [...] Do caju aproveitam-se a castanha, o fruto (para o consumo humano e como ração para o gado) e, eventualmente, a madeira [...]. A sazonalidade impõe mudanças consideráveis no cenário. No inverno há milhares de lagoas alimentadas pelas águas dos rios que transbordam com as chuvas; no auge do verão a maior parte das lagoas secam, há apenas dunas. Ao ciclo temporal anual acrescenta-se um movimento contínuo de avanço da areia em direção ao interior, em particular sobre as “ilhas” de vegetação, o que parece ameaçar o modo de vida nas Queimadas. A arraigada pecuária – gado bovino e cabras – supera em muito a produção de outras localidades. Mas não há independência nem isolamento. O modo de vida nas ilhas depende de múltiplas conexões externas, compatíveis com os hábitos e movimentações de seus moradores (D’ANTONA, 2000, p.6).

Averiguando a criação dos parques nacionais no Brasil, em especial ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) e suas comunidades tradicionais, D'Antona (2000) aponta a apartação de áreas do território nacional para mantê-las protegidas da ação humana. Desta forma, há um predomínio do biológico-ecológico sobre o sociológico antropológico.

Atins e Mandacaru representam lugares próximos ao litoral onde pessoas pescam o ano todo na foz dos rios e também no mar. Seus moradores se definem como pescadores mas desenvolvem outras atividades, assim como em outras comunidades, uma a combinação de várias práticas, pois plantam para a subsistência e não para o mercado (arroz e feijão, no inverno; mandioca, no verão) (D'ANTONA, 2000, p.6).

O turismo acarreta impactos ambientais negativos, representados pelo uso indevido dos rios, dos lagos, dos campos de dunas, crescimento das construções civis em locais impróprios atrelados a especulação imobiliária, tornando essencial a intervenção do poder público com políticas de desenvolvimento do turismo sustentável com finalidade de melhoria das condições de vida da população com atenção especial ao meio natural. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio supervisiona os atrativos turísticos (circuitos) de diversos povoados nas cidades da região dos Lençóis:

- Lagoa da Gaivota – Distante 2 km da sede de Santo Amaro é o principal atrativo no município. Esta lagoa está localizada em uma área de nidificação de gaivotas, possibilitando a observação das aves. O acesso pode ser realizado por meio de caminhadas ou em veículo 4x4. No caminho ao atrativo é possível observar o lago de Santo Amaro;
- Lagoa da Betânia – Assim como a lagoa da Esperança, trata-se de um curso de rio interrompido pelo campo de dunas. O atrativo é no povoado da Betânia que oferece alguns serviços básicos. A variação das cores da água e a paisagem com o campo de dunas ao fundo.
- Lagoa das Emendadas – Acessível apenas por meio de caminhada, são várias lagoas interdunares (no interior do campo de dunas) que se ligam e chegam a somar quilômetros em extensão. Por ser um atrativo no interior do campo de dunas, permite ao visitante ter uma dimensão do tamanho dos lençóis maranhenses;
- Praia da Travosa – Localizada próxima do povoado Travosa, uma comunidade pesqueira, a praia da Travosa apresenta grande extensão

possui o campo de dunas ao fundo. Em abril ocorre um campeonato de surf na praia da Travosa. Zona Primitiva;

A atividade turística alterou o cotidiano das comunidades agrícolas, principalmente nas da porção oriental, onde trafegam automóveis transportando turistas em visita às lagoas e à foz do rio Preguiças. Essa situação é demonstrada por Ruschmann (1997), apontando que o turismo altera profundamente as características socioculturais locais. A característica mercantil atribuída às manifestações culturais e ao modo de vida dos residentes reflete, entre outras coisas, na descaracterização dos costumes tradicionais e na mudança dos desejos e hábitos.

Nesse sentido Serpa (2002, p.172) afirma que: “[...] o turismo faz com que as populações locais reinventem seu cotidiano, e, essa reinvenção faz com que a lógica da atividade turística se sobreponha às tradições locais e até à identidade da comunidade”.

Vale destacar que o povoado Cardoso, limite de Barreirinhas com o município de Paulino Neves, houve situação de resistência da comunidade local em relação às visitas turísticas percebidas como desordenadas. A princípio esta área, recebia grupos familiares circunvizinhos, mas em 2005, as agências de turismo iniciaram a comercialização do rio Formiga justificado pela falta das lagoas interdunares que secavam durante o período de estiagem, geralmente nos meses de setembro a dezembro desencadeando a diminuição do fluxo turístico. Essa condição de utilização das áreas do povoado para fins turísticos, levou a comunidade, por meio da associação de moradores, protestar e interditar os locais de acesso ao rio, alegando que estava sendo excluída dos ganhos monetários das visitas⁶.

Nesse contexto novas formas de desenvolvimento da prática turística, pautadas no planejamento participativo por intermédio das comunidades locais, criou a definição de Turismo de Base Comunitária. Para Burstyn (2005, 66) o turismo de base comunitária pode ser definido “como uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal está no bem-estar e na geração de benefícios para a comunidade receptora”. Sawyer (et al., 2010, p.14-15) reflete ainda que:

⁶ Assim, prefeituras de Barreirinhas e Paulino Neves na perspectiva de regular as atividades turísticas na comunidade. Estabeleceu a cobrança de taxa para visita de R\$ 2,00 (dois reais) por pessoa, repassado à associação de moradores, e proibição quanto a entrada de visitantes no rio com bebida e comida, quanto aos guias turísticos devem ser obrigatoriamente da comunidade da Cardoso. Esse caso é um exemplo de mobilização das comunidades envolvidas nos roteiros turísticos comerciais.

Para implementar a melhoria das condições de vida das comunidades ele gera, por meio da organização coletiva e do envolvimento participativo, oportunidades de aumento da renda familiar e de empreendedorismo popular. Dessa forma, o turismo de base comunitária faz com que a própria comunidade seja responsável pela gestão de atividades turísticas que busquem valorizar a sua cultura, seus costumes e os recursos naturais disponíveis, contribuindo para a sustentabilidade do destino e proporcionando a maior parte de seus benefícios às essas comunidades locais.

Coriolano (2009, p.13) contribui para o entendimento da prática de turismo de base Comunitária, quando diz:

Tornou-se alternativa por fugir do padrão convencional e voltar-se aos princípios da economia solidária, buscando mudanças sociais, com promoção de trabalho aos desocupados e melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem em regiões turísticas.

Tais relações vistas por Baumann como fraternas e de compromissos entre os entes comunitários se estende a todos, independentemente de talento ou importância, com sentido no partilhamento das vantagens coletivas. Implica na perda das liberdades em troca da proteção oferecida pelo coletivo, diz que “[...] não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve perder a liberdade” (BAUMANN, 2003, p.10). Mas a perda da liberdade não se apresenta como um cerceamento de direitos individuais, mas como direitos coletivos inalienáveis, quando, argumenta que, a comunidade é:

[...] tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis. E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam o tipo de ‘partilhamento fraterno’, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são riscos inseparáveis da vida individual.

Castiel (2004, p. 608) por sua vez, complementa que “[...] à categoria comunidade se imprimem os primeiros predicados referentes à pressuposição de presença de um determinado tipo de laço social (e de juízos de valor) em função de localização, procedência e convívio comunal”, o que justifica utilizarmos esta categoria, aos territórios e suas territorialidades no âmbito do PNLM.

A comunidade apreende-se não só pelo universo simbólico-cultural, mas nas relações mais amplas dos que a realizam, identificada plenamente em todas as suas manifestações. Na totalidade é espaço de reprodução, a área, os signos e o simbólico, o cultural, a técnica, os usos do espaço, remete território e territorialidade, espaço e identidade. Entendida como o lugar, a localidade onde opera a realização

do comunitário, tanto quanto sua identidade, uma vez que há predominância da ancestralidade como as que se encontram no território do PNLM. (Des)territorialização e (re)territorialização são processos de transformação que devem ser analisados em suas múltiplas faces ou seja, uma multiterritorialidade em detrimento das dimensões política, econômica, simbólica e naturalista.

Recorrendo às ideias de Morin (2008, p.20) essa complexidade é entendida pela necessidade de um conhecimento dos constituintes heterógenos que lida com o paradoxo do uno e do múltiplo, efetivando-se num tecido “[...] de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal”.

A multiterritorialidade no local onde o PNLM pela dimensão de um território do poder, em relação a outros que apresentam esse universo relacional muitas vezes apresentando traços inquietantes da confusão, do emaranhado, da desordem, da ambiguidade, da incerteza, mas do ponto de vista conceitual, concebido como ordenado, hierarquizado, explicado de forma intencional e equivocadamente esconde o incerto no uso de elementos teoricamente ordenados. O turismo isoladamente não é capaz de promover a sustentabilidade de um local (HUNTER, 2002). Isto denota que nenhuma cidade pode ser considerada sustentável com bases fundadas estritamente no turismo, necessitando de diversos componentes para construir tal realidade.

O local para ser sustentável, necessita de articulação entre o turismo e demais setores, funcionando de forma harmônica e diversificada, preservando os recursos naturais, visando à inclusão social e viabilidade econômica. Tendo em vista também, a implantação de planos de manejo na exploração dos produtos mais comercializados, com o intuito de assegurar a capacidade de reprodução da natureza e, portanto, a capacidade de oferta dos produtos ao longo do tempo.

Entretanto uma nova janela perceptiva abriu-se para os homens e, pela primeira vez na história da humanidade, como nos lembra Milton Santos (1996), nós vivemos uma universalidade empírica. O espaço natural ou rural atrai a população urbana que busca se libertar do cotidiano padronizado das cidades. Assim, busca no ecoturismo uma interação com o meio natural. O discurso do desenvolvimento sustentável sugere a integração da comunidade com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais locais.

Assim para Calvo (2008) a cidade, em si mesma, é o registro concreto das obras e intervenções como materialização dos anseios, perspectivas, valores, sinais de uma sociedade. Hoje, em um mundo globalizado que se pauta pelas transformações aceleradas de um tempo e espaço que não se estrutura e não se estabelece da mesma maneira de antes, as mudanças da cidade são constantes e levam a um restrito conhecimento dos locais antigos da cidade e seus significados pelas gerações mais jovens.

A partir da “revolução urbana”⁷ as cidades eram construídas para a produção e para as necessidades básicas, estas cidades erguem-se unicamente voltadas para o consumo e para o lazer. Este é um dos motivos que levou alguns autores a considerarem as cidades turísticas como um exemplo expressivo de cidade pós-moderna (MULLINS, 1991). A urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Em função do desenvolvimento turístico algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer.

Nesta perspectiva as cidades turísticas representam outra forma de urbanização, porque elas não são organizadas para a produção, como as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. Diante do exposto a formação de uma nova configuração socioespacial é reflexo do mundo e do lugar. O espaço apropriado pelo turismo é preciso pensar além das suas funções econômicas, considerar as questões sociais e culturais diversas. A necessidade de fortalecimento produz articulação com multiplicidade de processos de identificação territorial de escala mais limitada.

A constatação de que o processo de produção de lugares para o consumo resulta em consumir e degradar os próprios lugares; permite considerar por outra ótica que estas novas paisagens da urbanização turística representam também as formas contemporâneas de espacialização social, construindo formas diferenciadas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis.

⁷ [...]“revolução urbana”, [...] conjunto o das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecer á decisiva - mente , em que a busca das soluções e da s modalidade s próprias à sociedade urbana passar á a o primeiro plano. Entre a s transformações , algumas serão bruscas. Outra s graduais, previstas, concertadas. [...] não designam, por essência, ações violentas. Elas não as excluem (LEFEBVRE , 1999, p 19).

2.3 O PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

O Parque Nacional dos Lençóis é uma Unidade de Conservação ambiental, segundo o decreto de fundação, que “tem por finalidade proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, existentes no local estando sujeitas ao regime especial do Código Florestal⁸, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965”. Possui característica única importante do ponto de vista paisagístico, cênica, humana, histórica, geomorfológica, geológica e da biodiversidade. Esse território é comparado a um deserto devido a grande área de areia clara formando dunas e pequenas depressões que se transformam em lagos e lagoas no período chuvoso, ou seja, janeiro a junho.

⁸ Castro (2012, p 101) revela e discute afirmando que em 1920, já se argumentava a necessidade em se estabelecer um controle sobre as florestas, sendo inclusive assunto de mensagem do presidente Epitácio Pessoa ao congresso Nacional. Arguia-se a necessidade de se preservar as matas e florestas, mas as justificativas residiam, como até então, na economia florestal que apontava para uma riqueza imensa a se explorar (ARAÚJO, 2007, p.62). O resultado imediato foi a criação do Serviço Florestal Brasileiro, em 1921, pelo decreto nº 4.421.

Neste documento [...]o artigo 38 trazia a recomendação de o Serviço Florestal em criar áreas de parque sobre locais onde ocorressem atrativos notáveis do relevo, de exuberante beleza cênica ou que encerrassem florestas virgens, bens considerados de interesse à conservação perpétua. Com sua regulamentação tardia - só viria funcionar no ano de 1926 - esteve, porém, sem a possibilidade de executar qualquer política florestal. Um primeiro motivo foi a garantia de políticas de terras gestadas no âmbito dos Estados federativos, um segundo foi não haver uma política alicerçada em leis que estabelecessem os critérios e políticas dos vários níveis (CASTRO, 2012).

O autor ainda declara que enquanto o Serviço Florestal parecia inibido, sem apresentar propostas ou ações quanto a criação de normas, elaborava-se no seio do Ministério da Justiça, a partir de 1931, uma proposta de código que legitimasse essa ferramenta de política ambiental. Assim em 1933 conclui-se o Código Florestal Brasileiro que pelo decreto 23.793 de 1934 [...] passa a alterar o sentido de propriedade das terras. Os conceitos que virão ascender no Código Florestal de 1965 [...], aparecem aqui ainda genericamente sob as especificidades das florestas, aliás neste primeiro Código, floresta vem a ser toda e qualquer formação vegetal, de dunas à mata densa ombrófila. As Áreas de Preservação Permanentes (APP) de nosso Código moderno são, neste, a floresta protetora que tem a função de conservar o regime das águas; evitar erosão, fixar dunas, assegurar as condições de salubridade pública; proteger sítios que mereçam ser preservados por sua beleza e abrigar espécies raras da fauna.

Figura 2 – Vista parcial do PNLM (dunas e lagoas)



Fonte: Elaborado pela autora.

Para Sachs (2002) o Brasil, assim como outros países tropicais, possui todas as condições de se tornar exportador de sustentabilidade, transformando em oportunidade, o desafio ambiental. No entanto Castro (2012) recomenda que o cenário onde se desenrola o tecido metamorfoseado de um território em gestação deve incluir novos olhares, novos sentidos à vontade, outros prazeres, afazeres, tempos, permanências, espiritualidades, enfim uma 'realidade' que integre a gestão das áreas protegidas – um agente externo e distante – ao espaço local, surgindo o amálgama da conservação, impondo, o saber construtivo para conhecimento desta complexidade.

Assim, no ano de 2000, foi criado no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (CNRBMA, 2002) ampliando-se os objetivos para: "proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando o conhecimento e a cultura dessas

populações promovendo-as no aspecto social e econômico". Não obstante, ressalta-se que a lei não permite a permanência de moradores no parque nacional enquanto Unidade de Proteção Integral, pois o Art. 11. § 1º preconiza que: "O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, mas as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas". No entanto o decreto 4.3404, de 22 de agosto de 2002, regulamenta, processo indenizatório respeitando o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais.

Neste sentido o Ministério do Meio Ambiente, por meio da lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, determinou que PARNAs devam ser gerenciados pelo ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que é o caso do PARNA Lençóis Maranhenses. A entidade por sua vez tem a responsabilidade de apresentar e editar normas e padrões de gestão de Unidades de Conservação federais; propor a criação, regularização fundiária e gestão das Unidades de Conservação federais; e apoiar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (ICMBIO, 2016).

Assim, o Instituto fiscaliza monitora o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais aplicando penalidades administrativas ambientais ou compensatórias pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. Entende-se o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como área representativa e importante para o Sistema Nacional das Unidades de Conservação, fundamental para a manutenção dos processos ecológicos das comunidades, oferecendo interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo. (ICMBIO, 2016).

O tratamento da área de proteção, por meio do Plano de Manejo⁹ enquanto instrumento oficial de planejamento das Unidades de Conservação – Ucs tem como finalidade principal apresentar as diretrizes de gestão da área para total proteção dos recursos naturais. Trata-se de projeto dinâmico utilizando técnicas de

⁹ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985 de 18 de junho de 2000) conceitua Plano de Manejo, como “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos de uma unidade, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das infraestruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. De acordo com os critérios apresentados o Plano de Manejo discorre sobre as zonas estabelecidas para o PNLM, caracterizam em diferentes zonas⁹: Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo e Zona de Uso Especial. As características ecológicas e históricas desse Parque não possibilitam a existência de zonas intangível, de recuperação e histórico-cultural, contudo, a proposta desse Plano de Manejo é propiciar condições para que no curso de evolução do Planejamento, dentro do prazo de sua vigência, o conhecimento obtido e as ações desenvolvidas permitam crescer ao Manejo uma ou mais dessas Zonas (ICMBIO, 2016).

planejamento ecológico, determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada zona, propõe desenvolvimento físico de acordo com as finalidades e estabelece diretrizes básicas para o manejo da unidade (IBAMA, 1998).

Ao rigor da Lei, Silva (2008, p. 5) discute as intenções preservacionistas do quanto à impossibilidade de conciliar a presença humana e a conservação das Unidades de Proteção Integral, categoria em que o PARNA está incluído, pois em muitos casos a presença humana em UCs é condição indispensável para que se concretize o ideário de preservação. É o caso do PNLM, onde pequenas comunidades familiares residem há décadas – especialmente “Queimada dos Britos”.

Entretanto os conflitos gerados pela indefinida situação fundiária de várias unidades, invasões e presença de populações humanas em unidades de uso indireto, falta de pessoal técnico, falta de recursos financeiros e instabilidade política das agências de meio ambiente além das ameaças de caça e queimadas predatórias, permeiam as problemáticas das áreas protegidas (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC), dividindo opiniões.

Em análise das técnicas utilizadas pelas comunidades tradicionais, Diegues (2004) explica que em vez de contribuírem para extinguir os recursos naturais, muitas vezes, garantem a qualidade do meio ambiente e justificam a contradição dos propósitos de criação das UCs. Entretanto o aspecto positivista e o reconhecimento da necessidade de proteção do especial *modus vivendi* das populações tradicionais, ainda provoca divergência entre os denominados "preservacionistas" e "sócio ambientalista" (SILVA, 2008, p. 7).

Diegues (2004) e Medeiros (2004) discorrem a despeito da criação de áreas protegidas no Brasil enquanto processo longo e lento de estruturação do Estado e destaca que os primeiros registros da preocupação ambiental datam do período colonial, onde a Coroa Portuguesa já demonstrava atenção à escassez da madeira e do ouro.

Quadro 2 – Origem de Parques em diversos países

PAÍS	ABERTURA	PARQUE	CARACTERÍSTICAS
Estados Unidos	1872	Parque Nacional Yellowstone	Montanhas Rochosas
	1890	Parque Nacional Yosemite	Montanhas Rochosas
Austrália	1879	Parque Nacional Royal	Rocha/montanha/lago/cachoeiras
Canadá	1883	Parque Nacional Banff	Montanhas Rochosas
Nova Zelândia	1900	Parque Nacional Egmont	Presença do vulcão Egmont
Argentina	1903	Parque Nacional Nahuel Huapi	Região andina da Patagônia
África do Sul	1925	Parque Nacional Kruger	Fauna diversificada
Equador	1959	Parque Nacional de Galápagos	Arquipélago das Ilhas Galápagos

Fonte: Meneguel (2011).

Conforme Meneguel (2011, p. 10), o Brasil possui diversos PARNAs, localizados em todas as regiões do país, representando a diversidade ecológica e biológica, distribuídos a saber:

- Região Norte: Amazônia, Araguaia, Cabo Orange, Jaú, Montanhas do Tumucu- maque, Monte Roraima, Nascentes do rio Parnaíba, Pacaás Novos, Pico da Neblina, Serra da Cutia, Serra da Mocidade, Serra do Divisor, Serra do Prado, Anavilhanas, Jamanxim, Rio Novo, Matinguari, Nascentes do Lago Jari e Viruá;
- Região Nordeste: Catimbau, Chapada Diamantina, Descobrimento, Jericoacoara, Lençóis Maranhenses, Marinho de Abrolhos, Fernando de Noronha, Monte Pascoal, Pau-Brasil, Serra da Capivara, Serra das Confusões, Sete Cidades, Chapada das Mesas, Serra da Capivara, Serra da Itabaiana e Ubajara;
- Região Centro-oeste: Brasília, Chapada dos Guimarães, Chapada dos Veadeiros, Emas, Pantanal Mato-grossense, Juruema e Serra da Bodoquena;
- Região Sudeste: Caparaó, Cavernas do Peruaçu, Grande Sertão Veredas, Itatiaia, Pontões Capixabas, Restinga de Jurubatiba, Sempre-

Vivas, Serra da Bocaina, Serra da Canastra, Serra do Cipó, Serra dos Orgãos e Tijuca;

- Região Sul: Aparados da Serra, Iguaçu, Ilha Grande, Lagoa do Peixe, Saint-Hilaire/Lange, São Joaquim, Serra Geral, Serra do Itajaí, Araucárias, Campos Gerais e Superagui.

Destaca-se que o Parque Nacional do Itatiaia/RJ¹⁰ foi o primeiro Parque Nacional (PARNA) no Brasil¹¹ criado em 1937 e, a partir desse momento a conservação *in situ*¹² da biodiversidade mundialmente difundida, baseada na criação de Unidades de Conservação (UCs), passou a ser a estratégia adotada no Brasil (MILLANO, 2002). Estabelecendo objetivos específicos, definidos em função das características dos ecossistemas e destinação de uso.

Convém reforçar que os desdobramentos para a criação dos parques envolvem análise dos espaços naturais de forma conceitual do território naturalista, calcado no natural exterior ao homem, que a flora e fauna por meio de interações tendo como base recursos não vivos e a relação sociedade-natureza permeia a territorialização.

Localizado no Litoral Oriental do Estado do Maranhão, o território correspondente ao PNLN foi criado por meio do Decreto nº 86.060, de 02/06/1981. Ressalta-se que o Parque Nacional dos Lençóis foi sugerido para constituir um espaço de conservação por meio do projeto RADAM-BRASIL com a justificativa de preencher lacunas existentes no então sistema de Unidade de Conservação e atender à comunidade científica e instituições da área ambiental do Estado na década de 1970.

¹⁰ Meneguel (2011, p 6) argumenta que a história da política ambiental pode ser dividida em três fases. A primeira, no início da República, onde os primeiros documentos legais foram instituídos e ocorreu a criação do primeiro parque nacional, o Parque de Itatiaia, em junho de 1937. Este momento foi seguido pelo da ditadura militar (1964 a 1984), período em que ocorreu a criação de diversas áreas de proteção ambiental, assumindo uma dimensão nacional. E, por fim, assim o período pós 1984, quando ocorre uma nova fase de estruturação do País, incluindo uma maior preocupação com o meio natural.

¹¹ Mas em termos mundiais o primeiro parque nacional existente foi o Yellowstone Nacional Park, criado em 1º de março de 1872; localizado nos Estados Unidos, possui uma área de 8.991 km². Trata-se, mundialmente, da primeira área de proteção natural (COSTA, 2002, p. 163). Em termos mundiais, o tema conservação da natureza para Yázigi (2002), mostra um deslocamento dos conceitos preservacionistas que estiveram na origem dos parques norte americano, como Yellowstone (1872) e Yosemite (1890), que desencadearam uma série de outros parques em vários países.

¹² conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domes-ticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características (Lei 9.985).

A área se apresenta sob a forma de linha de costa regular e tendo parte da extensão coberta por vasta área de dunas de areia. Possui uma área de 155.000ha abrangendo os municípios de Santo Amaro, Primeira Cruz e Barreirinhas (IBAMA, 2003), com os seguintes limites e confrontações: Norte Oceano Atlântico; Sul Barreirinhas; Leste Paulino Neves; Oeste Primeira Cruz e Santo Amaro.

Dunas se formam a partir de ventos fortes, de direção constante, sopram sobre as praias com intensa deposição de detritos. Ao se ligarem entre si numa linha contínua, as dunas dispõem-se em cadeias ou cordões, sendo o vento um dos principais agente modificador da paisagem. Na desembocadura do sinuoso rio Preguiças a grande variação da maré e contínua erosão/deposição de areia altera a abertura da barra. A morfologia é constituída por praias, lençóis arenosos, terraços arenosos, planícies de deflação, de inundação e marés. As dunas podem ser do tipo barcanas, parabólicas, longitudinais ou formando encadeamentos de cada um desses tipos (SANTOS; SILVA, 2010).

Figura 3 – Localização dos grandes e pequenos Lençóis



Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/>

O regime pluviométrico, circulação dos alísios e temperaturas encontram solo sedimentar e moldam o relevo suavemente ondulado coberto por campos de dunas móveis e as configurações acompanham o sentido dos ventos em altura que podem chegar a 30 metros. Conforme características geológicas e geomorfológicas da região o clima é definido predominantemente como semiárido, quente e típico da zona equatorial. Estudos demonstram que na faixa sublitorânea constituída pelos Lençóis Maranhenses verifica-se duas épocas de formação de dunas.

Neste contexto, na planície deltaica do rio Parnaíba, constituído predominantemente por sedimentos fluviais pela forte influência marinha, também ocorrem recobrimentos parciais de depósitos dunares por meio da intensa atividade eólica. O deslocamento de depósitos arenosos na faixa costeira neste trecho induz a depósitos dunares e cordões arenosos marinhos na foz de inúmeros rios, podendo criar barragens naturais gerando, normalmente lagoas costeiras.

O movimento constante das dunas causa soterramentos de lagoas (temporárias e permanentes) que retêm águas pluviais da estação chuvosa, bem como de qualquer estrutura que se apresenta ao caminho de transporte dos sedimentos, como é o caso de soterramento de mangue. Pode-se classificar a área dos Lençóis como de vegetação primária¹³ (como Formação Pioneira), apresentando influência marinha (restingas), fluviomarina (Manguezais) e fluvial (Aluviais) (IBGE, 1992).

A planície costeira onde está localizado apresenta relevo suave e moderadamente ondulado, sendo comuns extensos campos de dunas móveis de várias configurações. Destacam-se as seguintes entidades morfológicas: praias, lençóis de areia, pontais, cordões, terraços arenosos, planícies de deflação, inundação e maré, além dos diversos tipos de dunas (SANTOS; SANTOS, 2015).

As dunas recebem variadas denominações. Em seus primórdios, foi chamado pelos primeiros navegadores de “lençóis maranhenses”. Navegando próximo à costa da região, perceberam um relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais se assemelhavam a “lençóis jogados sobre a cama” (D’ANTONA, 2002). Essas dunas de 20 a 40 metros de altura e os ventos sopram intensamente atingindo até 70 km/h,

¹³ Todos os “tipos de vegetação” ou Regiões Fito ecológicas brasileiras, as Formações Pioneiras, os Refúgios Vegetacionais e as faixas de Tensão Ecológica dos contatos entre duas ou mais Regiões Fitogeográfica (IBGE, 1992, p.16).

transportando dunas e remodelando a paisagem produzindo complexos interlagunares.

A produção do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - PNLM, como espaço turístico, mobiliza discursos e imagens que difundem o inusitado do local para o mercado global. É a efetivação da globalização do imaginário, mediante a qual se exporta a natureza tomada como marca, sinal, índice do peculiar que define o território. (FERRARA, 1994).

A condição privilegiada desse Parque nos circuitos turísticos globais, a partir de sua divulgação intensiva na mídia nacional e internacional, chama a atenção de estudiosos e especialistas em áreas de Parques a alertarem que planejamento e normatização devem ocorrer antes do início do fluxo turístico e, ao mesmo tempo, em que se deve definir estratégias de controle e monitoramento das atividades (FERNANDES-PINTO et al, 2007).

Entende-se que o espaço também é ambiente, ou meio ambiente, que abrange aspectos naturais e materiais ou tecnológicos, portanto, as inferências humanas caracterizam acréscimos ou substituições no espaço por meio da inserção de aspectos tecnológicos. A existência do consumo depende da produção, é o caso do artesanato que está disponível para venda em função do consumo pelo turista. Entretanto, Marx (1972) mostra que a produção e o consumo ocorrem concomitantemente. Para o autor, “a produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção” (MARX, 1972, p.8). Essa dualidade, da interdependência entre produção e consumo, revela ainda que consumo possibilita a determinação de nova produção.

O desenvolvimento gera externalidades capazes de comprometer a sustentabilidade, ao passo que a atividade turística, como toda atividade econômica, oferece possibilidades desse desenvolvimento. Cruz (2003, p. 5) defende que o turismo é, “[...] antes de tudo, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território tendo no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Castilho (1999) acrescenta que a atividade do turismo não é apenas prática social, mas, sobretudo socioespacial, redefinindo-se segundo os interesses dominantes na sociedade.

A análise sobre o turismo defendida por Andrade (2004, p. 12) expressa que “o homem, o espaço e o tempo constituem três pré-requisitos para uma reflexão

equilibrada a respeito do fenômeno”. Partindo dessa premissa de fenômeno turístico, se configura na produção do espaço nos moldes apresentados refletindo sobre a inserção e o desenvolvimento da atividade turística em diversas partes do território.

Outras compreensões de espaço e tempo e novas formas de relações sociais são alicerces de produção do espaço. Nesse sentido, recorre-se a Coriolano (1998, p. 22), afirmando que o turismo “é, antes de tudo, uma experiência geográfica”. Esta atividade coloca-se dessa maneira ao “representar uma relação direta entre o homem e os espaços”.

A produção do espaço por meio do turismo ocorre na velocidade das mudanças, de forma crescente e frenética, sobretudo nos espaços litorâneos, que é próprio da dinâmica atual do capital. Portanto o turismo surgiu e se desenvolveu atrelado ao capitalismo. O espaço é organizado conforme a funcionalidade de mercado, com a localização ou disponibilidade dos meios de produção nos moldes do sistema capitalista, da competitividade mundial engendrando diferenciadas ordens lógicas de uso e apropriação, ou seja, a outras lógicas de produção do espaço, alterando-o em todas as suas dimensões; o concebido, o percebido e o vivido.

O turismo empreende a concepção de um espaço para consumo alterando dinâmicas tradicionalmente estabelecidas, (re)significando os lugares e provocando resistências e alternativas frente à algum tipo de “agressão”, sendo esta simbólica ou não envolvendo os povos destes espaços. O espaço concebido pelos planejadores visa a plenitude dessa atividade, implicando em obras, construções e artificialização da paisagem, concretizando o novo espaço percebido e imbricado às diferentes lógicas apreendidas culminando nas conversões do vivido.

Recorrendo-se a Santos (1985), tanto a “paisagem” quanto o “espaço” resultam de movimentos superficiais ou significativos da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário que se torna um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. Para o autor, a paisagem é tudo que nossa visão alcança, ou seja, os atributos e também definida como o domínio do visível.

O limite de uso de Unidades de Conservação - UCs atualmente vem dar resposta às pressões de demanda nos últimos anos se referindo a situação geográfica, disponibilização de recursos, filosofia dos responsáveis pela Unidade de Conservação - U.C., políticas públicas, e experiência dos visitantes”. Trata-se de

solucionar os conflitos gerados, com finalidade de obter uma densidade possível para atender a forma de experiência que o visitante quer vivenciar e a tolerância que seu estilo de vida permite para a proteção do recurso específico, a relativização dos indicadores estandardizados e os estudos dos usos, por meio de estudo da representação que têm os usuários pode-se levar a uma solução de conflitos.

As teorias de manejo de áreas naturais preservadas usadas para visitação centralizaram o desenvolvimento de alguns indicadores e estandardização, incluindo atributos semelhantes à densidade de visitantes, sugerindo a influência da visitação (FREIMUND, 2001, p.3). Assim, o uso, os impactos, os desejos e motivações dos usuários, indicam as possibilidades de manejo e o quanto e onde haverá novas relações entre os usos e a necessidade de conservação quando da implementação de ações pela administração do parque. Coriolano (2001, p. 218) destaca que:

O espaço turístico é [...] uma imagem feita pela, 'mídia' e pela representação do usuário [...] cheias de ambivalência, contradições e do duplo movimento entre imaginário e real" ou vice-versa, assim a revelação dessas preferências, limites, motivações e imagens possibilitam o planejar de ações substanciadas no uso e percepção do imaginário, diminuindo a possibilidade de projetos descontextualizados, como normalmente são os que se realizam de fora para dentro, especialmente os de consultorias extemporâneas.

A tomada de decisão dos gestores para que a educação ambiental estabeleça ligação entre a satisfação proporcionada pela paisagem procurada pelo usuário e a percepção dos impactos, uma relação saudável entre uso-preservação. Desvelando que os serviços prestados pelos monitores ambientais, funcionários do parque, população local e sujeitos envolvidos diretamente com o turismo integrem-se aos paradigmas da boa relação entre a geração de renda, uso dos recursos nos limites do parque e manutenção dos mesmos.

Nesta perspectiva o fortalecimento das relações locais com sujeitos do turismo e a sociedade, constituem a integração dos serviços a práticas ambientais para a manutenção do equilíbrio da preservação e do uso público dos recursos naturais. Incorporando essa concepção à questão do território, que, facilita o entendimento das relações.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10).

Esta constatação envolve análise sobre a complexidade turística que, encenada consiste na participação do turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, que denota criação de territórios turísticos artificiais e/ou naturais, considerando o conjunto de relações nas suas dimensões global e local. Frente a essa discussão, Rodrigues (2001, p. 30), configura como:

Nova investida do capitalismo hegemônico que deixara extensas áreas de reserva de valor, que agora são chamadas para desempenhar o seu papel, contando com volumosos recursos públicos e privados e apoiado por agressivas campanhas de marketing e de publicidade [...]. Cria-se a fábrica, cria-se a metrópole, cria-se o estresse urbano, cria-se a necessidade do retorno à natureza. Onde não há natureza, ela é fabricada.

Essa (re)significação de espaço-tempo do turismo convencional transforma o território do Maranhão e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em uma mercadoria inusitada nos circuitos do mercado global, engendra o aumento crescente e desordenado de fluxos turísticos. A intensa mercantilização do PARNA dos Lençóis Maranhenses, como lugar turístico global e o vertiginoso aumento dos fluxos turísticos, gestado para além dos necessários mecanismos institucionais de controle, desvela a questão da preservação desse espaço, enquanto patrimônio da humanidade. Nessa perspectiva, destaca-se que o descompasso entre o manejo e monitoramento e a demanda turística massiva, implica em consequências negativas sobre o meio ambiente.

Portanto as condições impostas ao local, possivelmente criam desajustes, comprometendo a perspectiva de um turismo sustentável que preserve os Lençóis Maranhenses como um espetáculo da natureza para o mundo. Essa relação imposta pela exuberância da paisagem, precisa ser (re)pensada pelos gestores para a elaboração da política de uso público, com um planejamento calcado em infraestrutura que satisfaça as necessidades exigidas pelas demandas dos usuários em complexa relação com a preservação.

A articulação do Estado frente às diversas instâncias, (re)definindo atribuições e responsabilidades apoia-se na perspectiva de construir proposta de turismo sustentável, garantir o desenvolvimento local das cidades e povoados dos

municípios que integram o Parque. Frente a esta discussão o desafio à gestão de áreas protegidas tem sido convencer populações em relação aos seus hábitos culturais que se contrapõem aos objetivos de proteção da natureza, uma vez que a interferência direta na vida das comunidades locais, na medida em que os espaços deixam de pertencer a determinada região, transformando-se em patrimônio cultural e natural do País, suprime e determina o modo de vida e tratamento de conflitos entre a permanência das comunidades tradicionais e a visitação em massa no PARNA.

Os Parques Nacionais atraem “interesses” para a prática turística, devido à sua biodiversidade, e as atividades do turismo podem se tornar aliadas na conservação ambiental de diversos ecossistemas, e desenvolvimento das comunidades, alicerçando-se ao modelo de Swarbrooke (2000). A dinâmica da sustentabilidade, ou seja, de equilíbrio que propõe esse modelo, por meio da conservação ambiental sustentável, gera igualdade social, culminando na eficiência econômica sustentável. Barros (1952, p.77) salienta que os “Parques Nacionais constituem a vanguarda da manutenção e assistência aos bens sujeitos à dilapidação da Natureza e que podem perecer de todo na Terra”, expressando já a tão propalada preocupação contemporânea com a finitude dos recursos.

Assim, o PNLM está sujeito à legislação ambiental vigente e o ordenamento do uso público previsto no Plano de Manejo dessa área, pois são de posse e domínio público, considerando que áreas particulares nos limites devem ser desapropriadas conforme a legislação; a visitação pública sujeita a normas e restrições estabelecidas em concordância ao plano de manejo da unidade. Portanto, até as pesquisas científicas dependem de autorização prévia do órgão responsável pelo gerenciamento de condições e restrições do local.

Mediante discussão a portaria ICMBio nº 63 de agosto de 2010 e o Plano de Manejo do PARNA Lençóis/MA, disciplina e normatiza a visitação a UC, para garantir a segurança de visitantes e dos ambientes protegidos, dessa forma entre as diversas orientações aos condutores de visitantes, estão (ICMBIO, 2016):

- Serviços de transporte e condução de visitantes devem ser realizados por veículos, condutores de veículos e condutores de visitantes credenciados. Os veículos devem estar adesivados com logomarca do

PARNA com número de credenciamento e ainda os condutores devem portar crachás de identificação;

- Veículo 4x4 próprio precisa solicitar autorização para a administração do ICMBlo em Barreirinhas;
- É terminantemente proibido venda, porte e consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas no PARNA;
- Proibido trânsito de veículo motorizado sobre o campo de dunas livre;
- Proibido fazer fogueiras, ascender churrasqueiras ou fogareiro;
- Proibido entrar no PARNA em quadriciclos motos, bugres bem como realizar enduros e/ou rallys.

Em primeira análise observa-se que a criação do PNLM embasa-se numa perspectiva de paradigma de natureza intocada, argumentado por Diegues (1996) *apud* Castro (2012), afirma que, tendo em vista que sofrendo ameaça de destruição pela sociedade deve ser mantida sem presença humana para restaurar-se mantendo os fluxos naturais, pois a possibilidade de existência de espécies em risco de extinção, expressa o caráter ecológico preservacionista.

Portanto, o planejamento sistematizado caracteriza as propostas de ação, destacando e detalhando a execução por área, contemplando assim o interior e o entorno da UC, determinando ações gerenciais para o estabelecimento das estratégias que direcionam ações específicas de áreas internas e externas da unidade. Essas ações são apresentadas nas chamadas Áreas Funcionais e Áreas Estratégicas¹⁴ para tratamento específico do interior do Parque, da zona de amortecimento e da área de Influência.

A discussão de territórios protegidos, como o PNL, e análise dos fatores apresentados insinuam a necessidade de adequar o planejamento e ordenamento do turismo. Sendo que assim como o turismo fortalece a apropriação das Unidades

¹⁴ Conforme planejamento, a metodologia utilizada permite definir áreas de atuação com fins específicos, nas quais são espacializadas as ações de manejo. Dessa forma, tem-se as Áreas Funcionais, inseridas no interior da UC, e as Áreas Estratégicas localizadas na Zona de Amortecimento. Conforme o Roteiro Metodológico (op. cit) as Áreas Funcionais são espaços relativamente restritos, localizados dentro da UC, podendo abordar um ou mais pontos contíguos que apresentem identidade em sua vocação de uso, seja voltado para o conhecimento da UC, para a educação ambiental e visitação, para o manejo e a proteção ou para a operacionalização da Unidade. Áreas Estratégicas envolvem a Área de Influência e a Zona de Amortecimento da UC, sendo considerada de grande importância por absorver e reduzir os impactos e as ocorrências ambientais que poderão afetar diretamente a UC. As atividades a serem planejadas serão relativas aos seguintes temas: conhecimento, controle e proteção ambiental, conscientização ambiental, incentivo a alternativas econômicas, integração externa e operacionalização externa

de Conservação pela sociedade e dinamiza as economias locais, incrementa os recursos financeiros para a manutenção destas áreas.

Diante da abordagem em curso, corrobora-se ainda destacando que abordagens materialistas apoiam-se na perspectiva de que a “natureza” está intrinsecamente ligada ao “metabolismo” social. Pois segundo explica Acsehrad (2009, p. 102), as relações sociais operam metabolizando o meio ambiente “natural”, por meio do qual tanto a sociedade quanto a natureza são transformadas e novas formas sicionaturais são produzidas [...] a natureza fornece o fundamento, as relações sociais produzem a história da natureza e da sociedade [...] a ambição do marxismo era mais ampla do que reconstruir a dialética das transformações históricas sicionaturais e suas contradições.

Portanto, a dialética entre natureza e sociedade, apresenta-se como relacionamento conflituoso, mediados e representados por práticas ideológicas. Conforme o exposto, Parques Nacionais – PN’s tem a responsabilidade sobre a reprodução do território e preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, resguardando a realização de pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza na atividade turística, além de minimizar os inúmeros conflitos que afetam as comunidades residentes nessas áreas.

2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCIDEM NOS LENÇÓIS MARANHENSES

Determinadas medidas governamentais são engendradas e aplicadas em níveis federal, estadual e municipal para destinos turísticos do país. A partir do momento em que o Estado é responsável pela manutenção pública e, sobretudo pela promoção do bem-estar social, corroborando diretamente nos problemas cotidianos da sociedade surge as políticas públicas. No Brasil, as políticas públicas correlatas ao turismo são definidas como fenômeno relativamente recente. Essas políticas foram negligenciadas em nível nacional e local por alguns anos, tendo em vista ainda a falta de metodologia, prioridade ou meta definida.

As políticas públicas para o turismo no Brasil tiveram como marco inicial o ano 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek, no centro da política desenvolvimentista. Um período, sublinhado por grandes transformações, ocorreu a

primeira intervenção governamental com o intuito de legitimar as ações para promover o desenvolvimento do turismo brasileiro, com a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Esta comissão tinha a finalidade de “[...] coordenar, planejar, e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que diz respeito ao turismo interno e internacional” (FERRAZ, 1992, p. 33).

Os planos nacionais de desenvolvimento do turismo por parte do Estado datam dos anos de 1960. O Estado apreendia o controle de cima para baixo, regulando esse processo e a decisão na elaboração dos planos e políticas governamentais, se distanciando das mobilizações sociais. Silva (2006, p.1), enfatiza que, “o modelo de desenvolvimento turístico predominante no Brasil é centrado na constituição de ‘polos turísticos’”.

Ressalta-se que por meio do Decreto Lei nº 55 de 18.11.1966, criou-se o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) que fomentava as diretrizes que regeriam a política de turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), importante órgão de planejamento e execução do turismo, que executava essas diretrizes, incluindo a normalização das empresas de prestação de serviços turísticos, realização de pesquisas, fomento ao desenvolvimento de projetos e incentivos fiscais para a construção de infraestrutura turística (MARQUES, 2012).

No decurso foi instituído o Sistema Nacional de Turismo em 1967, por meio do Decreto nº 60.244, e em 1971, criou-se o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), objetivando facilitar aos investidores o acesso aos recursos tendo em vista a implantação, melhoria, manutenção e conservação de empreendimentos e serviços turísticos. Enquanto ao final da década de 1980¹⁵, a questão ambiental como relevância mundial, impulsionou o surgimento do segmento de turismo ecológico. Na oportunidade a EMBRATUR agregou ao discurso questões

¹⁵ Imagens positivas do Nordeste brasileiro, nos anos 1980, aliadas à possibilidade de exploração turística das belas paisagens litorâneas influenciaram a elaboração de políticas de desenvolvimento econômico, promovendo reestruturação do mercado imobiliário. Conforme Dantas “[...] o espaço litorâneo se transforma em mercadoria nobre, justificando modificações socioespaciais a implicar na ocupação do território por novos atores e expulsão gradativa dos habitantes tradicionais” (2010, p. 10). Assim, o litoral nordestino é considerado de grande importância estratégica para o desenvolvimento regional e, objeto de intervenção do poder público. Ainda segundo o autor é importante ressaltar o conflito entre dois quadros simbólicos: O primeiro quadro simbólico, o discurso que reforça um conjunto de imagens negativas ao do semiárido em benefício da oligarquia agrária. O segundo quadro, o novo discurso relacionado à virtualidade dos espaços semiáridos, construindo uma imagem positiva vinculada aos interesses de um grupo de empreendedores ligados à agricultura irrigada e àquilo que nos interessa diretamente – o turismo (2010, p. 29).

ambientais. Essa instituição por sua vez no ano de 1991 tornou-se uma autarquia, transformando-se em Instituto Brasileiro de Turismo, e lançou o Plano Nacional de Turismo (PNT).

O Plano engendrado tinha como principais diretrizes a implantação do programa de ação para o desenvolvimento do turismo instalado a Prioridade na Região Nordeste, para explorar o litoral. Dessa forma, em 1994, o governo federal estabelece diretrizes de municipalização do turismo e criou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), justificado pela ideia de descentralizar as atividades. Tal programa não alcançou resultados satisfatórios. Em contrapartida em janeiro de 2003, foi criado o Ministério do Turismo¹⁶ pelo governo federal, com missão de desenvolver o turismo como atividade econômica de forma sustentável. Antes disso, o turismo era agregado aos ministérios que impedia autonomia sobre a perspectiva de política de turismo.

Após a criação do Ministério do Turismo – Mtur, desenvolveu-se com a participação popular, diretrizes, metas e programas para o PNT 2003/2007 e apresentava como proposta aproximar os governos federal, estadual e municipal; as entidades não governamentais; a iniciativa privada e a sociedade como um todo, além de aumentar a oferta de produtos turísticos brasileiros e de oportunidades de desenvolvimento socioeconômico para o país.

Para entendimento da narrativa histórica, Cruz (2000), em seu trabalho, divide as políticas nacionais de turismo em três etapas: a primeira fase, em que denomina de “pré-história jurídico-institucional”, que vai de 1938 a 1966, na qual o turismo é reduzido apenas à divisão institucional; a segunda, compreendida entre 1966 e 1991, que corresponde à fase moderna, em que são feitos planos e planejamentos para a atividade, embora de forma desarticulada; e a terceira fase, posterior a 1991, com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no

¹⁶ No mesmo ano é instituído o Ministério da Integração (MI), tendo como foco a criação de programas regionais de desenvolvimento. Sua diretriz de atuação é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que surge para promover as reduções das desigualdades regionais. Nesse contexto, cria-se o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte. Dessa forma foram criados o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste (PRODETUR/NE) I e II, o PRODETUR NACIONAL e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – instrumentos relevantes para o planejamento turístico na oferta de infraestrutura básica para os estados do Nordeste brasileiro (ARAÚJO, 2013 p. 67). PRODETUR I foi finalizado em 2005. Sua segunda versão, o PRODETUR II, se inicia em 2000, mas suas ações (obras) só tiveram início em 2003.

Nordeste (PRODETUR/NE), o qual se volta principalmente para o Nordeste brasileiro.

A segunda fase descrita pelo autor, compreendida pelo período entre 1966 e 1991, pode ser considerada como aquela em que o governo passa a ver com outros olhos o setor turístico nacional. Este fato ocorre principalmente depois da instalação do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). É dessa forma que o governo federal passa a reconhecer o turismo como uma atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento regional, equiparando o setor turístico à indústria (MARQUES, 2012).

Salienta-se ainda que, na década de 1990, as políticas governamentais assumem a lógica regional como base para a organização. A intensificação da valorização das zonas de praia no nordeste brasileiro, a partir das políticas públicas voltadas para o turismo estabelecidas no final dos anos 1980, com destaque para o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR-NE¹⁷, conferiu a estes espaços diferentes usos. Nesse contexto das diretrizes federais, no mesmo período o Estado do Maranhão foi incluído no PRODETUR-NE, que selecionou 11 dos 136 municípios dessa unidade federada uma vez que o turismo havia sido indicado como sendo a “vocação natural do Maranhão” a qual se baseava na diversidade natural, passado histórico, culinária exótica, cultura original e viva (MARANHÃO, 1995).

Esse fato subsidiou a origem do “Plano Estadual de Turismo” em 1995 no Maranhão, e posteriormente reapresentado como “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo” denominado de “Plano Maior”. Destaca-se que partir da cria o desse Plano Integral de Desenvolvimento do Turismo engendrou-se o desenvolvimento da atividade turística do estado em “polos turísticos”. Entretanto, é preciso destacar que esse modelo de gestão apresentou deficiências para o desenvolvimento do turismo, em fun o das falhas do planejamento integrado e a

¹⁷ O programa foi resultado de uma parceria entre o Governo federal, os governadores dos estados do Nordeste, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), municípios e organismos internacionais e de iniciativa privada. Reiterando que este contrato firmado entre o BID e o Banco do Nordeste foi pioneiro, o que caracterizou o Programa Global de Investimentos Múltiplos de iniciativa regional, com execu o descentralizada e sem participa o da União. A  rea de abrangência do Programa incluía os nove estados nordestinos (Piauí, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Pernambuco) e a região norte do estado de Minas Gerais.

ausência dos atores locais nas esferas de planejamento e de decisão (SANTOS, 2006).

Moraes (2007, p. 42) aponta que esse avanço sobre os espaços costeiros, nas últimas décadas, “tem um substrato estatal claro, expresso em obras viárias, portuárias, e de instalação de equipamentos produtivos, conduzidos sem qualquer preocupação com os impactos ambientais ocasionados”. Para ele, isso qualifica o Estado como “um dos principais agentes de intervenção nos espaços litorâneos, um agente cuja ação cria atrativos locacionais [...] ao mesmo tempo em que dilapida o patrimônio natural e cultural existente”.

No mesmo ano em que é criado o Mtur, é instituído o Ministério da Integração (MI) conforme disposto na Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, alvitando principalmente criação de programas regionais de desenvolvimento, tendo como diretriz de atuação a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que por sua vez pretende promover as reduções das desigualdades regionais. Esse fato culminou na criação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – PDRST (ARAÚJO, 2013).

Nos períodos que anteciparam a idealização do Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte – PDSRT, é importante destacar que no estado do Maranhão, já havia no bojo do planejamento turístico ações sustentadas em bases regionais, calcados no discurso de integração e sustentabilidade.

No decurso entre 1980 e 1990 elaborou-se o Programa de Zoneamento do Estado, objetivando desvelar o potencial turístico, no qual se definiu a criação da zona litorânea do artesanato, formada por Araióses, Barreirinhas e Tutoia. Sendo que, em 1980, engendrou-se um programa de zoneamento do Estado do Maranhão reconhecendo o potencial turístico, dividindo o estado em 5 (cinco) zonas turísticas. Lobato (2001, p. 85) descreve o zoneamento turístico;

- Zona histórico-cultural – abrangendo São Luís, Alcântara, São José de Ribamar e Paço do Lumiar;
- Zona dos Lençóis – Cedral, Cururupu e Guimarães;
- Zona litorânea do artesanato – Araióses, Barreirinhas e Tutóia;
- Zona dos Cocais – Caxias e Timon;

- Zona dos Lagos – Arari, Itapecuru-Mirim, Pindaré, Viana, Santa Inês, Penalva e vitória do Mearim.

Não obstante no início de 1990, lançou-se os municípios de Carolina e Barreirinhas para o mercado turístico nacional e internacional, período em que houve modificação de 3 (três) das denominadas zonas turísticas (MARANHÃO, 1994):

- Zona histórico-cultural – abrangendo São Luís, Alcântara, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar;
- Zona dos Lençóis – Humberto de Campos, Barreirinhas, Primeira Cruz, Santo Amaro, Tutóia, Paulino Neves e Araiões;
- Zona da Chapada das Mesas – correspondendo à Carolina, Riachão, Balsas, Barra do Corda, Grajaú e Imperatriz.

Diante do exposto, entende-se que a ação do Estado, por meio das políticas públicas de turismo, induz efetivamente o processo da lógica de consumo do espaço litorâneo. O papel de agente produtor do espaço, nesse aspecto, apoia-se à ação do mercado, contribuindo com incorporadores e agentes imobiliários, seja na normatização do parcelamento do espaço para venda, seja na arquitetura de um espaço dotado de condições favoráveis para o funcionamento da atividade turística, significando algumas vezes processo de gentrificação. Neste mesmo período que em consonância às políticas nacionais de turismo aparece o “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão” – conhecido por “Plano Maior”, trata-se de um instrumento institucional visando gerar receitas, trabalho e desenvolvimento no âmbito local e regional, sendo desenvolvido em três fases (MARANHÃO, 2000, apud TASSO, 2010):

- Diagnósticos prévios voltados à identificação das potencialidades do Estado do Maranhão para exploração turística e elaboração de estratégias de desenvolvimento;
- Plano Operacional, subdividido em cinco macroprogramas (Desenvolvimento; Marketing; Maior Qualidade; Sensibilização da Sociedade e Comunicação);
- Implantação, subdividida em duas etapas: Estruturação e Consolidação. A rodovia MA-402, também conhecida por Translitorânea, foi um desses investimentos pensados na terceira fase

pelo Plano Maior para interligar o município de Barreirinhas com as rodovias BR -222 e BR-135 e com a capital, São Luís. Inaugurada em 2002, a rodovia MA-402 (figura a seguir) possibilitou a utilização dos vários tipos de veículos para se chegar à região dos Lençóis Maranhenses: vans, ônibus, micro-ônibus, táxis e, principalmente, o carro particular. A partir desse projeto estrutural surgiram muitas cooperativas de transportes rodoviários com saídas diárias para a capital do Estado, favorecendo o fluxo de pessoas.

As ações do PRODETUR na primeira fase geraram inúmeros benefícios para o turismo maranhense, representados pelo aumento do fluxo de visitantes e da receita turística, dinamizando a atividade na região. Porém, desencadeou também impactos negativos, provocado pelo crescimento desordenado da atividade na região dos Lençóis Maranhenses e início de um processo semelhante no Delta do Parnaíba.

No Maranhão, o PRODETUR destinou investimento em que tal projeto para o estado foi dividido em 4 etapas: a primeira, composta por São Luís/Alcântara; a segunda, pelo Parque Nacional dos Lençóis/Barreirinha; a terceira, por Açailândia/Imperatriz/Carolina; e, finalmente, a quarta, por Cururupu/Parcel Manoel Luís.

É importante salientar que, nessa primeira fase, o PRODETUR/NE, juntamente com o Banco do Nordeste e o Governo do Maranhão, destinaram investimentos para a criação de um plano turístico para o estado maranhense intitulado Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão, o Plano Maior (ARAÚJO, 2013). Conforme o exposto, o Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo no Estado¹⁸, implementado pelo governo estadual em 2000:

¹⁸ O “Plano Maior” aponta a necessidade de comunicação efetiva entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade para a organização de demais ações relacionadas ao setor turístico como viabilização de infraestruturas, implantação de equipamentos turísticos e outros. Portanto a singularidade paisagística existente no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses motivou os ensejos estaduais a se voltarem para o incremento dessa região. Para tanto, foi construída a MA-402 ou Translitorânea, interligando Barreirinhas a São Luís do Maranhão, reduzindo, assim, o tempo de viagem de nove para apenas três horas em média. Em seguida, iniciou-se um forte trabalho de mídia, com o intuito de levar as potencialidades turísticas do Estado, em especial, os Lençóis Maranhenses, ao conhecimento do público geral e, concomitantemente, fomentava-se a criação de estruturas e equipamentos turísticos. A era do turismo estadual foi, desse modo, definitivamente inaugurada, tendo à frente os Lençóis Maranhenses juntamente com o Pólo São Luís (SILVA, 2016, s/p)

Tem estratégia principal o incentivo ao turismo ecológico e cultural, que foram considerados nos diagnósticos como a principal vocação do Maranhão. Assim, o Governo do Estado está optando por um turismo de qualidade e buscando caminhos para a sustentabilidade. Denomina-se Plano Maior e além das atividades de treinamento e sensibilização local, prevê também uma consistente campanha de “marketing”, de forma a quebrar o isolamento da região no cenário nacional e internacional (MARANHÃO, 2016, s/p.).

Esse plano, pautado no discurso sustentável e no âmbito regional, foi formulado em 1999 pela empresa de consultoria de origem espanhola *Marketing Systems*. Essa empresa realizou um estudo que forneceu um panorama geral dos atrativos turísticos do estado, passando a dividi-lo, segundo Maranhão (2000), em diversos polos de interesse turístico. O plano estabeleceu estratégias de promoção do turismo maranhense, sobretudo apontou metas para a qualificação dos prestadores de serviço e para a participação das comunidades.

Nesse contexto, ressalta-se que no ano de 2002, verificou-se a formatação, negociação, aprovação e contratação do PRODETUR II, sendo considerados como “notórios” os benefícios para o público-alvo, como: a adoção do planejamento sistêmico, integrado e participativo, por mesorregião: a) fortalecimento da gestão municipal pela criação da capacidade das gestões administrativa e fiscal adequadas aos municípios, antes de qualquer investimento em infraestrutura; b) expansão e consolidação de mecanismos estruturais de controle social; c) compromisso de redução dos passivos ambientais decorrentes do PRODETUR I e II, e; d) inclusão de um componente voltado para a promoção de investimentos privados (PAIVA, 2014).

Portanto, o PRODETUR NACIONAL, tendo sido lançado em 2008, posteriormente, extrapolou a Região Nordeste e Minas Gerais incorporando 20 estados e diversos municípios. Essa ampliação do programa busca fortalecer a Política Nacional de Turismo, consolidando a gestão turística de forma democrática e sustentável, empregando investimentos regionais, estaduais e municipais, tendo em vista desenvolvimento do turismo nacional fortalecido que possibilite a geração de emprego e renda, resultando em planejamento de alcance nacional imbricado ao PDITs – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (Estratégias do Produto Turístico, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços e Gestão Ambiental).

No Maranhão, as ações se intensificaram, sobretudo na Ilha do Maranhão e também em alguns municípios onde as políticas públicas de turismo (com destaque para o Plano Maior de Turismo da década de 1990) incentivaram a instalação de empreendimentos hoteleiros e a publicidade de atrativos turísticos. O “Plano Maior” priorizava o desenvolvimento do turismo no litoral maranhense, visto que, dos cinco primeiros polos de interesse turístico estabelecido no estado, mas um destes não se situa no litoral.

Dessa forma o Plano Maior ou “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão”, compreendia a elaboração e implementação em três etapas, tendo iniciado em 2000 e consolidação em 2010. Destacando que a análise diagnóstica apontou problemas e potencialidades, o que contribuiu para estruturação desses cinco polos turísticos, tendo em vista os recursos naturais e socioculturais dos municípios que os integram. Ficando definido em:

- Polo da Floresta dos Guarás – Cururupu, Cedral, Guimarães e Porto Rico;
- Polo Parque dos Lençóis – Humberto de Campos, Barreirinhas, Primeira Cruz, Santo Amaro, e Morros;
- Polo do Delta das Américas – Tutóia, Araiões e Paulino Neves;
- Polo de São Luís – São Luís, Alcântara, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar;
- Polo da Chapada das Mesas – Carolina, Riachão e Imperatriz.

Para Silva (2008), o plano definiu estratégias de promoção do turismo maranhense, além de estabelecer metas para a qualificação dos prestadores de serviço e para a participação das comunidades. Enquanto a versão atual corresponde ao período de 2010 a 2020, tem como objetivo consolidar e direcionar o Maranhão no setor turístico nos mercados nacional e internacional, em dois aspectos principais: Plano Operacional de Desenvolvimento, visando o desenvolvimento dos polos a partir de cada especificidade; e o Plano Operacional de *Marketing*, para divulgação da imagem do Maranhão para diversos mercados.

A partir dessa proposição induziu em 2011, nova divisão do estado em 10 (dez) polos turísticos conforme apresenta o Quadro 3, objetivando melhoria na qualidade de vida da população local a partir do crescimento econômico no fluxo de

capital, de acordo com características próprias e atrativos comuns (MARANHÃO, 2011).

Quadro 3 – Municípios que compõem os polos turísticos do MA

POLO	MUNICÍPIOS
São Luís	São Luís, São José de Ribamar, Alcântara, Raposa e Paço Lumiar;
Lençóis Maranhenses	Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão, Primeira Cruz e Humberto de Campos;
Chapada das Mesas	Imperatriz, Estreito, Tasso Fragoso, Riachão, Balsas, Carolina;
Delta das Américas	Paulino Neves, Tutóia, Araisos e Água Doce do Maranhão;
Munin	Icatu, Morros, Rosário, Axixá, Icatu, Presidente Juscelino e Cachoeira Grande;
Floresta dos Guarás	Guimarães, Cedral, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão, Cururupu, Bacuri e Apicum Açú;
Lagos e Campos Floridos	Cajari, Conceição de Lago-Açu, Lago Verde, Matinha, Monção, Pindaré-Mirim, Penalva, São Bento, São Vicente de Ferrer, Viana, Vitória do Mearim, Pedro do Rosário, Arari e Santa Inês;
Cocais	Aldeias Altas, Caxias, Codó, Coelho Neto, Pedreiras e Timon.
Amazônia Maranhense	Turiaçu, Cândido Mendes, Luís Domingues, Godofredo Viana e Carutapera;
Serras Guajaras Timbira e Kanela	Grajaú, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras, Sítio Novo, Arame, Formosa da Serra Negra, Itaipava do Grajaú e Fernando Falcão.

Fonte: Adaptado de Maranhão (2011).

Entretanto houve redimensionamento neste quadro, pois se engendrou novo mapa do turismo para o Maranhão com redução de 68 para 46 o número de municípios participantes das 10 regiões turísticas, cujo levantamento foi divulgado pelo Ministério do Turismo, pois em todo o país, foram identificados 2.175 municípios em 291 regiões turísticas. Este redimensionamento tem por finalidade melhorar a capacidade de o Ministério atuar de forma coordenada com os estados, regiões turísticas e municípios, para desenvolver e consolidar novos produtos e destinos turísticos (MTUR, 2016).

Tabela 1 – Categorização e redimensionamento do mapa do turismo/MA

CATEGORIA	2013	2016	DIFERENÇA
A	1	1	0
B	1	1	0
C	9	8	-1
D	44	27	-17
E	13	9	-4
TOTAL	68	46	-22

Fonte: Mtur (2016).

Quadro 4 – Regiões e municípios que compõem o novo mapa do turismo/MA

REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO E CATEGORIA (A,B,C, D e E)
Polo São Luís	Alcântara, Raposa e São José de Ribamar (D); São Luís (A)
Polo Amazônia Maranhense	Carutapera e Turiaçu (D); Luís Domingues (E).
Polo Chapada das Mesas	Carolina e Riachão (D); Estreito (C); Imperatriz (B); Tasso Fragoso (E).
Polo Cocais	Caxias, Codó e Timon (C); Coelho Neto e Pedreiras (D).
Polo Delta das Américas	Água Doce do Maranhão e Tutóia (D); Araioses e Paulino Neves (E).
Polo Floresta dos Guarás	Apicum-Açu, Cururupu, Guimarães e Mirinzal (D); Porto Rico do Maranhão, Cedral e Serrano do Maranhão (E).
Polo Lagos e Campos Floridos	Conceição do Lago-Açu (E); Santa Inês (C); Monção, Arari, Penalva, Viana e Vitória do Mearim (D).
Polo Lençóis Maranhenses	Barreirinhas (C); Humberto de Campos e Santo Amaro do Maranhão (D).
Polo Munin	Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros e Rosário (D).
Polo Serras Guajajara Timbira e Kanela	Barra do Corda e Grajaú (C); Jenipapo dos Vieiras (E).

Fonte: Mtur (2016).

Para Tomio (2000) o turismo além de contemplar aspectos quantitativos deve priorizar o bem-estar da população, pois, o principal objetivo dessa atividade é promover o bem-estar e a qualidade de vida das populações envolvidas, cuja experiência mais exitosa é o desenvolvimento local e econômico participativo. Entre estes polos sobressaem-se os segmentos turísticos: negócios e eventos; sol e praia; turismo cultural; ecoturismo; turismo de aventura; turismo náutico e turismo rural, (cf. abaixo o mapa turístico).

Coriolano (2006) confronta os discursos de governo, pelo fato de apresentarem o turismo como possibilidade de inclusão social, mas o que de fato apresentam são receitas mágicas, como se tudo fosse se desenvolver e a população passasse a usufruir de imediato por meio dos benefícios trazidos pelo turismo, sem considerarem a realidade local e os problemas causados pela falta de infraestrutura e acesso a serviços. As políticas de turismo se materializam como sistemas logísticos globais comandados por corporações e bancos internacionais que se sobrepõem à lógica dos Governos Estaduais e Municipais, redirecionando-as para interesses globais, apesar de guardarem especificidades regionais.

Nessa perspectiva a utilização dos meios de comunicação tem propagado esse discurso e disseminado os atrativos turísticos dessas localidades, mas o visitante acaba se deparando com um quadro diferente do que é proposto, como; dificuldade na acomodação, transporte e acesso a serviços básicos. Esse cenário demonstra que;

Os benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística são alardeados pela mídia e tem constituído a principal justificativa de planos e projetos de grande porte [...] sem que, entretanto, mecanismos efetivos tenham sido criados para garantir a reversão desses benefícios para as populações dos núcleos receptores (CRUZ, 2003, p.114).

A ambivalência dos discursos políticos em esferas municipais propicia ausência de apoio à população que, resulta em desdobramentos individuais por parte desta para receber o turista e, assim, obter fonte de renda extra, nuance do turismo de base comunitária, que, além de servir para o processo de desenvolvimento da atividade turística, preserva a identidade cultural da comunidade receptora, contribuindo para a preservação da tradição local e disseminação da cultura (PINHEIRO, 2012). Em observação a discussão da regionalização do turismo vale ressaltar que o Estado do Maranhão estruturou-se geograficamente em 32 regiões de planejamento, e políticas públicas implementadas de forma mais efetiva e

concreta, numa nova relação Estado-Território, com vistas ao desenvolvimento sustentável voltado para a valorização do potencial endógeno das regiões.

Essa regionalização do Maranhão, instituída pela Lei Complementar N.º 108 de 21 de novembro de 2007¹⁹, para novo ordenamento do território, em consonância com a Orientação Estratégica de Governo e as demandas da população com finalidade à institucionalização de novas formas de governança, visa a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população maranhense (MARANHÃO, 2008).

Entre as características que delimitaram as regiões geográficas, estão: aspectos fisiográficos (relevo, uso da terra e cobertura vegetal), infraestrutura de acesso (estradas), conformação e número de municípios, aspectos socioeconômicos, cultura e sentimento de pertencimento, com finalidade de instituir formas de governança. Assim, foi identificada em cada região de planejamento a sua matriz estratégica, ou seja: pontos fortes e fracos bem como ameaças e oportunidades.

No decurso histórico e geográfico do conceito de Região, surgiram várias formulações metodológicas para a divisão territorial e regional brasileira. Cruz (2000) salienta que o ordenamento do desenvolvimento da atividade turística, deve ser feito por meio da política, que deve anteceder os planos de turismo, já que a política é um conjunto de diretrizes e ações do poder público. Dessa forma, segundo Barreto (2003, p.33):

No turismo, o papel das políticas públicas deveria ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade. Cabe ao Estado construir a infraestrutura de acesso e a infraestrutura básica urbana - que também atende à população local - e promover uma superestrutura jurídico-

¹⁹ O trabalho se desenvolveu a partir da definição de critérios que reunissem o conjunto de características que delimitassem regiões geográficas, dentre os quais estão: aspectos fisiográficos (relevo, uso da terra e cobertura vegetal), infraestrutura de acesso (estradas), conformação e número de municípios, aspectos socioeconômicos, cultura e sentimento de pertencimento. Antes o Estado estava dividido em 18 regiões administrativas, o que dificultava a ação governamental, tendo em vista o tamanho e a distância entre as sedes dos diversos municípios que a compunham aliada a precariedade do sistema viário existente. O novo modelo adotado, 32 regiões de planejamento, potencializa o desenvolvimento regional e territorial, no sentido de melhor efetivar as ações governamentais e integrar políticas públicas estaduais, municipais e federais, se constituindo num pré-requisito para o processo de descentralização administrativa das ações do Governo. As diversidades regionais do território brasileiro, com notória particularidade do Maranhão, resultam de complexa e dinâmica matriz de interação de fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos. Assim, o propósito foi fazer a Nova Regionalização do Estado, tendo em vista que o Maranhão, como todo o Brasil, apresenta grandes desigualdades inter-regionais, resultantes de um processo histórico acelerado pela globalização, que nas últimas décadas permitiu a dinamização ou a estagnação de regiões, com acirrados conflitos sociais em função do fluxo migratórios rumo às regiões dinâmicas. (SEPLAN, 2008).

administrativa (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar os investimentos que o estado realiza – que permitem o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os equipamentos e prestar os serviços – retornando na forma de benefícios para toda sociedade.

Discussões sobre as fragilidades de integração entre os estados que compõem o PDSRT no âmbito do PRODETUR/NE I e PRODETUR/NE II, apontam que a causa está na distribuição de investimentos e infraestrutura, uma vez que se dá prioridade aos municípios que se encontram no litoral, valorizando o turismo de sol e praia numa consubstanciação de lógica de ordenação turística regional, ao relacionar as destinações turísticas de Jericoacoara, no litoral oeste do Ceará, com as do Delta do Parnaíba, no Piauí, com as dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão. Pode-se assim considerar as políticas de turismo como o conjunto das decisões e ações relativas à alocação, estas amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos (federal, estadual ou municipal) referentes ao turismo, fato destacado por Carvalho (2000).

Assim, o Plano Nacional de turismo 2007/2010 reiterou a proposta de gestão descentralizada implementada na versão anterior. Essa política de descentralização na administração do turismo brasileiro, o governo lançou, calcado no PNT, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT): roteiros do Brasil, desvelando “como diretrizes políticas e linhas de ação a gestão coordenada; o planejamento integrado e participativo; e a promoção e apoio à comercialização” (BRASIL, 2004).

A descentralização²⁰ é tratada no Brasil por diversos autores (GUIMARÃES, 2002; ARRETCHE, 2004; ABRUCIO, 2005; ALMEIDA, 2005; SOUZA, 2006a) apresentando conceitos e tratamentos diferenciados no âmbito da literatura. Nas últimas décadas, acabou se transformando em uma “espécie de bandeira universal” utilizada por vários atores, grupos e setores visando distintos objetivos em múltiplos contextos e áreas disciplinares (GUIMARÃES, 2002). Desta

²⁰ Analisando a temática Penfold-Becerra (1998) apud Guimarães (2002) argumenta que nas ciências políticas entende-se como um mecanismo democrático possibilitando autonomia política em níveis locais e regionais. Enquanto que nas ciências econômicas, associa-se à cessão de responsabilidades das atividades econômicas públicas para o setor privado e nas sociais, como um instrumento de empoderamento da sociedade civil e na administração pública, como política que possibilita a transferência de responsabilidade administrativa do nível nacional para os regionais e locais. Radin (2010) faz um contraponto afirmando que por ser entendida como ferramenta de delegação de poder para diferentes níveis de governos e como forma de administrar as relações intergovernamentais, o uso da descentralização neste último campo disciplinar remete à transferência de autoridade para outras unidades, ou mesmo, fuga de responsabilidades.

forma, o programa de regionalização com suas metas e diretrizes corroborou para a elaboração do Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional em 2008. Esse plano objetivava induzir o desenvolvimento regional por meio de 65 destinos que possuísse infraestrutura básica e turística, atrativos qualificados, visando atrair ou distribuir significativo número de turistas ao entorno.

Assim, foi proposta a categorização turística dos municípios, justificando a necessidade de implementação do Programa de Regionalização do Turismo e, conseqüentemente, para a estruturação de destinos turísticos. Mantendo a amostra territorial dos 65 destinos para compor as pesquisas do Índice de Competitividade do Turismo Nacional e realizar análises e interpretações das mais variadas naturezas, considerando a série histórica de dados (BRASIL, 2016). Não obstante, esse fato não invalida os processos e nomenclaturas adotados pelas Unidades da Federação, uma vez que se trata de instrumento complementar possibilitando aprofundar análises e reflexões necessárias à promoção do desenvolvimento do turismo em cada região. Mas a categorização como instrumento passa a (re) definir a atuação do Governo Federal tendo em vista a elaboração e implementação de políticas públicas para o turismo.

A proposta possibilita reflexão e (re) definição de papéis de cada município das regiões turísticas inseridas no Mapa do Turismo Brasileiro. A partir de então, o ministério com a parceria do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e à Fundação Getúlio Vargas (FGV) realiza o Estudo de Competitividade dos destinos turísticos e avalia os principais indicadores de competitividade, corroborando na gestão do planejamento turístico das localidades incluídas no projeto dos 65 destinos indutores. A Secretaria Nacional de Políticas Públicas se responsabilizou em executar a política nacional para o setor, orientada pelas diretrizes do CNT, que, entre outras ações, estabeleceu o “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”, em observação aos destinos indutores do turismo brasileiro.

Para alinhar a Política Nacional de Turismo nos três níveis de governo o Programa de Regionalização do Turismo – PRT estimulou o incremento da competitividade nos destinos alvitrando cooperação e integração entre municípios. Segundo Henz (2009, p 73) a consolidação da regionalização exige um novo modelo de comunicação entre as esferas de poder, uma vez que o governo federal atua

como Estado descentralizado e Regulatório, oferecendo suporte, mas condicionando parte do processo decisório aos estados e municípios que conjugam o aglomerado turístico. Entretanto Emmendoerfer et al., (2012) faz ressalva quanto a aplicação do projeto, pois em alguns destinos indutores tem implicações quanto a questão intergovernamental e, concomitante, a problemas de coordenação e planejamento.

Essas implicações dizem respeito a: descontinuidades dos projetos, eventualmente por mudanças de gestores públicos; na aplicação das ações planejadas de forma *top-down*, ou seja, sem identificar as necessidades precisas nos estados e destinos indutores e na ausência de diálogo preferencialmente entre esferas federal e estadual referente às ações realizadas nos respectivos destinos. Os aspectos mostram que a aplicação de um projeto nos destinos, sem consulta prévia a respeito do interesse local e reais identificações contribui para divergentes ações intergovernamentais. Para tanto a importância do planejamento turístico do destino e da articulação local tem o intuito de minimizar os problemas e, sobretudo incentivar participação da sociedade no âmbito de conselhos municipais e estaduais, fóruns, conferências públicas e redes de cooperação.

Essa regionalização do turismo, segundo Coriolano e Almeida (2011), tem vários sentidos, dentre eles:

Descentralização de ações, revalorização de lugares e territórios, emergência do local com participação dos residentes e ainda no sentido das parcerias de sujeitos sociais e entre regiões, municípios e comunidades através de roteiros turísticos. Busca, ainda, a integração de destinos turísticos, criando roteiros que compartilhem oferta e infraestrutura de suporte de estados circunvizinhos. A primeira iniciativa foi o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (PDSRT) [...] (Idem, 2011, p.11).

Araújo (2013) complementa afirmando que analisar o PDSRT do Meio-Norte possibilita observar a repetição dos ranços que perpassa a construção histórica regional brasileira, marcada por divisões que longe de propor a formação de redes de confluências, busca-se justificar alguma política redencionista, aqui claramente marcada pelo PAC. O discurso simbólico para esses três polos turísticos do pela PDSRT ótica ambiental, histórica e cultural propõe estruturação interligando os polos supracitados, mas até então inexistente. Contudo, nesse contexto a condição da vocação para o turismo, justificou a proposição da política de regionalização, porém omitindo a lacuna deixada por falta de projetos específicos do referido plano de política de regionalização.

Nesse contexto o estado do Maranhão é considerado o único que elaborou proposta de política estadual (em metas, propósitos e base territorial) pelo PDSRT, e intitulou-se Projeto de Plano Popular de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão (PPDR), que assim como o Plano Maior, visava a dinamização da integração entre as organizações civis e sociais, buscando desenvolvimento regional sustentável (MATOS, 2013).

O planejamento formal do turismo por parte do Estado, segundo Beni (2001), teve início na França, ao final da década de 1940, por meio da criação do Primeiro Plano Quinquenal do Equipamento do Turismo Francês (1948-1952). Acerenza (1985) complementa afirmando que essa premissa aplicou-se na década de 1960, iniciando pela Europa, em seguida a América, expandindo-se, posteriormente, em quase todas as regiões do mundo. Assim, surgiram as formulações dos primeiros planos em nível regional. Entretanto conforme Hall (2001)²¹, a partir das décadas de 1970 e 1980, é que o turismo se configurou enquanto instrumento de desenvolvimento regional, visto a ampliação do foco das questões ambientais.

Para execução efetiva do PRT, realizou-se mapeamento de todo o território brasileiro²², a partir das micro e mesorregiões geográficas propostas na década de 1990. Por meio da integralização de municípios próximos e com peculiaridades, comuns e não comuns, culmina em transformação de regiões turísticas para ampliar a oferta dos atrativos, aumento da demanda e estimular crescimento de localidades, isto se justifica pelo fato das demandas maiores recursos serem difíceis de serem alcançadas de forma isolada em sua implantação. Nessa lógica seguem as seguintes diretrizes: ordenamento, normatização e regulamentação; informação e comunicação; articulação; envolvimento comunitário; capacitação; incentivo e financiamento, infraestrutura; promoção e comercialização.

O planejamento turístico está inserido na perspectiva histórica do planejamento regional brasileiro, tendo como estrutura fundamental a ação do

²¹ Conforme o autor, nesse período o governo, no momento em que se ampliam as questões ambientais, passa a se envolver menos com o fortalecimento da infraestrutura turística, dando maior ênfase à autorregulação da atividade.

²² Segundo Araújo (2013, p 91) no ano de 2004, foi elaborado o primeiro mapa da regionalização do turismo, realizado através de Oficinas de Planejamento e Definição de Estratégias feitas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal e onde foram identificadas as 219 regiões turísticas. Em 2005, por conta da dinâmica dos municípios envolvidos na regionalização, é realizado um novo mapeamento. Assim, em cada ano, esse mapeamento regional foi sendo alterado, visando fortalecer a atuação integrada e efetivar a gestão descentralizada das políticas de turismo no País.

Estado²³. Além disso, a utilização do conceito de região para o fenômeno turístico também denota ser essencial perante a construção do planejamento regional do turismo. Segundo Araújo e Bramwell (2002), esse “planejamento turístico em escala regional se torna um grande desafio” e uma das dificuldades é o fato das regiões serem uma entidade geográfica complexa:

As regiões geralmente incluem áreas com características físicas, espaço construído, recursos naturais, atividades econômicas, estilos de vida e conjunturas políticas espacialmente variáveis. Por isso, é muito difícil chegar-se a uma compreensão consistente de como esses elementos interagem entre si no contexto regional [...] (Idem, 2002, p. 95)

Haesbaert (2005) explica a importância de caracterizar a problemática da região e da regionalização a partir da produção do espaço, tanto pela interação da sociedade e natureza como pelas relações sociais concretas com especial destaque para o papel do Estado com as suas iniciativas de “criação de regiões”. Para elaboração de planos regionais o conceito de região vem sendo utilizado largamente sem ter tratamento epistemológico. Isto é comprovado em termos que designam elementos do turismo, como por exemplo, o “Turismo Regional” ou “Região Turística”.

A visão de construção de novo paradigma prevalecente sobre pressupostos ecológicos, se associa às políticas ambientais que independem da dimensão de medidas, e são imbuídas de caráter de responsabilidades públicas, enquanto Estado, correspondendo a territórios políticos e de poder. Nessa ótica, convém a orientação a partir de políticas públicas engendradas no decurso histórico da construção social. No reconhecimento do potencial turístico para o desenvolvimento de estratégias econômicas, os governos de diversos países assumem essa atividade como um instrumento de desenvolvimento regional, principalmente no que tange à elaboração de políticas públicas²⁴ voltadas para o setor. Portanto o planejamento turístico demanda decisões básicas articuladas às

²³ A intervenção do Estado através das políticas públicas que interagem nas atividades turísticas provém da necessidade de respostas aos problemas específicos do desenvolvimento, e prevenção dos impactos sobre o meio ambiente e as populações (BRANDÃO, 2004). O Estado por meio dessas políticas busca estratégias que envolvam principalmente ações planejadas, participativas e politizadas. Pois, apesar da existência de políticas públicas, têm um desenvolvimento marcado pela não incorporação de grandes parcelas da população.

²⁴ Na trajetória de políticas públicas e de planejamento turístico no Brasil, ainda é considerado incipiente. A partir das últimas três décadas é que a atividade turística recebeu destaque na economia nacional. O turismo é, antes de tudo, uma prática social, “[...] que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” Cruz (2003).

políticas públicas do Estado, município ou região, diretrizes que orientam o desenvolvimento turístico.

2.5 O DESTINO DOS LENÇÓIS NA ROTA DAS EMOÇÕES

Em junho de 2007, com o apoio do Ministério do Turismo, instituiu-se o primeiro roteiro turístico integrado operacionalizado no Brasil (RODRIGUES; SANTOS, 2012), articulando as ações governamentais por meio de assinatura de convênio entre três estados: Ceará, Maranhão e Piauí²⁵. A priori intitulado projeto CEPIMA (Ceará, Maranhão e Piauí), e no contexto atual denominado de Rota das Emoções conjugou ações entre os três estados da federação (consórcio público), por meio de aporte advindo da Cooperação Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Secretarias de Turismo dos estados envolvidos.

Figura 4 – Mapa do roteiro integrado – Rota das Emoções



Fonte: Rota das Emoções (2016).

Foram contemplados pelo projeto, 12 municípios pertencentes aos estados supracitados, cobrindo uma faixa litorânea de 300 quilômetros de praias que

²⁵ Trata-se de roteiro integra o litoral Costa do Sol Poente, extremo-oeste do Ceará, com o pólo Jericoacoara, Tatajuba, Piauí, com o Delta do Parnaíba, e o Maranhão, com os Lençóis Maranhenses (SANTOS, 2011).

compõem o roteiro Delta do Parnaíba - Jericoacoara - Lençóis Maranhenses, três destinos turísticos compostos por áreas de preservação ambiental e considerados de grande potencial turístico (ARAÚJO, 2014).

Essas políticas de investimento para o litoral foram particionadas (operacionais e políticas) por meio do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que vem implementando projetos no litoral do Nordeste brasileiro, e o Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (PRT), articulando a formação das redes político empresariais regionais através da cartilha intitulada “Formação de Redes”. Concebido como roteiro turístico macrorregional gerenciado pelo Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (PRT/2004) e pelo Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II (PRODETUR/NE II / 2006) interligando os três polos regionais de desenvolvimento turístico em roteiro integrado de investimentos possibilitando que grandes empresas estabeleçam associação em redes de parcerias²⁶.

Embora os objetivos sejam distintos no âmbito desses programas, ambos são complementares na estruturação do projeto Rota das Emoções. O PRODETUR/NE II é uma política de concessão de recursos para investimentos em turismo, sendo formada por um conglomerado de agências financiadoras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Tal investimento tem sido considerado como expressivo desde a criação do PRODETUR Nacional, pela aplicação significativa no litoral em que se localiza o projeto Rota das Emoções, ou seja, empregados em infraestrutura básica para o turismo: construção de rodovias estaduais e aeroportos, requalificação de regiões costeiras localizadas em grandes centros urbanos, implantação de planos diretores municipais, manutenção de acervo patrimonial e histórico, regularização de Áreas de Proteção Permanente (APP's) e Áreas de Proteção Ambiental (APA's), mapeamento por ortofotocartas de regiões costeiras, entre outros investimentos (SANTOS, 2011).

Não obstante o Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (PRT) prioriza organização, articulação e distribuição socioespacial dos arranjos produtivos regionais da atividade turística. Assim, por meio deste coordena-

²⁶ BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. Roteiros do Brasil: Programa de Regionalização do Turismo: Formação de Redes. Brasília, Mtur, 2005. Fonte: www.mtur.gov.br/regionalizacao.

se instâncias como o Conselho Nacional de Turismo (CNT), conjugando o cadastramento da mão-de-obra especializada de cada região ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a partir da divulgação de dados econômicos e territoriais indicam regiões priorizadas pela iniciativa privada do setor imobiliário no turismo.

O projeto previa a interligação das cidades de Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha e Chaval, no Ceará; as cidades de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correa e Cajueiro da Praia, no Piauí; e as cidades maranhenses de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Araisos. Conforme Matos (2013), a proposta de política estadual do Maranhão a partir do PDSRT (metas, propósitos e base territorial), do projeto intitulado de Plano Popular de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão (PPDR) elaborado em 2008, articulado ao Plano Maior, buscava a dinamização da integração entre as organizações civis e sociais, para desenvolvimento regional sustentável.

O mapa da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em que o nordeste maranhense, o norte piauiense e o noroeste cearense, apresentam pior cenário de desenvolvimento estabelecido pela tipologia do PNDR: baixa renda e economia estagnada. Esse fato foi determinante na elaboração desses “projetos” para municípios litorâneos, priorizando as ações de infraestrutura ao turismo sol e praia, principalmente aos que compõem o roteiro da Rota das Emoções.

O fato dos destinos, Jericoacoara, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses estarem localizados em parques ambientais, também se constituiu fator relevante na elaboração do plano para além dos agenciamentos financeiros em atenção à construção de vias de acesso. Porém, o discurso sustentável apresentado, se contrapõe ao fato de priorizar obras de acessibilidade que geram risco a zona costeira uma vez que se entende e comprova-se a fragilidade ambiental nestes locais.

Muitas das ações prioritárias não foram iniciadas e a maioria ainda se encontra inacabadas e algumas obras consideradas prioridade já se constituíam responsabilidade dos próprios Estados envolvidos. A área de abrangência, onde se encontram os Parques Naturais não possuem uma infraestrutura viária de integração, o que justifica a lógica de potencialização turística para os municípios da

região Meio-Norte tornando a Rota das Emoções o principal eixo de valorização turística.

No Maranhão a 'Rota das Emoções' abrange seis municípios: Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia, Araiões, Santo Amaro e Água Doce do Maranhão. Diversas obras vêm sendo executadas com intuito de facilitar o deslocamento a esses destinos e melhorar as condições de trafegabilidade tendo em vista o percurso alternativo entre as capitais maranhense e cearense – São Luís e Fortaleza.

A retomada da 'Rota das emoções', desencadeou algumas obras como: a extensão da rodovia MA-315 ligando a cidade de Paulino Neves a Barreirinhas com 34 quilômetros, que integrará Barreirinhas e o Parque Nacional de Jericoacoara, passando ainda pela área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. A retomada do desenvolvimento do roteiro abrange 14 cidades: Barreirinhas, Paulino Neves, Araiões, Tutóia e Santo Amaro no Maranhão; no Piauí, envolve os municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Prata e, no Ceará, Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz e Jijoca de Jericoacoara.

No entanto esta nova fase tem recebido críticas de ambientalista quanto aos impactos negativos gerados à área escolhida. Em contraponto a esse posicionamento, alguns sujeitos do turismo nos municípios contemplados destacam de forma premente que o acesso possibilita reduzir distância no trajeto entre Jericoacoara (CE) e os Lençóis Maranhenses e beneficia condutores de caminhões de carga na economia de tempo e custos promovendo à logística e o desenvolvimento do turístico local.

Destaca-se, que essas ações de infraestrutura da "Rota", estão inseridas no programa 'Mais Asfalto', que se constitui em reestruturação e pavimentação de rodovias e vias urbanas na região dos Lençóis Maranhenses, contemplando também a construção da MA-320, com 47 km de extensão, interligando o povoado de Sangue ao município de Santo Amaro (MARANHÃO, 2016).

Assim, integra os programas da gestão estadual: 'Mais Asfalto', 'Mais Saneamento', 'Mais Artesanato' e 'Mais Cultura e Turismo', intensificados nas cidades-polo da rota e nos municípios vizinhos, como Axixá, Humberto de Campos e Primeira Cruz. Os grandes esquemas de consorciação de capitais para investimentos em Áreas de Proteção Permanente (APP's) costeiras e

estabelecimento de redes empresariais das rotas de investimentos, as populações residentes nessas regiões precisam ser compreendidas a partir de suas posições e atuações nesses espaços. Portanto essas populações interferem nas ações estabelecidas pela dicotomia Estado-empresa.

A atuação da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável – ADRS (entidade de consórcio público) compreende a promoção e o apoio à comercialização dos produtos turísticos, a qualificação da mão de obra do setor, e o fortalecimento entre os municípios integrantes. Entre as finalidades estão: priorizar atividades para os setores do turismo e da cultura; realizar políticas de desenvolvimento; promoção e retomada das ações que viabilizam o desenvolvimento sustentável das regiões dos Lençóis Maranhenses, Litoral do Piauí e Litoral Norte do Ceará.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Parque Nacional de Jericoacoara, e o Delta do Parnaíba conforme apresentado de forma alvissareira nos projetos visa atender os diversos ecossistemas por meio de práticas de turismo de aventura, ecoturismo e entre outras atividades ligadas à natureza “enquanto roteiro planejado”. Pois, os princípios básicos determinados são: Compromisso com o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas; Fortalecimento da governança local; Efetivação do processo de integração em todas as instâncias; Vivência de uma experiência de grande significado ao turista; Observância das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais.

Nesta perspectiva desperta o olhar sobre o meio ambiente e o modo de produção capitalista, apresentando as contradições quanto à materialidade do desenvolvimento sustentável na dicotomia local-global, é essencial que a atividade turística garanta a qualidade de vida no sentido social, ambiental e biológico, na perspectiva da preservação dos recursos naturais considerando a ambivalência das necessidades econômicas, culturais, éticas e estéticas das pessoas e dos ambientes envolvidos.

3 O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS NO MARANHÃO: DESTINO INDUTOR E POLARIZADOR DA REDE HOTELEIRA

O Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, define parâmetros, avalia o estágio de desenvolvimento e elabora plano de ação subsidiando 65 destinos indutores do turismo para a competitividade em nível internacional. A primeira edição aponta estágio de competitividade turística de destinos do País no qual aparecem os principais indutores do turismo no estado do Maranhão: Barreirinhas e São Luís.

Os Destinos indutores são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, capazes de atrair e distribuir um significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos. (TOMAZZONI; POSSAMAI; LOVATEL, 2010, p. 17).

Categorizado como destino indutor, recebe do Mtur orientação e treinamento para elaboração e desenvolvimento do plano de ações com competitividade visando assistência às demandas nacionais e internacionais. E categorizado pelos atrativos qualificados e infraestruturas básica e turística disponíveis, configurando-se em núcleo receptores e/ou distribuidor de fluxos turísticos (BRASIL, 2013). A potencialidade ambiental somada a essas iniciativas de fortalecimento e de desenvolvimento integrado do setor de turismo possibilita processos, positivos e negativos, de exploração dos recursos naturais de forma acelerada.

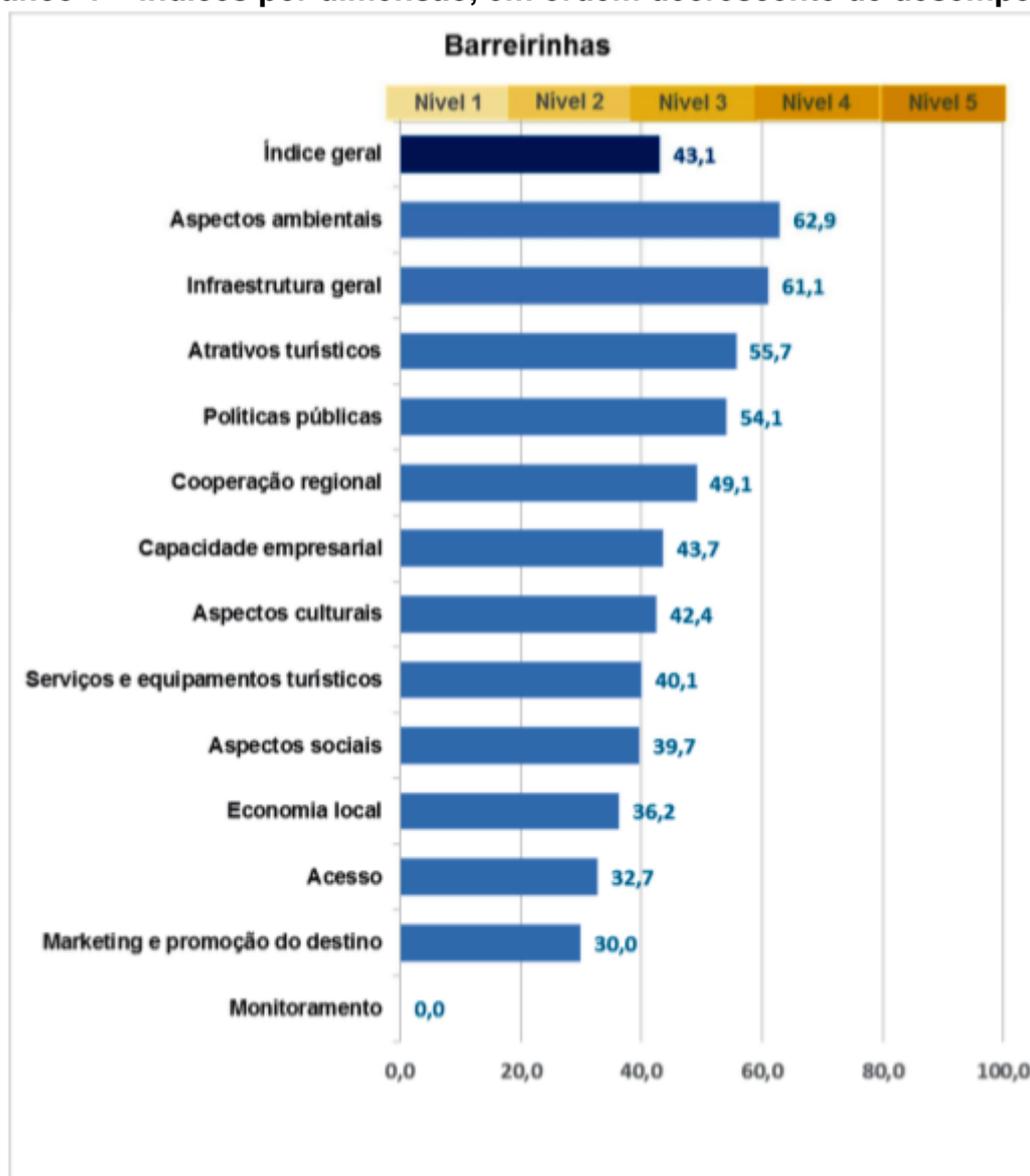
Portanto, a Política de “Estruturação dos 65 Destinos Turísticos”, incentivou o governo, estados e municípios a adotarem a categorização como instrumento de orientação para fins de implementação e gestão de políticas públicas de turismo e aperfeiçoamento da forma de distribuição de recursos públicos. Esse processo dinâmico de aprimoramento possibilita a identificação do desempenho da economia do turismo nos municípios enquadrados nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2016).

O relatório²⁷ de competitividade revelou o índice geral indicando o nível de competitividade alcançado pelos destinos turísticos, no qual o destino Barreirinhas situou-se no nível 3 de competitividade, e registrou queda em relação ao último ano da pesquisa. Neste sentido destaca-se que 32 destinos se encontram no mesmo nível que Barreirinhas, estágio em que se encontra a maior parte dos destinos pesquisados.

Assim, as dimensões com os maiores índices foram: aspectos ambientais e infraestrutura geral, resultados que atingiram o nível 4, porém necessitando de melhorias e inovações. Por conseguinte, as dimensões com os menores índices registrados foram: serviços e equipamento turísticos, aspectos sociais, economia local, acesso e marketing e promoção do destino com nível 2, e a de Monitoramento, cujo índice não ultrapassou o nível 1. Os resultados são analisados e ponderados a partir das características geográficas, econômicas e posicionamento do destino em relação às 13 dimensões.

²⁷ Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Relatório Brasil 2015. Para fins de análise, os índices de competitividade são divididos em cinco níveis, em uma escala de 0 a 1001: 5 entre 81 e 100; 4 entre 61 e 80; 3 entre 41 e 60; 2 entre 21 e 40; 1 entre 0 e 20.

Gráfico 1 – Índices por dimensão, em ordem decrescente de desempenho



Fonte: Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Barreirinhas (2015).

Como é possível observar no gráfico 1, as dimensões “aspectos sociais” e “aspectos culturais”, o índice registrado pelo destino está abaixo do esperado, situando-se no nível 2, posicionando-se abaixo da média nacional e da média do grupo das não capitais. Entretanto os “aspectos ambientais”, permaneceu estável mantendo-se no nível 4, mas poderia ter avançado nas três dimensões por meio do enfrentamento dos desafios que perduram no destino.

Diante do exposto o relatório apresentou como diferencial o fato do destino ser detentor de patrimônio natural diferenciado em forma e extensão - o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - com capacidade de atração de turistas

nacionais e internacionais; evidente sensação de segurança observada no destino; o destino faz parte da Rota das Emoções, importante projeto de cooperação regional, que auxilia na divulgação e promoção do destino. Porém apontando como desafios a necessidade de melhorias da infraestrutura de acesso ao destino; a ausência de Centro de Atendimento ao Turista no destino; a carência de estrutura de apoio no principal atrativo natural do destino o PNLN, (sanitários, áreas de apoio ao turista, itens de acessibilidade, lixeiras, entre outros) e controle de entrada de visitantes neste (PARNA).

Para as dimensões territoriais e diferenças regionais que o Brasil possui, é necessário ancorar-se nos diversos segmentos da sociedade civil, consolidando relações de corresponsabilidade para política nacional obter êxitos. Doravante no âmbito do turismo o desenvolvimento de forma plena e articulada aos demais setores da economia, necessita do entendimento dos diversos atores em todas as esferas sobre a lógica e a dinâmica dos movimentos pós-industriais, conjugando realidades global e local (TRIGO, 2009).

O município é reconhecido como principal via de acesso ao Parque Nacional – Barreirinhas. A diversidade natural como, dunas, rios, lagoas interdunares, manguezais, restingas e vegetações características de Cerrado e Caatinga constitui atrativos de exponencial interesse turístico do destino. O município localiza-se a 269 km da capital São Luís, Barreirinhas, porém conta com três vias de acesso: rodoviária, aérea e marítima.

O município de Barreirinhas²⁸, criado em 24 de março de 1930 pela Lei n. 471 e a origem do nome Barreirinhas, segundo moradores locais, vem das “barreiras”, que são paredes de argila de até 20 metros de altura ladeadas por dunas às margens do rio Preguiças (D’ ANTONA, 1997; 2002). Encontra-se localizado na mesorregião Norte-maranhense e na microrregião da Baixada Oriental Maranhense, onde se encontram os Lençóis Maranhenses (TASSO, 2011).

²⁸ O Distrito foi criado com denominação de Barreirinhas conforme dados documentais que constam sobre criação oficial da localidade na Lei Provincial n.º 481, de 18-06-1858. Assim, constituído à categoria de vila com a denominação de Barreirinhas pela Lei Provincial n.º 951, de 14-06-1871, e desmembrado do município de Tutóia. Sede na povoação de Barreirinhas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 a vila é constituída do distrito sede. Permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. A emancipação elevando à condição de cidade com a denominação de Barreirinhas pela Lei n.º 45, de 29-03-1938. A divisão territorial data de 1-VII-1960, e permanecendo em divisão territorial datada de 2014. (PORTAL DE BARREIRINHAS, 2012; IBGE, 2013).

Barreirinhas sendo um dos municípios que compõe o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - Unidade de Proteção Integral criada e mantida pelo Governo Federal, primeiramente sob a tutela do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), agora é gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Limita-se, ao norte, com o Oceano Atlântico e a leste com os municípios de Paulino Neves e Santana do Maranhão; ao sul, com o município de Santa Quitéria do Maranhão e, a oeste, com os municípios de Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz. A costa é recortada por uma planície litorânea com dunas e planaltos em seu interior, característicos do relevo maranhense. Abrange uma área de 3.111,30 km².

Em relação dos primeiros habitantes e data exata de ocupação da região de Barreirinhas ainda é desconhecido, havendo apenas indícios da presença indígena. D'Antona (1997, p.103-4) faz referência à existência de lugares com denominações indígenas, o que pode denotar a presença dessa etnia, como os "Caetés", uma tribo indígena "Tapuia", derivado de "Tapuias", genérica denominação tupi para inimigos e mestiços; "Caburé", que além de nome de uma ave, pode significar "caboclo".

Acredita-se que o rio Preguiças e afluentes tenha sido um facilitador, ou seja, via de acesso para povoamento não indígena, por meio das embarcações com homens e mulheres à procura de lugar para se fixar. D'Antona (1997) recorreu à literatura sobre o ciclo da cana, do algodão e à escravidão, na busca por mais informações sobre o povoamento da região de Barreirinhas. Assim, descobriu que Barreirinhas encontrava-se à margem desses processos econômicos, pois o círculo de Tutóia a incluía como participante menor do ciclo canavieiro maranhense, e ainda inexpressivo na cultura do algodão.

O caminho interligando São Bernardo do Paraíba, hoje denominado de São Bernardo, à São José do Peria (Miritíua), conhecido atualmente de Humberto de Campos, estava entre os primeiros caminhos de acesso a região de Barreirinhas no período de 1835, viabilizando a ocupação humana na localidade (RAMOS, 2008). Para o autor a construção de uma ponte sobre o rio Mocambo, em 1849, como parte de uma estrada que vinha da comarca Campo Maior-PI à Brejo-MA e desta à Icatú-MA, contribuiu para o seu desbravamento, configurando-se uma das motivações

para chegada de pessoas que se instalaram às margens do rio Preguiças contribuindo para formação de pequenos povoados. Durante esse tempo o movimento de entrada e saída se dava por meio de canoa ou a cavalo.

Segundo Tasso (2014, p 37) e Silva (2008) o ano de 1858 foi marcado como o período em que, ao se desmembrar dos municípios de Tutóia, Brejo, Miritiba de São José do Peria e São Bernardo, a localidade recebe a denominação de “Paróquia”, ou por outro entendido como “Freguesia”, pela Lei Provincial nº 841 (IBAMA/MMA, 2002). Portanto o título outorgado foi, “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Barreirinhas” (IBGE, 2013). Entretanto a localidade foi denominada como “Distrito de Barreirinhas”, em 14 de junho de 1871 (ICMBIO, 2003), considerada também de “Vila de Barreirinhas” (IBGE, 2013), pela Lei nº 951.

O autor recorreu à literatura sobre o ciclo da cana, do algodão e à escravidão, em que Barreirinhas parece estar à margem desse processo, mas o círculo de Tutóia a incluía como participante menor do ciclo canavieiro maranhense e inexpressivo na cultura do algodão[...] a relação entre as secas no Ceará e os movimentos migratórios para a região dos Lençóis Maranhenses remontam aos séculos XIX e XX, trazendo um fluxo de pessoas com práticas de lavoura e pesca para a região (D'ANTONA, 1997).

Fragmentos históricos caracterizando os tempos de engenho da cana-de-açúcar no século XVIII e XIX, Santo Antônio e Santa Cruz, antigas fazendas que, hoje, estão em ruínas, revelam as primeiras povoações da localidade. Historicamente, se destacaram pela importância econômica advinda da produção de açúcar, aguardente e arroz.

Nos anos '70 do século XX, o percurso de 345 quilômetros e oito horas de viagem para Barreirinhas, envolvia o trajeto: BR-135 (São Luís ao Entroncamento), BR-222 (Entroncamento-Itapecuru-Vargem Grande), MA-226 (Placas-São Benedito do Rio Preto e Urbano Santo), MA-225 (Urbano Santo a Barreirinhas). Nesse mesmo período a Petrobrás iniciou pesquisas de prospecção de petróleo na região, que conforme estudos na área definiu-se a exploração como economicamente inviáveis. Assim, o ensaio de prospecção de petróleo na região engendrou caminhos para as pesquisas, porém foi encontrado apenas gás e tendo abandono das pesquisas na década de 1980.

O turismo é a atividade econômica mais importante dessa região, e o comércio, da lavoura de buriti, castanha de caju e da pesca, destaca-se também a exploração do gás natural. Nesse contexto convém destacar que a produção e comercialização da castanha de caju, o artesanato feito da palha do buriti e os doces do fruto da mesma planta colocaram a região em evidência. Outro produto muito conhecido na região é a farinha, mas há quem diga que as casas de farinha responsáveis pela produção tipicamente artesanal estão desaparecendo. Pois se observa um número reduzido das casas de farinha que funcionam principalmente como pontos de visita turística. O cultivo de mandioca possibilita a produção da farinha de tapioca

A importação desse produto na forma industrializada a um custo mais acessível tornou o mercado cada vez mais difícil para a produção local artesanal. Outra situação foi o caso da pesca de subsistência, que deixou de ser sua principal atividade para dar lugar à produção agrícola, ainda que incipiente. Em Barreirinhas destaca-se ainda atividades secundárias como o cultivo de cana de açúcar, milho, banana, laranja, feijão e melancia (considerada inferior importância econômica).

Ainda que a Petrobrás não tenha permanecido na região, contudo foi um período de destaque do município. D'Antona (2000) reitera que esse momento foi marcante, por que trouxe mudanças com a instalação de infraestrutura urbana, como serviços públicos de água encanada e energia elétrica. Portanto anterior a 1960, a energia elétrica na cidade era distribuída através de um motor a óleo, que fornecia energia. Este acontecimento foi incentivo para início de dinamização da economia local pela construção de estradas vicinais e novos equipamentos de transportes terrestres (jipe e o caminhão), alterando sensivelmente a vivência cotidiana atingindo aspectos culturais da população barreirinhense.

Os investimentos para o turismo na região nos anos 1990 que tornaram o município, a principal "porta de entrada" para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, desencadeou a construção da Rodovia MA-402 e um intenso crescimento na prestação de serviços, como hotéis, pousadas, passeios turísticos, restaurantes entre outros. Ressalta-se que antes da construção da Rodovia MA-402, o município de Barreirinha esteve relativamente isolado. O acesso pode ser realizado ainda pela região do Delta do Parnaíba passando por Tutóia (por meio da MA-034), por via marítima e aérea.

A rodovia MA-402 decorrente dos investimentos do “Plano Maior” deu acesso a MA-225 (300 quilômetros) e interligava a MA-225 à BR-135, inaugurada em 2002 (Gráfico a seguir) possibilitou aumento do fluxo de turistas, do número de bens e serviços por intermédio de vários tipos de veículos para se chegar à região dos Lençóis Maranhenses: cooperativas de transportes, vans, ônibus, micro-ônibus, táxis e, principalmente carro particular. Esse fato favoreceu o crescimento acelerado da população entre os anos 2000 a 2010, quando o número de habitantes no município mudou consideravelmente de 39.669 para 59.746 (IBGE, 2010).

Percebe-se significativo aumento da população em apenas sete anos, entre 2000 e 2007 a população passou de 39.669 para 47.850 habitantes, crescimento quase duas vezes maior que no intervalo de vinte anos entre 1970 e 1991. O censo do IBGE demonstra que, em 1940, cerca de 90% da população do município residia na zona rural. E em 1991, 74,9% da população residente no município localizavam-se na zona rural (IBGE, 2010).

Atualmente com uma área de 3146,88 km² e uma população de 54.930 hab. O intervalo entre 2000 e 2010 a população urbana cresceu de 33,44% para 40,15% e a população rural de 66,56% para 59,85%. Assim a população referente à zona rural está distribuída nos povoados, muitos destes considerados pontos turísticos da região dos Lençóis Maranhenses, como é o caso de Vassouras, Mandacaru, Atins, Caburé, Espandarte e Queimada dos Britos.

Entre 2000 e 2010, a população de Barreirinhas cresceu a uma taxa média anual de 3,35%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 33,44% para 40,15%. Em 2010 viviam, no município, 54.930 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 3,07%. Na UF, esta taxa foi de 1,53%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 24,73% para 33,44% (MARQUES, 2012).

Tabela 2 – População total, por gênero, rural/urbana – Barreirinhas

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Total	30.099	100,00	39.498	100,00	54.930	100,00
Homens	15.568	51,72	20.314	51,43	28.132	51,21
Mulheres	14.532	48,28	19.184	48,57	26.798	48,79
Urbana	7.442	24,73	13.209	33,44	22.053	40,15
Rural	22.657	75,27	26.289	66,56	32.877	59,85

Fonte: PNUD (2016).

Fatores influenciaram essa evolução considerável da população, dentre estas acredita-se que, além dos investidores externos e multiplicação de empreendedores internos imbricado às iniciativas estaduais e federais de estruturação do espaço urbano. Acredita-se que o aumento esteja também associado à facilidade de acesso ao município após o ano de 2002, devido a inauguração da Rodovia MA-402 denominada de translitorânea.

No entanto o real motivo foi a descoberta/valorização das áreas naturais aliada ao desenvolvimento da atividade turística local. Assim, diversos fatores, fortaleceram a expansão populacional dessas localidades. A partir dos investimentos que contribuíram para a formação do Polo “Lençóis Maranhenses”, possibilitou algumas mudanças sob a perspectiva estrutural para o turismo em Barreirinhas e gerou múltiplas expectativas na sociedade o que desencadeou a chegada de novos residentes e aumento das denominadas segundas residências ao município à busca de oportunidade de trabalho, renda e melhores condições de vida dentre estas pessoas trabalhadores rurais. A estruturação do cenário turístico e o aporte gerando investimentos externos corroboraram para o incremento populacional (TASSO, 2010).

A promoção da cultura local por meio da atividade turística possibilita aproximação entre turistas, imigrantes e nativos resultando em mudanças comportamentais, ou seja, alterando sensivelmente os costumes da população. No entanto, trata-se de acontecimento inevitável, uma vez que a sociedade vista como organismo dinâmico em que a cultura como parte deste processo social contribui para a promoção do lugar e para globalização. A atração do turista pelos costumes locais possibilita a valorização dos regionalismos, ou seja, do conjunto de particularidades da região, assim como determina preservação da cultura local tendo

em vista o interesse do turista, não obstante vale ressaltar como contraponto o risco iminente de se transformar em massificação cultural desencadeando a perda da identidade local.

Resgatar e preservar alguns aspectos da cultura local impulsionou a criação do Espaço Nordeste, ainda assim percebeu-se mudanças comportamentais principalmente no cotidiano dos moradores mais antigos, no que diz respeito aos hábitos alimentares, no modo de falar, nos festejos, costumes e outros aspectos. As características culturais não devem ser vistas como elementos que se extinguem com o tempo caso não sejam plenamente conservadas, e sim como parte de um processo de transformação contínua (CANCLINI, 1997).

Neste sentido, é possível perceber que em um mundo globalizado não há identidade que não entre em contato com outras e essa troca não necessariamente significa perda, mas se cruzam de forma qualitativa. Diante desse tipo de movimento populacional sazonal evidenciado, sobretudo pela mídia, atribuído a essa região principalmente ao povoado de Caburé, tem provocado intenso debate acadêmico. Denominada de “transumância” o deslocamento temporário de residência; em contraponto as ciências sociais refutam esse tipo de classificação.

Em Barreirinhas, a polarização acontece: quem vive do turismo, promove a ideia do nomadismo para os visitantes; quem prefere exaltar a região, eximindo sugestões que possam ser associadas ao seu “atraso” D’Antona (2000). E o desenvolvimento desordenado e alheio ao que se espera de uma prática sustentável no município de Barreirinhas, refletido no crescente impacto sobre os recursos naturais, conflitos no âmbito da cadeia do turismo, e na relação com residentes, sobre tudo, o descaso com o crescimento das desigualdades sociais conforme relatório de indicadores sociais locais, reconhecidos entre os piores, principalmente dentro do próprio estado (CNM, 2008).

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

Barreirinhas	Código: 2101707
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	
IDHM 2010	0,570
IDHM 2000	0,361
IDHM 1991	0,251

Fonte: IBGE (2010); Atlas Brasil (2013).

Assim, em que pese à análise da competitividade especialmente de destinos turísticos é considerado um desafio, uma vez que o desenvolvimento com bons resultados do destino não se constitui com fatores presentes apenas no nível empresarial, mas são necessários aspectos do entorno social do destino. Para a gravidade desses indicadores D'Atona (2000), justifica ao ressaltar que:

Municípios da região estão assentados em areias, impróprios à agricultura e à pecuária, além de se constituírem barreiras naturais para deslocamento e escoamento da produção, à manutenção da saúde e educação escolar [...], além disso, a imposição da produção sazonal pelas estações de inverno e verão (chuva e seca), determinando o tipo de produção, o tempo e o modo (os meios de produção de subsistência não apontam solução). Esse fato incentiva os residentes pela busca de mudança de vida pelo trabalho, vislumbrando o turismo como alternativa para desenvolvimento.

Coriolano (2003) explica que o modelo de desenvolvimento que se estabeleceu no Brasil, separou pobres e ricos, os lugares, em desenvolvidos e subdesenvolvidos, é imitado de outros países, é excludente e segregador. As experiências que tiveram resultados significativos em outros lugares precisam ser estudadas quanto à aplicabilidade, ou seja, não podem ser vistas como normativas.

A regionalização do turismo se configura principal suporte para a descentralização do poder. Entretanto, o poder continua sendo centralizado pela alta administração, quando estabelece metas, objetivos e estratégias a serem alcançadas pelos governos estaduais e municipais, sem a sua participação efetiva no processo de construção das políticas públicas (RESENDE, 2008, p. 259).

O planejamento dos serviços urbanos promove a infraestrutura turística conforme a realidade do lugar, a partir de distintas concepções, formas, métodos e técnicas, conservação ambiental, ordenamento territorial, processo participativo e inclusivo para que a atividade progrida. Porém, as políticas verticalizadas não determinam o desenvolvimento endógeno do turismo, pois privatizam, elitizam e pulverizam medidas que deflagram a necessidade de construção coletiva do conhecimento e valorização do capital social tendo em vista a organização e participação dos sujeitos do turismo em rede.

3.1 A OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO

O município revela uma representatividade turística integrada por meio de práticas cooperativas entre os agentes envolvidos diretamente com a atividade.

Possui numero significativo de agências de turismo, incrementando passeios aos principais atrativos turísticos. Destacando que entre essas agencias algumas são filiais de agências da capital do Estado, São Luís/MA. O destino turístico se configura competitivo quando aperfeiçoa a qualidade da oferta turística. Assim, competitividade se constitui por meio da capacidade de comercializar a demanda e negociar oferta, existência de produtos substitutos e de concorrentes e produtividade das empresas.

A infraestrutura turística no município é constituída por agências de viagens, pousadas, hotéis, resorts, flats, aeroporto e restaurantes. Conforme dados da Secretaria de Turismo de Barreirinhas registra-se a existência de aproximadamente 109 empresas relacionadas diretamente à atividade turística. Entre essas empresas ligadas ao trade turístico do município estão os empreendimentos hoteleiros com um numero expressivo de hotéis e pousadas, sendo estes, objeto dessa pesquisa. Os meios de hospedagem recebem diversos segmentos de turistas, pois o município dispõe desde hotéis e resorts à pousadas simples e albergues projetados por famílias da própria comunidade. Dispõe ainda de restaurantes relativamente bem estruturados sendo a maioria localizado na Avenida Beira Rio, às margens do Rio Preguiças. Ressaltando que algumas pousadas, hotéis e resorts dispõem de restaurantes.

Figura 5 – Meios de hospedagem do município (resorts, hotéis e pousadas)



Fonte: Elaborado pela autora.

O turismo em Barreirinhas recebe apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/ IFMA; Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Motéis, Restaurantes, Bares em Turismo, e Hospitalidade e Regiões dos Lençóis Maranhenses – SINTRATHUR-MA; e Casa do Turista, sendo sede da Secretaria de Turismo.

Conforme Bastos (2013, p 81) o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, criado por meio da Lei Municipal nº 565/2007, é considerado o órgão responsável pela governança da atividade turística no município com a participação e colaboração de representantes: do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, Secretaria de Educação e Cultura, representantes de organizações não governamentais, comunidade local, empresários de agências de viagens, restaurantes e meios de hospedagem.

Figura 6 – Órgãos público ligados à atividade turística em Barreirinhas



Fonte: Bastos (2013).

O transporte rodoviário é o principal meio de acesso ao município de Barreirinhas. A extensão de 260 km, correspondente à distância entre São Luís e Barreirinhas, pode ser percorrida em um intervalo de três horas. A implantação da MA-402 no trecho Humberto de Campos/Barreirinhas, supriu uma demanda por infraestrutura rodoviária e transportes, oferecendo condições adequadas e seguras para o acesso e tráfego das populações assentadas na área, reduzindo distâncias (ICMBio, 2016).

Figura 7 – Portal de entrada do município de Barreirinhas



Fonte: Elaborado pela autora

Além disso, os carros com tração e lanchas são utilizados para conduzir os visitantes nos circuitos turísticos, o município dispõe também de campos de pousos que recebem aviões de pequeno porte, os quais estão na categoria monomotor e bimotor, realizando voos fretados, com tempo médio de duração de 40 minutos, entre São Luís e Barreirinhas. E nesta modalidade de transporte, não existem linhas interiores e o serviço é efetuado por aeronaves particulares e por táxi aéreo. Os meios de transporte cadastrados à atividade turística se articulam na forma de cooperativas de toyoteiros, de lanchas e de táxi.

A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e investimentos decorrentes do “Plano Maior” na região provocou a expansão no número de visitantes em Barreirinhas. Esse crescimento acelerado da atividade turística no município foi também fortalecido pela ampla divulgação da região, e, principalmente, do Parque.

Portanto, para Tasso (2014, p 40) o planejamento, organização, operacionalização e desenvolvimento do setor de turismo no Estado do Maranhão,

inclusive do município em tela, teve início a partir da implantação, do “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão”, conhecido como Plano Maior. No entanto o município de Barreirinhas, ainda está distante dos grandes centros turísticos, pois ainda se encontra com infraestrutura deficiente frente a outros destinos turísticos, mesmo dispondo de: atrativo turístico exponencial, ações e ascendente demanda nacional e internacional. A EMBRATUR classifica a cidade de Barreirinhas como um dos principais polos turísticos do Maranhão considerando os atrativos turísticos dos Lençóis Maranhenses que se estendem até o Delta do Parnaíba (Polo Delta das Américas).

Tais desdobramentos transformaram o polo turístico, elevando a patamares nacionais e internacionais. E investidores externos e internos instalaram empreendimentos turísticos de pequeno, médio e grande porte. Nessa perspectiva as atividades tradicionais como a pesca e a extração de produtos primários – como milho, arroz, mandioca, caju, entre outros, aos poucos, deram lugar à prestação de serviços em estabelecimentos hoteleiros, alimentação, e nas obras de saneamento básico, urbanização e infraestrutura (SILVA, 2004).

Nessa perspectiva Krippendorf (2001) diz que nativos das regiões visitadas manifestam descontentamento com a invasão dos espaços e com a sensação de exclusão. A preocupação mundial repousa, portanto, na dicotomia dos impactos causados pelo turismo, positivos e negativos, demandando processo de planejamento e desenvolvimento, no qual os principais atores do turismo sejam contemplados e tenham autonomia em participação da gestão adotada.

Apesar das iniciativas governamentais do Estado do Maranhão corroborarem para a dinâmica da atividade turística até o contexto atual, não exime os entraves e conflitos que ainda persistem. Assim, a despeito dos esforços empreendidos e resultados econômicos obtidos, a atividade turística não tem correspondido às expectativas de desenvolvimento social esperado.

3.2 OS ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS

Advento do turismo o município de Barreirinhas exerce exponencial liderança regional, considerando ainda que é uma das cidades mais desenvolvida da região. D’antona (1997) destaca que os Lençóis Maranhenses, não são apenas

cartão postal, mas um tecido de práticas humanas, repleto de significados atribuídos por aqueles que ali vivem e manejam os recursos, e por aqueles que para ali dirigem seus esforços e sentimentos.

Essa região possui diversos povoados, entre eles as comunidades ribeirinhas de Tapuio, Laranjeiras, Vassouras, Caburé, Mandacaru e Atins, distribuídas ao longo do rio Preguiças, se destacam por serem reconhecidas como foco de visitação turística. Diversos atrativos além das dunas e lagoas são ofertados como praias em Barra do Tatu, Moitas, Morro do Boi, Ponta do Manguê, Vassouras, Travosa, Atins, e Caburé povoado constituído por grupos de pescadores, com pequenas cabanas onde são oferecidas refeições à base de peixe aos turistas.

Nessa perspectiva algumas operadoras de turismo incluem visitas a Tapuio, no intuito de mostrar as casas de farinha. Em todos esses lugares é possível realizar diversas atividades, como: caminhadas, observação de fauna, piquenique nas áreas abertas a visitação, banhos nos lagos, esportes náuticos, passeios de bicicleta e direção fora de estrada. Os povoados, Queimada dos Britos e Baixa grande uma região de zona primitiva localizados no interior do campo de dunas do PARNA Lençóis é possível realizar trekking para travessia do Parque. Essa visitação é controlada para o mínimo de impacto, sendo proibido passeio turístico ou visitação em veículo motorizado. Esses povoados apresentam atividades econômicas distintas que vão do extrativismo à manufatura de tijolos. Silva (2008) destaca que em Caburé a especulação imobiliária vem expulsando os autóctones.

O rio Preguiças é utilizado pelos turistas para passeios de barco em direção à entrada do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e também pela população local, que se desloca até as comunidades ribeirinhas. Os barcos ou lanchas saem da Beira Rio, que é considerada um dos principais pontos de visitação e partida para a realização dos passeios.

Figura 8 – Beira Rio, principal ponto turístico de Barreirinhas



Fonte: Barreirinhas (2016).

A oferta de roteiros turísticos no município é comercializada pelas agências de turismo local calcado no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Barreirinhas (2011) que diz respeito a:

- Circuito Lagoas azul, do peixe, esperança e bonita entre outras – dezenas de lagoas interdunares na área do parque nacional dos lençóis Maranhenses (PNLM), divididas entre os Grandes e Pequenos Lençóis. A água das lagoas é decorrente da chuva, ou seja, é o acúmulo de água pluvial que emerge por entre as dunas, então o final do período chuvoso (julho) é o mais indicado para ver a beleza dos lençóis maranhenses em sua totalidade, mas tem lagoas com água durante todo o ano.
- Circuito comunidades do Parque – passeio circundando as comunidades da área do (PNLM);
- Circuito do rio Preguiças – passeio de barco saindo da sede do município percorrendo as comunidades ribeirinhas até chegada ao

povoado de Atins, Mandacarú e Caburé. Atins, pequeno vilarejo de pescadores situado entre o Oceano Atlântico e a foz do Rio Preguiças, estilo rústico da vida no povoado, que preserva uma ligação harmônica com o meio ambiente, cotidiano integrado ao ecossistema. Mandacaru, uma vila de pescadores onde a maior atração é o farol da Marinha, com 54 metros de altura e 160 degraus, de onde se tem um belo visual panorâmico da região e Caburé próximo a foz do rio Preguiças e praia, possui meios de hospedagem e restaurantes assim como nos demais povoados dos circuitos, comunidade pesqueira.

- Circuito da casa de farinha do Tapuio – visita à comunidade do Tapuio para observação da fabricação da farinha de mandioca;
- Caminhada do canto do Atins e Mandacaru – caminhada, comunidade pesqueira do Atins, lagoas e dunas.
- Circuito Cardosa – O povoado oferece flutuação em boias no rio formiga, situado no limite dos municípios de Barreirinhas e Paulino Neves.

O cenário apresentado aponta para o argumento de Acerenza (2003) afirmando que indubitavelmente, independente das orientações estabelecidas nas políticas nacionais é preciso seguir os princípios básicos que devem está implícito em toda política de desenvolvimento turístico contemplado no processo de planejamento que são: a satisfação do visitante, proteção dos valores culturais e morais da comunidade receptora e a proteção-preservação do meio ambiente.

A exploração turística massiva, por vezes concentrada em pontos de maior atratividade, produzindo poluição dos recursos pelo desordenamento da visitação, por meio do trânsito desordenado de veículos, novos caminhos e a ampliação de trilhas que provoca pisoteio, retirada da vegetação e atropelamento de pequenos animais; banho, camping, caminhada, passeios náuticos, surf e windsurfe, todas essas formas de exploração se configuram atividade conflitante contradizendo a categoria de proteção integral da área.

Figura 9 – Oferta turística de Barreirinhas



Fonte: Adaptado de Google/imagens.

Assim, as belezas naturais dessas regiões, seus aspectos históricos, suas tradições, costumes e modos de vida, muitas vezes aliados à origem étnica, bem como à proximidade dos laços de interação social, são características antagônicas à homogeneização cultural, à impessoalidade e à paisagem das grandes cidades, o que as torna grandes atrativos.

A construção de territorialidades é calcada na concepção geográfica de espaço, no tecido social, nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas que dinamizam os espaços e valorizam seus saberes, práticas e sua história (ABRAMOVAY, 2003; 2007). A valorização das regiões rurais pela cultura e pela natureza ganham dimensões na apropriação do espaço físico ou simbólico na ação dos atores locais.

Destaca-se que as manifestações tradicionais e populares em Barreirinhas são: Dança de São Gonçalo, Bumba-meu-boi, Vaquejada Regional e as festas religiosas de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Rita. O artesanato tem se destacado, pela grande exportação para outros estados brasileiros. Os bens utilitários fabricados e os variados acessórios são: proveniente da palha (redes, cintos, sacolas e esteiras); do barro (tigelas, bilhas, alguidares e vasos); da Madeira

(alguidares, talhas e móveis rústicos); do Couro (bermudas, coletes para vaqueiros, bolsas e chapéus); do Coco (anéis, porta-retratos, xícaras, pires e pulseiras); de Linhas (rendas e redes).

A fragmentação do mundo contemporâneo é expressa na fragmentação das identidades. Os indivíduos contemporâneos não pertencem mais a um só código cultural homogêneo e, portanto, não se definem mais por uma única identidade distintiva e coerente. Há, com isso, a possibilidade de construção de novas identidades a partir da coexistência de vários códigos simbólicos. Esse fenômeno da nova lógica cultural contemporânea define as identidades como “híbridas, dúcteis e multiculturais” (CANCLINI, 2006, p.138).

A cidade de Barreirinhas é entendida como o lugar, onde existe a realização do comunitário, da identidade, uma vez que há predominância da ancestralidade como as que se encontram no território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLM. A diversidade natural do território da região dos Lençóis maranhenses possibilita que essa diversidade esteja presente nas preparações culinárias do município. Assim a identidade enquanto construtora de novas territorialidades ancora-se na articulação de potencialidades locais delimitada geograficamente constituindo elemento catalizador do desenvolvimento territorial.

A culinária do Maranhão tem influências indígenas, africanas, holandesas, francesas e portuguesas. Os frutos marinhos ganham destaque, e os pratos mais requisitados são os que têm “Pescada Amarela” como ingrediente principal, como é o caso das moquecas e peixadas. Já as preparações com camarão também são atração principalmente nos dos lençóis maranhenses, pois a base da culinária local está sustentada nos frutos do mar, com destaque para a caldeirada de camarão (caranguejo e camarão de Tutóia e do povoado de Caburé), moqueca de peixe, peixada maranhense que é a pescada amarela, o baião de dois, o arroz de cuxá preparado com a vinagreira (*Hibiscus sabdariffa*)²⁹, robalo, peixe serra, peixe frito no

²⁹ também conhecida como agrião-de-guiné, azedinha, caruru-da-guiné, graxa-de-estudante, groselha-flor-roxa, groselheira, hibisco, *hibiscus*, pampola, pampulha, papoula, quiabo-azedo, quiabo-de-angola, quiabo-róseo, quiabo-roxo, rosela, rosele. Arbusto anual ou bienal, atinge até 3 metros de altura, de caule pouco ramificado, glabro e de tonalidade vermelha. As folhas são alternas, simples, sendo as inferiores internas e ovadas e as superiores 3 a 4 lobadas, dentadas, de pecíolo longo e de coloração arroxeadas. Essas folhas são suculentas e de sabor ácido, ligeiramente adstringente (QUINTAS DAS PLANTAS, 2016).

É bastante apreciada nos pratos típicos da região Maranhense, estando presente especialmente no conhecido arroz de cuxá. Trata-se de mistura de arroz, vinagreira, camarão salgado (seco), pimenta-de-cheiro, e ainda pimenta murici para proporcionar um sabor mais picante ao prato. A planta passa

leite de coco babaçu, peixe cozido, ova de camurupim e mariscos. E ainda pratos típicos, como leitoa ao molho pardo e galinha caipira.

E a gastronomia dos Lençóis Maranhenses mais especificamente no município Barreirinhas como integrante da rota das emoções apresenta nas preparações culinárias características do território que desvela a dinâmica geoambiental. A proposta do roteiro gastronômico da ‘Rota das Emoções’ é reunir a história, a cultura e os saberes do território. Todos os restaurantes cadastrados possuem o selo da rota (vide Figura 11).

Figura 10 – Selo dos restaurantes cadastrados no roteiro integrado



Fonte: Rota das Emoções (2016).

Os ingredientes utilizados nas preparações culinárias de restaurantes do município de Barreirinhas fortalecem e valorizam a identidade e a produção local. Portanto, agrega-se valor aos produtos e serviços, possibilitando a interação e a cooperação entre os atores locais. As bebidas ganham espaço na gastronomia maranhense pela importância histórica dos cultivos de cana de açúcar no século XIX até a atualidade. As cachaças como a “Tiquira” é uma das mais conhecidas, feita de mandioca, tem cor azulada. O refrigerante **guaraná Jesus** tornou-se patrimônio do estado, conhecido pelo sabor doce e coloração rosa. Portanto que a comunidade apreende-se não só pelo universo simbólico-cultural, mas nas relações mais amplas dos que a realizam, identificada plenamente em todas as suas manifestações. Na

por um cozimento até ficar macia, e então passa por um processo de batida, até que se torne uma massa homogênea. Depois é refogada com o arroz, as pimentas e o camarão (QUINTAS DAS PLANTAS, 2016).

Além do arroz de cuxá, os restaurantes servem como acompanhamento do prato a moqueca de frutos do mar. Sendo um dos pratos mais tradicionais da região (presente na mesa do maranhense).

totalidade o espaço de reprodução, a área, os signos e o simbólico, o cultural, a técnica, os usos do espaço, remete território e territorialidade, espaço e identidade.

As cozinhas regionais traduzem a relação do homem com o meio, a partir de ingredientes, sabores próprios do local, de técnicas de produção, preparo e serviço que transmitem valores e tradições de um determinado contexto cultural. Os hábitos alimentares desprovidos de qualidade e homogeneizados da sociedade contemporânea abrem caminho para os pitorescos saberes locais que dão significado aos sabores. As articulações entre território, identidade, cultura e mercado permitem a interpretação de um espaço geográfico permeado por uma identidade construída socialmente, formando laços de proximidade e interdependência e possibilitando qualidade e vantagens aos produtos e serviços locais, conferindo-lhes maior competitividade no mercado. Essa “territorialidade gastronômica” se constrói à medida que determinada região se torna intimamente associada a um conjunto culinário, fazendo com que a menção a uma determinada iguaria remeta à ideia que se tem de uma região (BAHL; GIMENES; NITSCHKE, 2011, p.5-6).

A construção de uma territorialidade cultural contribuiu, e continua a contribuir, para a atração de fluxos, o aproveitamento dos recursos locais, a mobilização dos atores estimulando a valorização do patrimônio material e imaterial na construção de identidade local ou regional, fortalecendo laços de interação e solidariedade. O processo de mobilização do capital social e de identificação com os recursos culturais e biofísicos define o novo tipo de territorialidade, a partir da articulação de forças internas e externas.

4 INDÍCIOS DE (IN)SUSTENTABILIDADE NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS/MA.

Aproximar a abordagem teórico-conceitual ao campo da pesquisa possibilita subsidiar o processo de análise preliminar e compreensão da realidade. Como um processo holístico, o desenvolvimento sustentável requer união dialética indissociável entre teoria e prática (CUELLO NIETO, 1997).

Conforme temática abordada buscou-se evidências de possíveis iniciativas sustentáveis entre os Meios de Hospedagem – MHs instalados no município de Barreirinhas. Entre os 45 (quarenta e cinco) equipamentos hoteleiros foram selecionados para a amostra: pousadas, hotéis e resorts compreendendo um total de 20 empreendimentos do referido município. Com a finalidade de preservar a imagem dos empreendimentos optou-se por não revelar os respectivos nomes ou razão social, mas fazer uso apenas da sigla “MHs” seguida da primeira letra dos tipos de empreendimento. Quanto à escolha determinou-se entre grandes e pequenos empreendimentos, os localizados às margens do rio Preguiças e da centralidade do município, já os sujeitos foram gestores de Meios de Hospedagem, de órgão público e liderança comunitária, conforme mostra nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Meios de Hospedagem pesquisados em Barreirinhas/MA

Meio de Hospedagem – MH / Classificação	Quantidade
RESORT	2
HOTEL	2
POUSADA	16

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 5 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Caracterização dos Sujeitos	
Gênero	40% Feminino e 60% Masculino
Formação	30% Superior, 5% Superior incompleto, 60% Médio, 5% Fundamental
Sujeito/Função	20 Meios de Hospedagem (5 Gerentes e 15 Recepcionistas), 2 (duas) pessoas de órgãos público (Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Turismo) e 1(uma) pessoa da comunidade (líder comunitário)

Fonte: Elaborado pela autora.

Para análise do campo da pesquisa, determinou-se como parâmetro: os requisitos do Sistema de Gestão da Sustentabilidade em Meios de Hospedagem da associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 15401:2014, a qual está calcada aos demais modelos de sistema entre os quais; a ABNT NBR ISO 9001 (gestão da qualidade) e ABNT NBR ISO 14001 (gestão ambiental). A ABNT NBR 15401 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Turismo (ABNT/CB-54), pela Comissão de Estudo Gestão da Sustentabilidade em Meios de Hospedagem (CE-54:004.01). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme edital nº 02, de 17.02.2014. Trata-se de segunda edição, que como tal cancela e substitui a edição anterior a ABNT NBR 15401:2006 sendo revisada (ABNT, 2014).

Somados a esses requisitos da ABNT NBR 15401:2014, utilizou-se também o “Guia de Turismo e Sustentabilidade do Ministério do Turismo” (práticas de sustentabilidade para empreendimentos turísticos) conjugado às orientações do Programa de Certificação em Turismo sustentável – PCTS. Além da observância aos requisitos da Matriz de Classificação do Sistema Brasileiro de Classificação de Meio de Hospedagem – SBClass. O Sistema de Classificação de Meios de Hospedagem foi apresentado em 2010, porém só foi sancionado em 2011, pela portaria nº 100, de 16 de Junho de 2011, e está composto por 270 itens, distribuído em três principais requisitos: infraestrutura, serviços e sustentabilidade. Este último requisito sendo utilizado para orientação deste estudo. Ver anexos.

Conforme Ministério do Turismo (2016) o art. 7º da Portaria nº 100, de 16 de junho de 2011 preconiza que, “os tipos de meios de hospedagem com as respectivas características distintivas”, são:

- I - HOTEL: estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;
- II - RESORT: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;
- III - HOTEL FAZENDA: localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo;
- IV - CAMA E CAFÉ: hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida;
- V - HOTEL HISTÓRICO: instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida;
- VI - POUSADA: empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de

- recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs;
- VII - FLAT/APART-HOTEL: constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.

A reformulação do sistema de classificação foi considerada imprescindível para promover a competitividade nacional, já que teve pouca repercussão no mercado, pois na visão do empresariado era inadequada, pois não contemplava a diversidade da hotelaria brasileira. Esse fato justificava a baixa adesão dos estabelecimentos a classificação. Além de defasada em relação às novas tendências (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016). A diferenciação dos meios de hospedagens em sete tipos denota relevante mudança efetivamente, configurando diferentes práticas de mercado e expectativas de turistas. Para ser classificado na categoria pretendida o “Meio de Hospedagem – MH” obrigatoriamente será avaliado por representante legal do Inmetro e demonstrar o atendimento a 100% dos requisitos mandatórios e a 30% dos requisitos eletivos.

Esses requisitos divididos em ‘mandatórios - M (cumprimento obrigatório pelo meio de hospedagem) e ‘eletivos - EL’ (livre escolha do meio de hospedagem, tendo como base uma lista pré-definida) devem ser atendidos pelos meios de hospedagem, com validade 36 meses a partir da concessão, porém em contínua supervisão e manutenção durante período instituído (MTUR, 2016). A sustentabilidade do turismo está subsidiada por um conjunto mínimo de princípios. Várias iniciativas têm sido empreendidas para estabelecer esse conjunto mínimo de princípios. Embora variem em termos de redação, de uma forma geral, os diversos conjuntos de princípios disponíveis têm um núcleo essencial comum (ABNT NBR 15401:2014). No contexto atual um dos desafios para governos, instituições privadas, estudiosos e planejadores consiste em induzir o desenvolvimento sustentável do turismo no âmbito ambiental, social, cultural e econômico (SILVEIRA, 2005).

A Norma do Instituto de Hospitalidade – NIH 54:2004 – Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS) destinada aos meios de hospedagem, discrimina que sustentabilidade significa o uso dos recursos de maneira ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável, para que o atendimento das necessidades atuais não comprometa a possibilidade de uso às

gerações futuras. Para tanto os objetivos e metas de sustentabilidade devem incluir (NIH54, 2004):

- Emissões, efluentes e resíduos sólidos;
- Conservação e gestão do uso da água;
- Eficiência energética;
- Seleção e uso de insumos;
- Saúde e segurança dos clientes e no trabalho;
- Qualidade e satisfação do cliente;
- Trabalho e renda;
- Comunidades locais;
- Aspectos culturais;
- Áreas naturais, flora e fauna;
- Viabilidade econômica.

Com base nesse pressuposto, a abordagem da normalização da sustentabilidade do turismo e a possibilidade de implementar um sistema de gestão sustentável nos empreendimentos inclina para o estabelecimento de requisitos ou práticas sustentáveis nas dimensões: ambiental, sociocultural e econômica, conforme Quadro 5:

Quadro 5 – Princípios de sustentabilidade dos MHs pesquisados

DIMENSÃO	PRINCÍPIOS
Econômico	- Identificação e medidas de controle; - Gestão e Planejamento de ações.
Ambiental	- Conservação de áreas naturais, proteção e manejo (fauna/flora); - Arquitetura integrada à paisagem, compatível com o entorno físico e cultural; - Resíduos sólidos e líquidos; - Coleta seletiva; - Economia do consumo de energia; - Economia do consumo de água; - Selos sustentáveis.
Sociocultural	- Interação com a comunidade local; - Contratação de mão de obra local; - Capacitação profissional da mão de obra local; - Aquisição de serviços e produtos locais; - Incentivo à venda de artesanatos e produtos típicos da região; - Incentivo e apoio da cultura local em eventos do município; - Apoio a educação local; - Respeito aos direitos e tradições locais

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1 PRINCÍPIOS RELACIONADOS À DIMENSÃO ECONÔMICA

A partir da proposição de redução de custos, melhorias operacionais e maior competitividade e retorno mercadológico, possibilita a incorporação da questão ambiental nas atividades empresariais para aproveitar e transformar as restrições e ameaças externas em oportunidades de negócios.

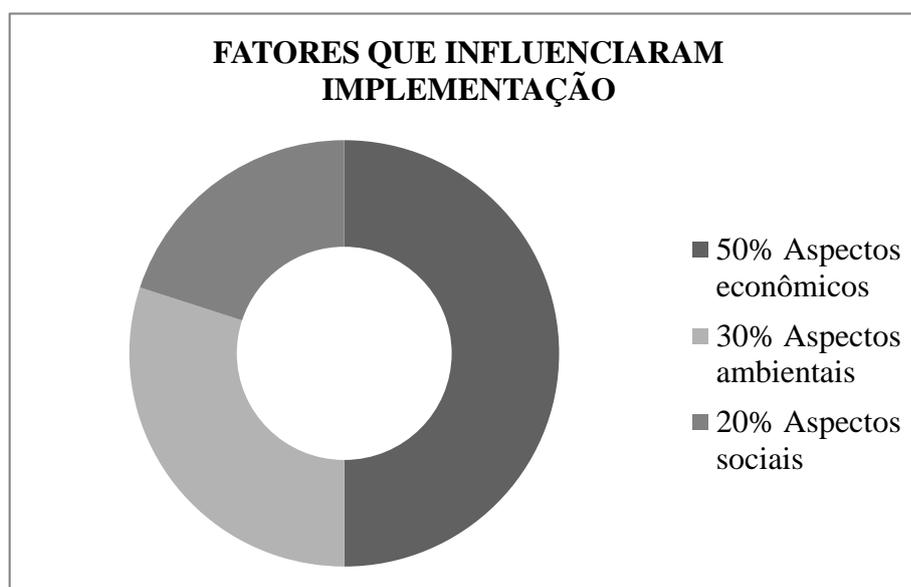
Nesta perspectiva o segmento hoteleiro não está distante deste processo. Sendo uma atividade econômica de exposição mercadológica e de sensibilidade quando se trata de aparatos que, em grande medida, envolvem e dependem da natureza. Para tanto envolve um conjunto de decisões estratégicas, que resultam em investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos com tecnologias limpas conjugadas às políticas, metas e planos da empresa.

O empreendimento deve planejar e implementar as suas atividades e a oferta de serviços, levando em conta a sua sustentabilidade econômica no curto, médio e longo prazo. Deve dispor de um plano de negócios, ainda que simplificado, atualizado, quando necessário, que demonstre a sua viabilidade econômica e Manter registros que possibilitem evidenciar a sustentabilidade do negócio (ABNT, 2014, p 23).

A gestão de procedimentos centrados na identificação de perigos, avaliação de riscos e medidas de controle nos MHs pesquisados, observou-se que fica a cargo de um profissional (geralmente o gerente, ou recepcionistas e/ou o proprietário) previamente escolhido para o acompanhamento e gestão dos princípios de sustentabilidade implementados. No entanto o engajamento ainda caminha a passos lentos considerando o raso entendimento da importância de efetivação dos princípios e suas dimensões no contexto dos diversos programas para o turismo sustentável.

Portanto a implantação de práticas sustentáveis no âmbito do segmento hoteleiro possibilita vantagem competitiva sustentável. A partir do momento que passam a agregar o planejamento estratégico empresarial. Desta forma identificou-se que os fatores que levaram os gestores e/ou proprietários a implantar os princípios da sustentabilidade nos empreendimentos investigados, foram: econômicos, ambientais e sociais (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Fatores que influenciaram a implementação de princípios de sustentabilidade nos MHs



Fonte: Elaborado pela autora.

Os aspectos econômicos considerados por 50% dos MHs, como principal incentivo na implantação dos princípios de sustentabilidade, revelaram possibilidade de que essa importância esteja centrada mais nos resultados financeiros da organização, do que nos aspectos ambiental representado pelos 30% e o aspecto social com 20%, esse fato pode está indicando a omissão da responsabilidade socioambiental ou a simplificação e até mesmo descaso às problemáticas ambientais e sociais, ressaltando ainda que, os aspectos culturais não foram mencionados pelos entrevistados. Destaca-se que na Matriz SBClass, algumas medidas socioculturais e ambientais são consideradas “Eletivas”, o que reforça o cenário apresentado.

Em que pese essa prerrogativa a estruturação de ações gerenciais e operacionais converge em instituir critérios e valores que permitam que as dimensões socioambientais, econômicas e culturais não sejam distorcidas e ao mesmo tempo supram as necessidades de todos os atores que se beneficiam, direta ou indiretamente, dessa cadeia produtiva (HAHN, 2007). Para um destino ser considerado sustentável precisa apresentar redução do consumo e uso eficiente de recursos naturais; preocupação com a inclusão social e com a atuação ética; transparência para o consumidor e o trabalho de sensibilização com todos os envolvidos no setor, em uma proposta ativa de engajamento.

Os meios de hospedagem do município de Barreirinhas participam de programas promovidos pela gestão pública ou pelo SEBRAE e participam de conselhos de turismo no município, “sendo que esse conselho se encontra inoperante” diz o líder comunitário. Nesta perspectiva, no que diz respeito à implantação de práticas sustentáveis desenvolvidas pelo SEBRAE/Barreirinhas, os empreendimentos do município que aderiram ao programa é recebem qualificação e treinamento ofertado para um colaborador e para o proprietário de cada empreendimento, que por sua vez, gerencia a implementação dos princípios sustentáveis junto aos demais colaboradores dos respectivos meios de hospedagem.

Porém, observou-se que os meios de hospedagem que aderiram ao programa desenvolvem o básico, demonstrando comprometimento insatisfatório, sem participação efetiva dos colaboradores nesse processo e sem preocupação com a participação do hóspede para eficiência das medidas implementadas, o que implica em resultado incipiente das ações adotadas por esses estabelecimentos. Entende-se que implantar uma política de sustentabilidade pressupõe iniciar documentando todas as medidas, informações para sensibilizar colaboradores e clientes de modo a compreenderem as necessidades de adequação da empresa.

4.2 PROCESSO DA COMUNICAÇÃO E EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Busca-se capacitar a organização para desenvolver e operacionalizar políticas e objetivos, imbricado a obrigatoriedade de um somatório de condutas, princípios, critérios e valores que permeiam o arquétipo da “responsabilidade” de uma empresa turística. Por isso a necessidade de intensificar e melhorar os aspectos da sustentabilidade por meio da comunicação organizacional, ou seja, a informação interna e externa (clientes, colaboradores e fornecedores) inserido no planejamento das ações, pois o processo da comunicação sinaliza para o comprometimento coletivo com a sustentabilidade de forma efetiva entre clientes (internos e externos) e fornecedores.

Recomenda-se o uso da norma NBR 14900, pois preconiza que empreendimento deve apoiar a produção de material informativo e indicativo, tais como folders, mapas e placas, que visem divulgar a região e/ou ações sustentáveis com fins socioculturais ou ambientais evidenciando a hospitalidade da região. Neste sentido quanto às formas e processo de comunicação com foco nos princípios sustentáveis, a exemplo, material impresso-informativo à hospedes no que diz respeito às práticas de sustentabilidade desempenhadas pelo empreendimento, relataram que há falhas nesse aspecto, afirmando que não utilizam materiais impressos, e que transmitem de maneira informal (oral) aos hóspedes, informações sobre boas práticas, na tentativa de chamar a atenção dos hóspedes sobre a consciência ambiental.

É comum se falar para o hóspede na hora do check in, alguns requisitos relacionados a práticas sustentáveis, como o reuso de toalhas e roupas de cama para que não sejam lavadas todo dia, somente se o hóspede pedir. Quanto aos colaboradores sempre se apresenta a implementação de medidas sustentáveis, mas não se costuma fazer exigências aos fornecedores nesse sentido e falo sobre tudo isso pelo fato de ter sido escolhida entre os colaboradores, por ser da gerencia para acompanhar e implementar essas medidas e me reportar ao SEBRAE sobre o desempenho desses princípios (MH-H).

Esse argumento está relacionado aos requisitos de monitoramento das expectativas e impressões do hóspede em relação aos serviços ofertados, incluindo meios para pesquisar opiniões, reclamações e solucioná-las elaborado pelo SBClass, em que a matriz determina como requisito “Eletivo” para os meios de hospedagem: Pousada e Hotéis de classificação uma e duas (*/**) estrelas, sendo estabelecido requisito Mandatório às demais classificações de Pousadas e Hotéis assim como para os Resorts. Quanto as Medidas permanentes de sensibilização para os hóspedes em relação à sustentabilidade dispõe-se como requisito “Eletivo” para os meios de hospedagem: pousada e hotéis de classificação uma, duas e três (*/**/**) estrelas, mas para as demais classificações destes e dos Resorts constitui-se requisito Mandatório.

Já a despeito do requisito “medidas permanentes de seleção de fornecedores (critérios ambientais, socioculturais e econômicos) para promover a sustentabilidade”, a matriz determina como requisito “Eletivo” para os hotéis de classificação uma, duas e três (*/**/**) estrelas, bem como para Pousadas e Resorts em todas as classificações. Diante dessas prerrogativas da Matriz instituída pelo

SBClass, ressalta-se que a aparente dissonância entre os requisitos “Mandatário e Eletivo” e meios de hospedagem podem gerar confusão na aplicabilidade e adesão, como aconteceu na primeira edição da matriz, demonstrando necessidade de ajustes nessa divisão entre requisitos e classificação.

Diante do exposto, a NBR 15401 determina que, o empreendimento deve estabelecer procedimentos para comunicações internas externas, que são: o que será comunicado; a quem comunicar; como comunicar. Devendo identificar, o meio mais eficaz de comunicação levando em consideração os interesses desses diferentes grupos, incluindo quando apropriado às devidas comunicações: princípios, política e objetivos; melhores práticas para alcançar os objetivos; questões relevantes para as partes interessadas; o desempenho do sistema de gestão da sustentabilidade; resposta às comunicações das partes interessadas (ABNT, 2014).

A comunicação organizacional abrange diversas formas, implantadas pela organização visando relacionar-se e interagir com seus públicos. Assim, recomenda-se conjugar estratégias que divulguem, sensibilize a partir de: materiais informativos, treinamentos, critérios calcados nos princípios normativos da sustentabilidade para escolha de fornecedores conscientes, possibilitar ao hóspede a participação no processo de gestão sustentável do empreendimento. (Re)dimensionar o processo relacional da comunicação nas organizações hoteleiras, é evidenciar os fatores que afetam o processo relacional envolvendo o envio, o recebimento, a percepção e as interpretações (emissor/receptor).

Empreendimentos, produtos ou serviços turísticos além de estarem engajados às políticas e programas de turismo precisam estabelecer preceitos da responsabilidade corporativa como base, enfatizando o equilíbrio ambiental, econômico e sociocultural perante o atendimento das exigências de seu mercado (CHEN, 2015). Instrumentos como o “Mapa do Turismo Sustentável” com evidências de iniciativas sustentáveis apresentadas de forma georreferenciada, pode influenciar novas iniciativas de sustentabilidade por empreendimentos turísticos.

Desenvolvido pelo Ministério do Turismo, em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo – Braztoa, a plataforma digital batizada de “Turismo Sustentável no Brasil” apresenta iniciativas premiadas possibilitando consulta a informações sobre 56 iniciativas premiadas, desde 2012, disponíveis em inglês, espanhol e português (MTUR, 2016). Entre essas iniciativas premiadas

também estão 6 (seis) meios de hospedagem. Ressalta-se que para uma crescente adesão desse tipo de programa torna-se necessário maior divulgação.

Esse ensaio de iniciativas desenvolvidas em território brasileiro, categorizadas enquanto sustentáveis, precisa ser analisado a partir da diferença entre responsabilidades organizacionais e práticas normativas de sustentabilidade. O projeto engendrado nos empreendimentos deve contemplar etapas de treinamento e elaboração de rotinas analisando o nível de consciência ambiental dos sujeitos envolvidos. Pois as práticas devem ser seguras, viáveis, satisfazer as expectativas dos clientes e atender à legislação. E o monitoramento possibilita medir o desempenho dos diversos programas.

4.3 PRINCÍPIOS RELACIONADOS À DIMENSÃO AMBIENTAL

“Quando o meio de hospedagem estiver dentro de uma unidade de conservação ou em suas zonas de influência, deve considerar as peculiaridades de biomas e espécies da biodiversidade existentes, bem como de políticas e programas de proteção de tais áreas” (ABNT, 2016, p 16).

Entretanto, nem todos os empreendimentos desenvolvem de forma qualitativa e permanente princípios que atendam a esse dispositivo. Para Kasim (2004), os hotéis apresentam dois grandes estágios de impacto ambiental e social que são: primeiro é o período de sua construção e o segundo, o da operação, manutenção e crescimento. Partindo desse prisma a proposição consiste em observar como estabelecimentos hoteleiros, conduzem suas operações, considerando as condutas, princípios e valores contidos no arquétipo da sustentabilidade.

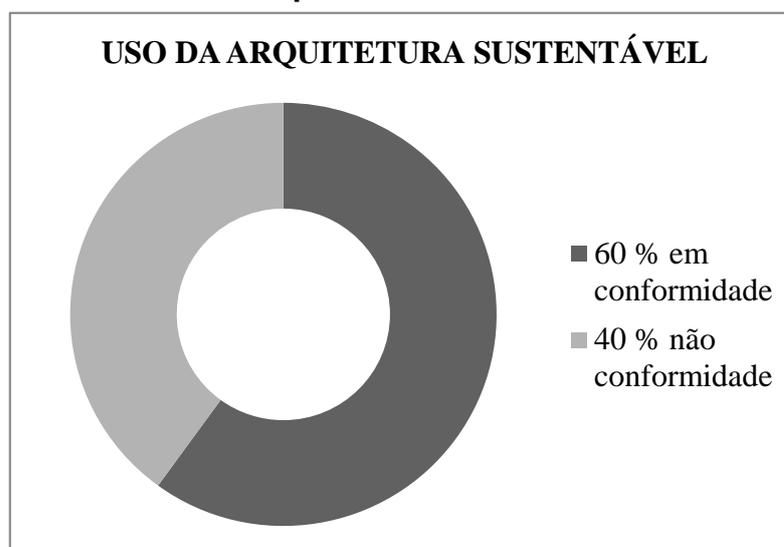
- **Arquitetura compatível com o entorno**

Conforme a ABNT NBR 15401:2014 a arquitetura de um meio de hospedagem precisa ser integrada à paisagem, minimizando os impactos da implantação durante a construção, operação, manutenção, havendo obras de reparo, ampliações ou outros tipos de alterações em conformidade à legislação.

Desta forma o planejamento e a operação do paisagismo do empreendimento devem ser realizados minimizando os impactos ambientais, da seguinte forma: o paisagismo reflita o ambiente natural do entorno, não haja propagação de plantas ornamentais exóticas pelo entorno; e maximize o aproveitamento da vegetação nativa (ABNT, 2016).

Quanto a este aspecto, observou-se que 60% dos MHs fazem uso de arquitetura sustentável, considerando os espaços abertos e apartamentos com janelas para aproveitamento da iluminação e luz natural. Sendo construídos e/ou reformados respeitando o ambiente onde se instalou, integrando-se a paisagem do entorno. E afirmaram que recebem visitas periódicas de órgãos ambientais do município como o ICMBio e da Secretaria de Meio Ambiente – SEMMA, com finalidade de alertar e supervisionar alterações realizadas, decorrentes de constantes reformas estruturais nestes empreendimentos, que por sua vez geram impactos.

Gráfico 3 – Arquitetura sustentável em MHs



Fonte: Elaborado pela autora.

No entanto em 40% dos MHs é evidente a falta de preocupação, quanto a esse aspecto, considerando que a estrutura não atende aos requisitos sobre o aproveitamento do paisagismo e medidas de proteção da flora em não conformidade também ao disposto no código florestal³⁰ desrespeitando o limite de 50m das

³⁰ Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. No tocante a ocupação do solo, as normas de proteção ao meio ambiente previstas no Código Florestal precede e corroboram com a legislação do Município, cuja competência não autoriza editar regramento menos rigoroso. Subjugado a essa premissa, não

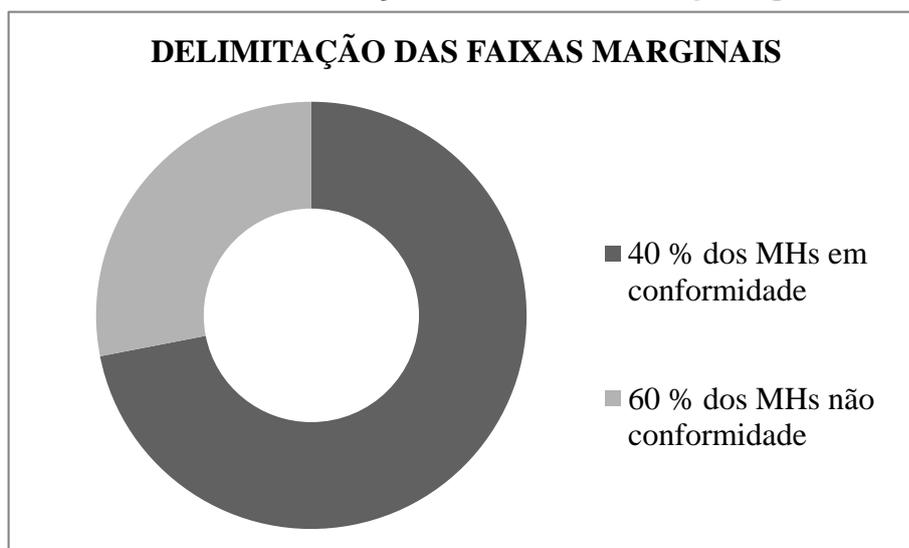
margens do Rio Preguiças, na construção desses empreendimentos, apossando-se das margens com estruturas inadequadas e negligenciadas. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 no art. 4º no trato “da delimitação das áreas de preservação permanente”, preconiza que, considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

Neste sentido identificou-se que 60% dos meios de hospedagem encontram-se em situação de não conformidade à delimitação normativa das faixas marginais de proteção, e os entrevistados apresentaram justificativa para o fato, afirmando que esses meios de hospedagem outrora eram residências que foram compradas e transformadas em empreendimento turístico, sendo aproveitada parte da estrutura original. Percebe-se que o crescimento do turismo na região, implicou em dificuldades em medidas mitigadoras nestas áreas.

subsiste alvará do Município que possibilite edificação em área definida pelo Código Florestal como de preservação, implicando em consequência necessária demolição e a recuperação do local degradado.

Gráfico 4 – Instalação de meios de hospedagem

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante deste fato a medida aplicada pelos órgãos ambientais tem sido monitorar e exigir com base nos pressupostos legais, o comprometimento dos proprietários em não execução de alterações ou ampliações na estrutura destes meios de hospedagem, com finalidade de minimizar o impacto negativo gerado, conforme narrativa de um dos gerentes entrevistados;

Anualmente recebemos visitas de órgãos ambientais no estabelecimento, para verificar se estamos fazendo alguma alteração na estrutura do empreendimento, pois como era uma residência construída na beira do Rio Preguiças, só adaptamos transformando em meio de hospedagem, porém fomos informados por esses órgãos que não poderíamos mais fazer qualquer alteração que prejudicasse o meio ambiente, especialmente que não adentrasse ao leito desse rio [...] (GERENTE, MH-P).

A ABNT NBR 15401:2014 sugere que aplicar ação corretiva quando ocorrer uma não conformidade, significa que o meio de hospedagem deve: identificar, tratar, tomar medidas de controle, corrigir analisando as consequências, avaliar ações para eliminar as causas da não conformidade evitando possíveis reincidências. Identificou-se que alguns MHs são reincidentes, insistindo na não observância da lei supramencionada, mas nestas situações alguns estabelecimentos já têm sido barrados pela secretaria de meio ambiente do município – SEMMA.

Sob a ótica do apelo turístico relacionado à promoção da paisagem, as áreas mais interessantes para os empresários são as margens do Rio Preguiças, ignorando o fato de que o paisagismo não permeia apenas a beleza no lugar, mas a

conservação considerando a vegetação nativa, os animais silvestres da região e otimização do uso dos espaços minimizando impactos. As construções demandam alterações no meio ambiente que impactam negativamente o terreno, a fauna e a flora local, por sua vez é importante considerar a legislação vigente. O meio de hospedagem deve tomar medidas para promover a proteção da flora e da fauna (ABNT, 2016).

Neste sentido, entrevistados desses empreendimentos, afirmam que não encontraram dificuldades ou impeditivos junto aos órgãos ambientais e outros segmentos para implantação dos mesmos, o que justifica o fato de alguns entrevistados manifestarem desconhecimento quando indagados sobre aplicação de estudo ou relatório de impacto ambiental³¹, principalmente os que foram construídos à margem do Rio Preguiças (principal rio da região). Entretanto, há indícios de registro de multas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Barreirinhas aplicadas a empreendimentos hoteleiros instalados no município e evidências de documentação sem regularização e sem licenciamento, este fato é reforçado na fala do entrevistado abaixo:

[...] realizamos visitas aos meios de hospedagem para fiscalização somente em caso de denúncias, a maioria dessas diz respeito a esgoto sendo despejado no rio, mas quando chegamos ao local recebemos a informação que se trata de engano e não permitem comprovação. Já em relação ao licenciamento destes empreendimentos, o que se sabe é que não possuem, e que todos têm multas, mas até o momento não regularizaram a documentação (FUNCIONÁRIA-SEMMA).

Na Secretaria de Meio Ambiente a opinião de funcionários é que o “município deixa a desejar em relação à autorização de construção e implantação”³², tendo em vista o rigor e observância aos critérios estabelecidos na legislação

³¹ O processo de licenciamento ambiental possui três diferentes etapas, que são: licenciamento prévio (LP) solicitação ao IBAMA quanto à fase de planejamento da implantação, da alteração ou ampliação do empreendimento, essa licença não autoriza a instalação do projeto, e sim aprova a viabilidade ambiental do projeto e autoriza sua localização e concepção tecnológica. Licenciamento de instalação (LI) - Autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento. E licenciamento de operação (LO) - solicitada antes de o empreendimento entrar em operação, pois é essa licença que autoriza o início do funcionamento da obra/empreendimento. (IBAMA, 2016). O EIA é um documento técnico-científico compostos por: Diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico; Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos e elaboração de medidas mitigadoras dos impactos negativos; e Programas de Acompanhamento e Monitoramento. O RIMA é o documento público que reflete as informações e conclusões do EIA e é apresentado de forma objetiva e adequada a compreensão de toda a população. Nessa etapa são realizadas Audiências Públicas para que a comunidade interessada e/ou afetada pelo empreendimento seja consultada.

³² Comentário da funcionária pública, entrevistada – SEMMA.

ambiental e que, “a Secretaria de Meio Ambiente do Estado restringiu a autonomia do município”³³; afirmou a funcionária da SEMMA.

A preservação da natureza está entre as prioridades que contribuem para o bem-estar da população local. A comunidade impacta o meio de hospedagem e vice e versa. Empresas devem transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios (DONAIRE *apud* MONDO *et al.*, 2010). Sendo possível por meio de desenvolvimento de novos produtos atendendo um mercado com demanda crescente de consumidores sensíveis a questão ecológica.

- **Processo de certificação ambiental**

Programas de certificação, selos e rotulagem sustentáveis provêm de mecanismos de caráter voluntário com finalidade de estabelecer informações para o desempenho de práticas que reduzam possíveis impactos socioambientais de um produto ou serviço. A utilização de selos é relativamente recente, considerando a abrangência e sistemática. A exemplo disso é: norma ISO 14001, que certifica o sistema de gestão ambiental (SGA) em diversos segmentos.

Os primeiros programas que surgiram centravam-se no desenvolvimento da questão ambiental incorporando uma consciência nas decisões de compras com menores danos ambientais (proteção do meio ambiente), incentivando contínuas melhorias nos processos produtivos (tecnologias limpas) e no fornecimento de informações com maior qualidade ambiental (ALMEIDA, 2002).

As certificações sustentáveis contribuem para a imagem da empresa, frente à pressão da sociedade e estratégias mercadológicas relacionadas ao *marketing* ambiental construído pela empresa. Portanto o marketing ambiental se insere como novo paradigma na hotelaria. Para Valério (2016), “o marketing ambiental é considerado modalidade que enfoca as necessidades de consumidores conscientes e contribui para a criação de uma sociedade sustentável”. A estratégia de *marketing* ambiental possibilita organizações consolidarem imagem positiva perante a sociedade direcionando produtos ou serviços de forma distinta dos

³³ Trecho do comentário da funcionária pública, entrevistada – SEMMA.

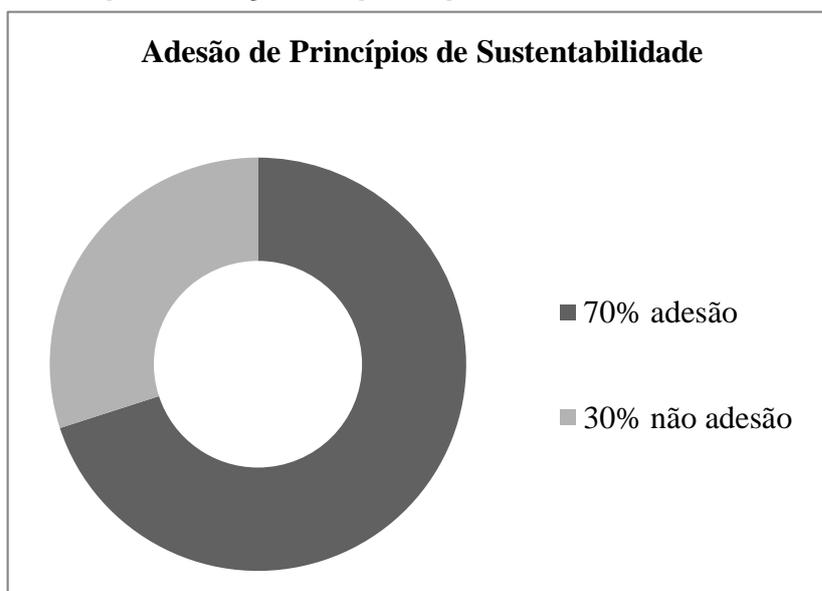
demais. O emprego dessas estratégias possibilita ainda agregar valor a uma marca, acentua a credibilidade legitimando a imagem frente ao público.

Quadro 6 – Princípios básicos da sustentabilidade - SEBRAE

Dimensão	11 Princípios
Ambiental	Redução - resíduos sólidos, água e energia Potabilidade da água & tratamento adequado das águas servidas Atendimento diferenciado aos fumantes Descarte dos resíduos sólidos - lixo Controle de Pragas (moscas, mosquitos, baratas, roedores, etc.)
Sociocultural	Valorização da cultural local Recursos humanos Critérios de acessibilidade Critérios de Prevenção Contra Incêndio
Econômico	Gestão da sustentabilidade Fornecedores

Fonte: SEBRAE (2016).

Com base nesses argumentos, constatou-se que entre os MHs abordados 70% possuem um selo com validade de dois anos (2014 a 2016) o qual está relacionado a adesão ao “Programa de Sustentabilidade dos Meios de Hospedagem da Rota das Emoções”, criado pelo SEBRAE, com finalidade de implementação de princípios de sustentabilidade nos MHs. Trata-se de um instrumento de avaliação do grau de implementação de 11 princípios básicos da Sustentabilidade, calcado no conteúdo da ABNT NBR 15401 e Programa de Certificação do Turismo Sustentável-PCTS.

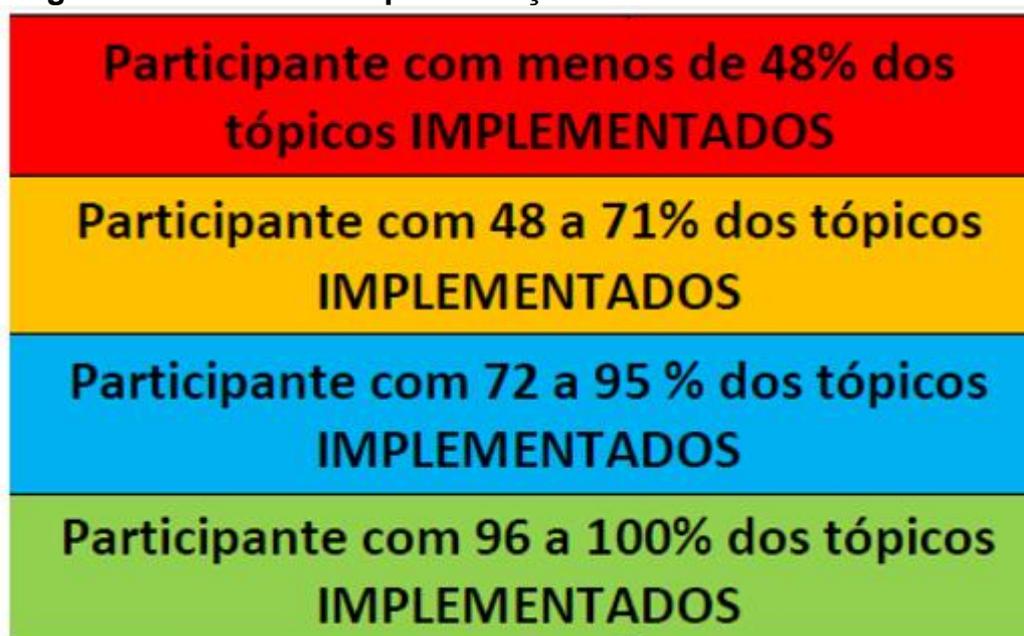
Gráfico 5 – Implementação de princípios de sustentabilidade em MHs

Fonte: Elaborado pela autora.

Os empreendimentos que participam recebem o selo de sustentabilidade de acordo com o nível de implementação das soluções, sendo avaliado de 0 a 100% na implantação dos princípios. Conforme entrevista com funcionária do (SEBRAE) o nível em que a empresa se adequa são representadas da seguinte forma: o nível laranja configura o estágio inicial de aplicação e o nível verde o estágio de conclusão e continuidade da estratégia na empresa (Figuras 12 e 13).

Apesar das etapas de implantação a que esses empreendimentos foram submetidos objetivando o conhecimento e treinamento para implementação dos princípios, observou-se que esses estabelecimentos encontram-se ainda em estágio inicial e ainda tentando se adaptar aos requisitos de sustentabilidade e compreender a importância da aplicabilidade normativa do programa desenvolvido.

Figura 11 – Níveis de implementação da sustentabilidade em MHs



Fonte: SEBRAE (2016).

Figura 12 – Selo de sustentabilidade para MHs (Níveis de implementação)



Fonte: SEBRAE (2016).

Destaca-se que a concepção de alguns gestores ainda parece está centrada na competitividade mercadológica ficando alheio à complexidade das ações. A certificação possibilita exposição expressiva, que determinada coisa, status ou evento possui credibilidade. Assim a emissão provém de instituição, que tenha fé

pública, ou seja, que tenha credibilidade perante a sociedade. Instituída por lei ou por aceitação social (materialidade da certificação).

As diversas iniciativas que surgiram nas últimas décadas reforçam o objetivo de desenvolver e implantar projetos ou instrumentos voluntários para estimular o melhor desempenho socioambiental, programas voltados ao segmento hoteleiro (*Green Globe 21* e *Travelife Sustainability System*) chamaram a atenção de empresas brasileiras interessadas em certificar suas atividades operacionais nos princípios de sustentabilidade (OLIVEIRA, 2014). Segundo a autora nesse decurso histórico aparecem também as iniciativas nacionais de rotulagem para o segmento como: (Selo Folha Verde do Guia Quatro Rodas - doravante Folha Verde e Selo Hotel Sustentável Visitado do Portal EcoHospedagem) e programas governamentais de fomento a certificação em sustentabilidade (Programa de Certificação em Turismo Sustentável, Programa Bem Receber e Programa Turismo 100%).

O Programa de Certificação do Turismo Sustentável começou a ser aplicado pelo Instituto de Hospitalidade – IH e, em 2008, a ABNT, a integração do Ministério do Turismo e o SEBRAE. Diversos hotéis, pousadas e albergues buscaram se adequar a implementação de princípios de sustentabilidade. Reiterando que a criação da Norma Brasileira Registrada (NBR) 15401:2006 (Meios de Hospedagem – Sistema de Gestão da Sustentabilidade – Requisitos), doravante atualizada NBR 15401:2014, tem finalidade de especificar requisitos inerentes à sustentabilidade das empresas que prestam serviços de hospedagem, mediante critérios de desempenho.

As normas da série ISO 14000 foram elaboradas a priori para fins de manejo ambiental, ou seja, o que uma organização pode fazer para minimizar os efeitos nocivos ao ambiente causado pelas diversas atividades. Por meio desse sistema de gestão ambiental, se auxilia o desempenho e a manutenção dos empreendimentos turísticos sustentáveis brasileiros.

A corporificação da certificação assevera a qualificação profissional ou qualidade e funcionalidade de produtos, serviços, processos produtivos (ISO 9000) e na gestão ambiental de empresas (ISO 14000). Nos pressupostos das políticas públicas, os selos de certificação ambiental são instrumentos para educar consumidores sobre impactos ambientais proveniente da produção, uso e descarte

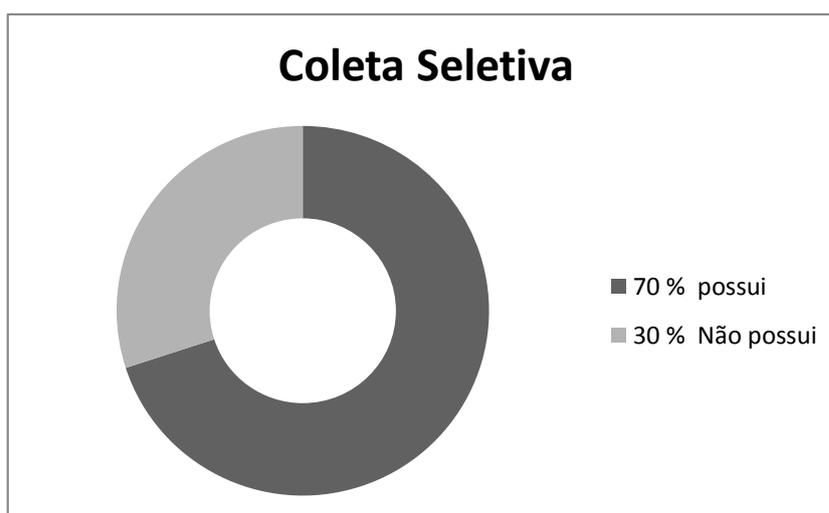
de produtos, possibilitando mudança no padrão de consumo a fim de reduzir impactos negativos.

Esses elementos normativos balizadores dos processos de certificação, no turismo, apresentam falha em métodos, inconsistência de critérios padronizados e certificadores independentes, que assegurem que estes não são apenas *greenwashing* (FONT, 2002; KASIM, 2004). Diante das diversas prerrogativas e problemáticas os programas de certificação em turismo devem empenhar-se no cumprimento das etapas (arquetípicos) de determinado processo de certificação de modo a garantir à sociedade a verificação independente de selos ou credenciações propostas como símbolos de qualidade.

- **Tratamento de resíduos sólidos e líquidos (efluentes)**

Quanto a medidas relacionadas à coleta seletiva percebeu-se que em 70% dos MHs dos empreendimentos ocorre em conformidade, porém o município não realiza nenhuma medida de tratamento e destino adequado para esses materiais. Essa falta de apoio foi evidenciada pelos entrevistados como ponto negativo no processo.

Gráfico 6 – Coleta Seletiva em MHs



Fonte: Elaborado pela autora.

A negligência quanto ao tratamento adequado ao lixo em função do desinteresse da gestão pública e apontado por gerentes dos MHs como fator

complicador na continuidade da prática de coleta seletiva pelas organizações hoteleiras de Barreirinhas, é reforçada pela narrativa do entrevistado abaixo:

Nesse aspecto a Secretaria de Meio Ambiente do município criou e organizou uma cooperativa de catadores para a comunidade, até o momento não está efetivamente funcionando, existe um galpão para esse interesse, mas infelizmente a prefeitura não tem dado o apoio necessário e é importante enfatizar que o lixo aqui é a céu aberto, precisando de tratamento e destino adequado (SECRETÁRIO-SETUR).

Neste sentido, entre os que empreendimento que realizam a coleta seletiva do lixo, 10% afirmaram que; destinam a “coleta para o município de São Luís capital do Maranhão, para receberem o tratamento adequado, conforme prerrogativa da norma”. Embora esse empreendimento contribua para o município mencionado e ainda colabore com a proteção do meio ambiente em que está instalado, contudo o município de Barreirinha seria mais beneficiado utilizando a coleta seletiva como instrumento de inclusão cidadã do trabalhador e desenvolvimento socioeconômico local.

O desenvolvimento econômico e social implica em política pública voltada para este segmento, gerar trabalho, renda e inclusão social, o que não está sendo devidamente aproveitado pelo município, acarretando desperdício dos resíduos, falta de aproveitamento da mão-de-obra nesta atividade, ou seja, o sistema econômico local perde uma fonte de obtenção de capital revertido em prol da coletividade. Logo, perde o cidadão e perde a cidade. Destaca-se que na matriz de classificação SBClass é considerado Mandatório (M) para todos os meios de hospedagem seja em qualquer uma das categorias e tipos estabelecidos, a obrigatoriedade de gerenciamento dos resíduos sólidos, com foco na redução, reuso e reciclagem.

No que tange à produção de lixo e esgoto, a comunidade observa e destaca que; “o lixo é recolhido pela prefeitura, mas lembro de que antigamente não tinha tanto lixo assim, a cidade era limpa e desse jeito, o ecossistema não vai dar conta”, diz o Líder-comunitário do município. Diante desse fato, recorre-se a Lei nº 12.305³⁴ de Resíduos Sólidos, pois preconiza que a coleta seletiva passa a ser

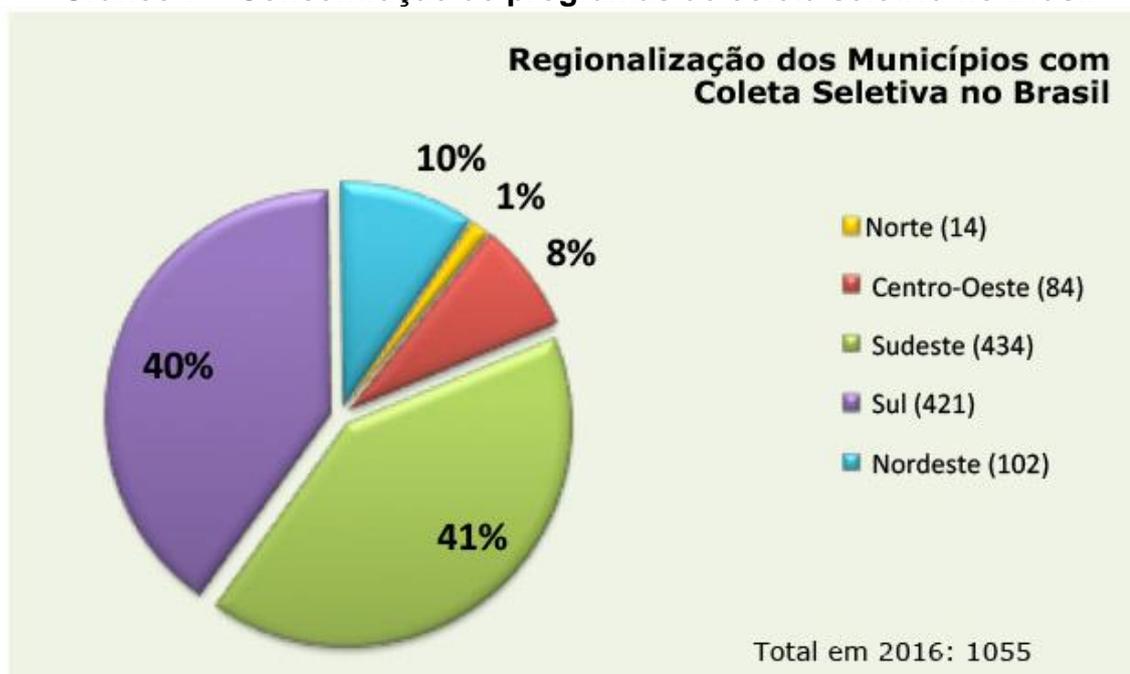
³⁴ O Art. 3º da Lei nº 12.305 de Resíduos Sólidos, define coleta seletiva como; a coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição e por resíduos sólidos, os materiais, substâncias, objetos ou bens descartados que resultam de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviável em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2016).

obrigatória. Sendo que município que não aprovou seu plano ainda pode prepará-lo, porém existe a possibilidade de ser impedido de solicitar recursos federais.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 15401(2014) para Meios de Hospedagem (Sistema de Gestão da Sustentabilidade), preconiza que o empreendimento hoteleiro tem a obrigatoriedade de planejar e implementar medidas para reduzir, reutilizar ou reciclar os resíduos sólidos. O planejamento deve incluir o estabelecimento de metas de redução, reutilização e reciclagem, de acordo com as condições locais. Prevenir e mitigar falhas dos sistemas de tratamento e coleta, condicionando iminentemente a destinação adequada aos resíduos líquidos gerados.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos conjuga um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com finalidade de gestão integrada. Conforme dados levantados pela CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem, 1055 municípios brasileiros (cerca de 18% do total) operam programas de coleta seletiva, sendo que a concentração de programas municipais de coleta seletiva situa-se nas seguintes regiões. Ver Gráfico 7.

Gráfico 7 – Concentração de programas de coleta seletiva no Brasil



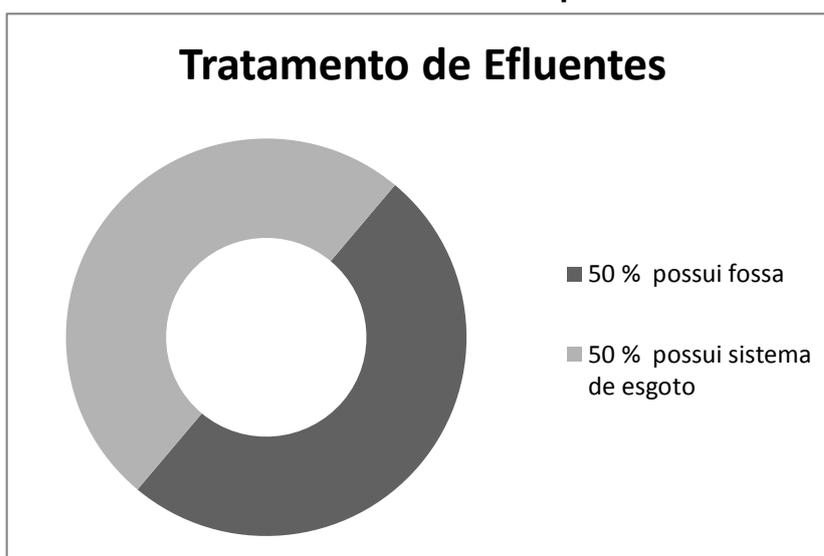
Fonte: CEMPRE (2016).

Destaca-se que o óleo de cozinha já processado é destinado às pessoas do município, essa iniciativa é desenvolvida por 50% dos empreendimentos entrevistados. Essa prática “foi proposta pela própria comunidade aos meios de hospedagem que possuem restaurantes e se justifica pelo fato do aproveitamento desse óleo para transformar em sabão sendo comercializado”, afirmou a recepcionista (MH-P).

Quanto ao tratamento dos efluentes proveniente dos empreendimentos 50% afirmaram que possuem sistema de esgoto interligado à rua em que se encontram instalados, os demais meios de hospedagem localizados às margens do Rio Preguiças, representados por 50% no quadro a seguir, revelaram que possuem uma espécie de fossa instalada em área localizada à frente dos mesmos recebendo os resíduos, e gerenciado pela estação de tratamento do município (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA), que realiza a coleta periódica destes resíduos em veículo próprio, conforme narrativa de entrevistados;

[...] Os empreendimentos hoteleiros do município, possui uma espécie de fossa ecológica que recebe o esgoto, e de seis em seis meses a prefeitura junto a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA vem com um carro fazer a retirada dos dejetos e limpeza [...] (RECEPICIONISTA, MH-P).

Gráfico 8 – Tratamento de efluentes nos empreendimentos hoteleiros



Fonte: Elaborado pela autora.

E outros 5% realiza tratamento de seus efluentes por empresa privada conforme destaca a gerente (MH-H), “o tratamento do esgoto aqui no hotel é realizado por uma empresa particular, pois não tínhamos conhecimento da existência de coleta pública”. Entretanto, em contraponto a esse fato, na Secretaria de Meio Ambiente do Município – SEMA recebeu-se a informação que; “em visitas aos empreendimentos informam sobre as exigências normativas quanto ao tratamento dos efluentes no município” (FUNCIONÁRIA – SEMMA).

Segundo a ABNT NBR 15401 (2014, p 17) cabe ao empreendimento “planejar e implementar medidas para minimizar os impactos provocados pelos efluentes líquidos ao meio ambiente e à saúde pública”. Essas medidas preconizam a inclusão do tratamento das águas residuais (seja mediante a conexão ao sistema público de coleta e tratamento, se ele existir, seja mediante a existência de instalações de tratamento próprias).

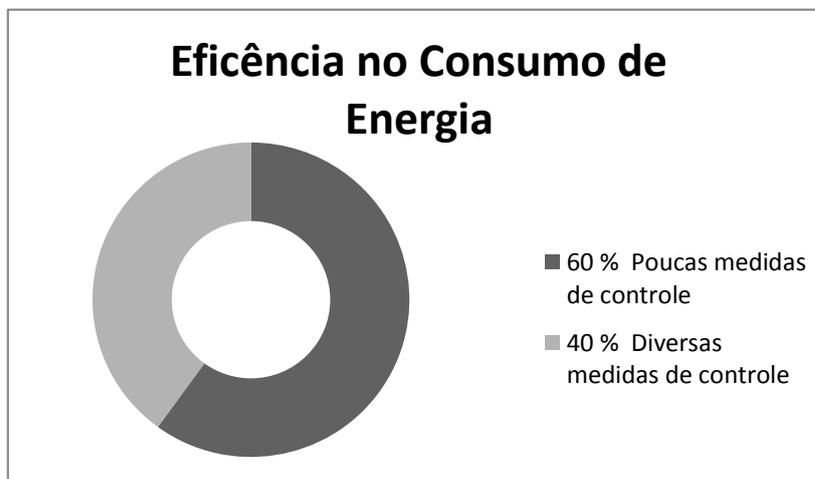
Dispõe ainda sobre a obrigatoriedade de existir planos de contingência para prevenir e mitigar falhas dos sistemas de tratamento e coleta utilizados e medidas para prevenir a contaminação das águas residuais por produtos tóxicos ou perigosos. O empreendimento deve dar destinação adequada aos resíduos líquidos de motores à explosão (ABNT NBR 15401:2014). Assim, destaca-se que medidas de tratamento de efluentes são preconizadas como requisito “Eletivo – EL” em qualquer categoria de Meios de Hospedagem discriminado na Matriz de Classificação do Sistema Brasileiro de Classificação de Meio de Hospedagem – SBClass (MTUR, 2016).

- **Eficiência do consumo de energia e água**

As medidas relacionadas a eficiência no consumo de energia, 40% dos MHs investigados desenvolvem diversas práticas para redução do consumo, como: sensor de presença em área de uso comum e corredores, sistema de controle de energia por chave-cartão em UHs, equipamentos com desligamento automático, utilização de lâmpadas de LED, preferência de equipamentos que indicam eficiência energética (com selo Procel), estrutura adaptada para aproveitar a ventilação e luz

natural, com “a ressalva de que os hóspedes geralmente não aproveitam a ventilação e luz natural dentro dos UHs”, explicou a recepcionista (MH-P).

Gráfico 9 – Medidas de economia no consumo de energia nos MHs



Fonte: Elaborado pela autora.

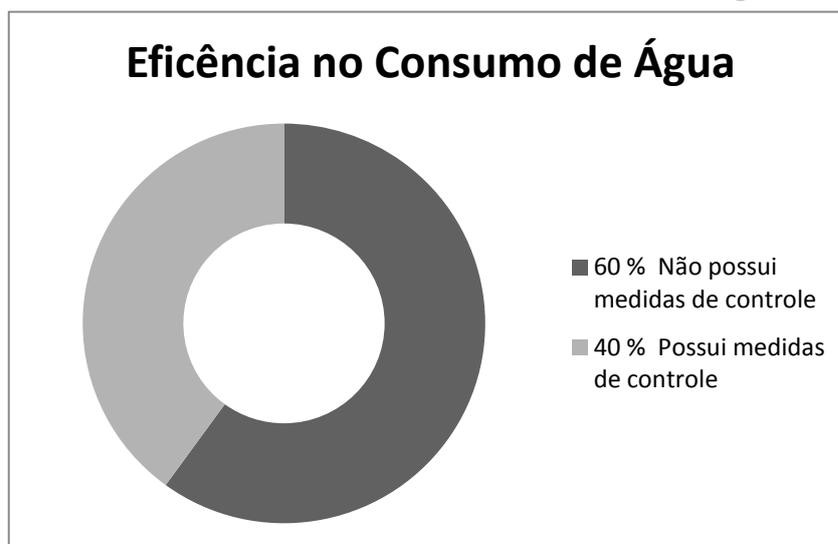
Destaca-se que parte dos MHs representados pelos 60% apenas efetuaram trocas de lâmpadas para redução do consumo de energia e orientação aos hóspedes quanto ao aproveitamento de ventilação e luz natural e desligar lâmpadas ao saírem dos UHs. Na matriz SBClass é estabelecido requisito “Mandatário” as medidas permanentes para redução do consumo de energia elétrica em todos os tipos e classificações de meios de hospedagem. Em atenção a esse aspecto a ABNT NBR 15401 (2014), preconiza que o empreendimento deve planejar e implementar medidas para minimizar o consumo de energia, em particular de fontes não renováveis; O empreendimento deve:

- Controlar e registrar o consumo de energia, de fontes externas e de fontes próprias renováveis e não renováveis;
- Estabelecer objetivos de consumo, considerando a demanda, o seu desempenho histórico e o levantamento de referências regionais de consumo em estabelecimentos de mesmo padrão. As metas de consumo devem considerar o "consumo fixo" e o "consumo variável";
- Fazer uso de fontes de energia renováveis, na extensão e de acordo com as suas especificidades e tecnologias disponíveis, levando em conta os aspectos de viabilidade econômica e ambiental. Dentre estas convém considerar o uso de tecnologia solar ou outras de menor impacto ambiental;

- Implementar um procedimento para assegurar que as luzes e equipamentos elétricos permaneçam ligados apenas quando necessário;
- Procedimentos de aquisição de equipamentos e insumos que consomem energia (como lâmpadas, equipamentos de refrigeração, geladeiras e frigoríficos, fogões, aquecedores, lavadoras de roupa, etc.) devem incluir como critério sua eficiência energética e a possibilidade do uso de fontes de energia alternativas;
- Arquitetura das construções deve utilizar as técnicas para maximizar a eficiência energética.

Quanto a medidas eficiência no consumo de água nos empreendimentos hoteleiros, identificou-se que 60% não existe medida de controle, a exemplo de; torneiras automatizadas ou controladas por sensores, chuveiros com redutores de fluxo de água. Por conseguinte 40% afirmaram que desenvolvem essas medidas supracitadas para controlar fluxo de água e ainda sugerem aos hóspedes as trocas de toalhas de banho e lençóis a cada dois ou três dias, explicando a importância da colaboração na conservação do meio ambiente e gestão do uso da água.

Constatou-se ainda que os MHs possuem poços, que na concepção dos colaboradores e proprietários entrevistados, é uma alternativa de evitar prejuízo ao abastecimento de água à comunidade e também a operacionalização do empreendimento. E ainda possuem reservatórios de água, como cisterna ou caixa d'água.

Gráfico 10 – Medidas de economia no consumo de água nos MHs

Fonte: Elaborado pela autora.

Medidas permanentes para redução do consumo de água, considerado como requisito Mandatório pelo SBClass é reforçado na ABNT NBR 15401 (2014) pois determina que o meio de hospedagem deve planejar e implementar medidas para minimizar o consumo de água e assegurar que o seu uso não prejudique o abastecimento das comunidades locais, da flora, da fauna e dos mananciais, sendo assim os requisitos são;

- Controlar e registrar o consumo de água de fontes externas e de fontes próprias;
- Estabelecer metas de consumo, considerando a demanda e o seu desempenho histórico e o levantamento de referências regionais de consumo em estabelecimentos de mesmo padrão. As metas de consumo devem considerar o "consumo fixo" e o "consumo variável";
- Planejar e implementar medidas que asseguram que a captação e o consumo de água não comprometam a sua disponibilidade para as comunidades locais, flora e fauna, a vazão dos corpos d'água e o nível e proteção dos mananciais, preservando o equilíbrio dos ecossistemas;
- Utilização de dispositivos para economia de água (como, por exemplo, torneiras e válvulas redutoras de consumo em banheiros, lavabos, chuveiros e descargas); programa específico, como troca não diária de roupa de cama e toalhas;

- Programas de inspeção periódica nas canalizações e sua manutenção, com vistas à minimização das fugas de água. Devem ser mantidos registros dessas inspeções e reparos;
- Captação e armazenamento de águas pluviais;
- Preservação e revitalização dos mananciais de água.

Tendo em vista as consequências negativas geradas pela atividade turística, como: o aumento da poluição em rios e praias, o nível de lixo, elevação dos preços no comércio, engarrafamentos, falta de água, a política de desenvolvimento turístico sustentável deve contemplar setores básicos como a educação, a saúde e o saneamento.

4.4 PRINCÍPIOS RELACIONADOS À DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

“As operações e práticas do meio de hospedagem devem contribuir para reconhecer, promover e respeitar o patrimônio cultural das regiões e as tradições e valores culturais não predatórios, e contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores e comunidade envolvidos na cadeia produtiva”.

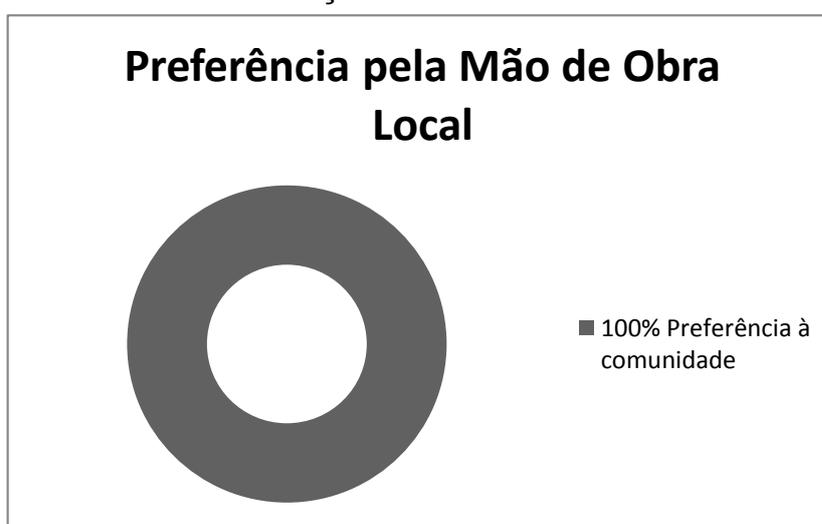
(ABNT, 2014, p. 20).

O Turismo Sustentável conjuga conservação do meio físico e formas de organização das comunidades receptoras, seus usos, seus costumes e tradições (MAGALHÃES, 2002). O turismo como instrumento de entendimento social e cultural possibilita a oportunidade de promover o contato entre povos diferentes e facilitar a aquisição e a troca de informações sobre modos de vida, cultura, línguas entre outras práticas sociais e econômicas. Portanto, considera-se essencial a valorização da população local para o desenvolvimento sustentável dessa atividade. O Turismo sustentável visa manutenção e desenvolvimento de práticas socioculturais, econômico e ambiental, reduzindo os impactos.

- **Contratação e capacitação profissional de mão de obra local**

Dentre os meios de hospedagem avaliados, 100% dos respondentes afirmaram que dão preferência à contratação de colaboradores advindos da comunidade. Essa prática evidencia a prerrogativa de que o meio de hospedagem se comprometa com o aproveitamento das pessoas e da produção local, recomendado pela ABNT (2014) como forma de incentivo ao associativismo, a qualidade e sustentabilidade.

Gráfico 11 – Contratação de mão de obra local nos MHs



Fonte: Elaborado pela autora.

Embora estes MHs sinalizem para preferência de oferta de emprego a pessoas da comunidade, observou-se que não há perspectiva de ascensão dos colaboradores na hierarquia da organização, ainda que o empreendimento seja de grande porte, pois os cargos de gerência geralmente são ocupados por pessoas de outras cidades na maioria de São Luís-MA, e no caso de pousadas é comum o gerenciamento destes empreendimentos pelos proprietários. Neste sentido parte dos entrevistados relataram que oferecem vagas para estágios, assim como permissão para visitas técnica relacionadas a atividades pedagógicas realizadas por instituições de ensino do município.

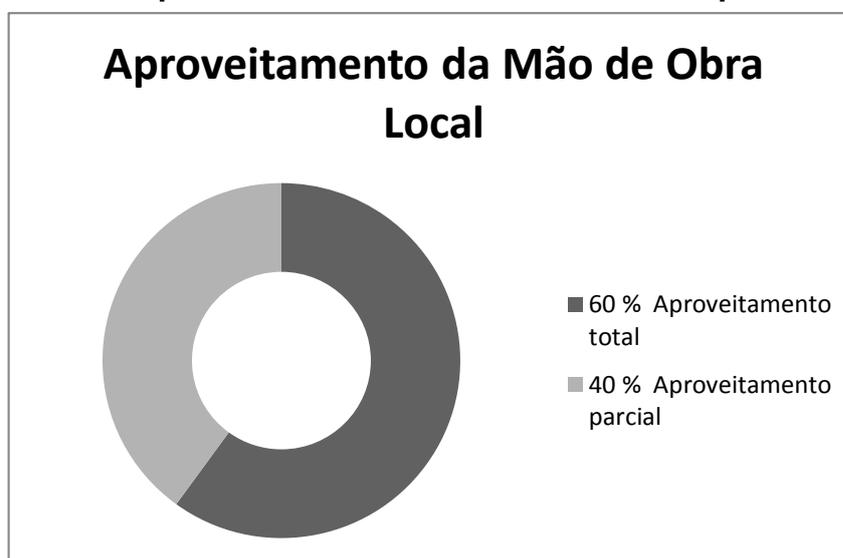
O empreendimento deve implementar ações para apoiar a educação dos trabalhadores e da comunidade local, inclusive para educação ambiental. Assegurar que esquemas de falso aprendizado não sejam realizados, numa tentativa de evitar o cumprimento de suas obrigações para com os funcionários sob as condições

legais aplicáveis e associadas às legislações e regulamentações trabalhistas e de seguridade social (ABNT, 2014).

Recomenda-se ainda que o meio de hospedagem empregue pessoas (empregados, subcontratados ou autônomos) das comunidades, sendo que pelo menos 50% dessa força de trabalho advenha do município e essa mesma comunidade precisa também se qualificar, para aproveitar as oportunidades em cursos na área ofertados pelas instituições de ensino. A Matriz SBClass por sua vez determina como requisito “Mandatório” medidas de geração de emprego e renda, porém somente para os tipos - Resorts e pousadas em todas as classificações, enquanto para Hotel a prerrogativa de “Requisito Eletivo (EL)”.

Assim, 60% dos empreendimentos mostraram um quadro em que todos os colaboradores são do município. Sendo que em 40% destes estabelecimentos o aproveitamento da mão de obra local é parcial, pois o quadro de funcionários apresenta pessoas advindas da comunidade e pessoas de outras cidades ocupando cargos de chefia e até de outros estados como é o caso dos resorts que se identificou que os gerentes são de outros estados.

Gráfico 12 – Aproveitamento da mão de obra local pela hotelaria



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse aspecto a comunidade apontou para a necessidade de mais investimento e oportunidades de trabalho para todos os cargos dos meios de hospedagem do município:

No início quando o turismo chegou foi muito complicado, não havia emprego para a comunidade nesses empreendimentos, vinha todo mundo de fora para ser contratado. Só depois foi melhorando, as políticas contribuíram e a instalação do Instituto de Educação do Maranhão – IFMA/Barreirinhas, que também colabora com essa formação de mão de obra, fora os projetos de governo e de faculdades. E ainda tem o Sindicato de Bares e Restaurantes que é procurado pelos meios de hospedagem, devido seu sistema de dados de profissionais para serem contratados. Mas mesmo assim ainda precisa de incentivos por parte desses meios de hospedagem para a comunidade, mas também a comunidade tem que ter interesse em se preparar profissionalmente, por outro lado o descaso por parte do poder público com a cidade também desestimula as pessoas [...] (LÍDER COMUNITÁRIO).

Esse argumento revela a importância da participação e aproximação da comunidade ao processo de planejamento do turismo no município, uma vez que se apresenta como polarizador das atividades turística do Polo Lençóis Maranhenses. Os empreendimentos hoteleiros precisam engajar-se em ações voluntárias promovidas por organizações comunitárias, governamentais ou não governamentais, que tenham o objetivo de contribuir com o desenvolvimento das comunidades locais (ABNT, 2014). O desenvolvimento sustentável de uma localidade por meio do sistema de gestão da sustentabilidade nas organizações hoteleiras implica em:

- Participação e incentivo para o envolvimento de colaboradores junto à vida associativa da comunidade local e ações socioambientais (educação ambiental);
- Interagir com a comunidade estabelecendo um canal de comunicação com a mesma, para sugestões e críticas;
- Avaliar o grau de satisfação e eficácias das ações socioculturais desenvolvidas;
- Estabelecer medidas preventivas relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes em observância ao Código de Conduta do Turismo contra Exploração Sexual Infanto-juvenil.

Salienta-se que desenvolver pressupõe ruptura e evolução das bases que vão produzir bem-estar e sustentabilidade para as comunidades de interesse, ligadas aos empreendimentos econômicos de todos os ramos (FRANCH; IZQUIERDO; TORRES et al., 2007). Para Barreto (2005), desenvolvimento sustentável implica em:

Crescimento econômico, acompanhado de uma distribuição equilibrada da renda e da devida proteção dos recursos naturais – base das suas potencialidades -, com vistas a assegurar uma qualidade de vida adequada tanto para as atuais como para as futuras gerações. Esse processo se viabiliza com a participação efetiva da sociedade tanto nas atividades de planejamento como nas de gestão das atividades para o desenvolvimento. (BARRETO, 2005, p.56).

As características locais ou regionais influenciam os tipos de estratégias engendradas no planejamento turístico, que por sua vez é possível apresentar problemas. O modelo de desenvolvimento endógeno conforme lembrado por Ávila (2006), consiste:

No efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito. (ÁVILA, 2006, p. 68).

Panosso Netto (2010) por sua vez afirma que o turismo está relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta de dados qualitativos e quantitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais na busca de resolução de algum problema.

- **Aquisição de serviços e produtos locais**

Em relação a este aspecto verificou-se que 100% dos MHs afirmaram que dão preferência para aquisição de produtos e serviços locais. Porém também destacaram que produtos de padrão de qualidade diferenciado fazem aquisição em empresas do município de São Luis-Ma, ou até mesmo em outros estados, conforme

narrativa de gerentes de MH-R. “Em relação ao enxoval de Unidades Habitacionais – Uhs, infelizmente a comunidade não dispõe desses produtos tendo que vir de fora, algumas vezes a compra é feita direto pela internet”, destacou a Gerente (MH-R). Entre as aquisições realizadas na comunidade, estão: materiais de construção, alimentos e produtos de higiene e limpeza.

Nesse contexto, observou-se que os objetos utilizados na decoração dos empreendimentos, são do artesanato local. “Um apelo ao artesanato da região na ornamentação dos ambientes”, replicou a Gerente (MH-H). Entretanto no caso dos Resorts visitados essa proposta de apelo ao artesanato local, parece se diluir à medida que são adaptados a outros elementos advindos da indústria no mesmo ambiente.

Gráfico 13 – Aquisição de produtos advindos da produção local pelos empreendimentos



Fonte: Elaborado pela autora.

Os alimentos também ganham destaque neste aspecto do aproveitamento e valorização da produção local. Neste sentido, manifestaram que há aplicação efetiva de boas práticas de manipulação na cozinha com finalidade de evitar desperdícios dos alimentos e manutenção higiênico-sanitária. Portanto, o “estabelecimento recebe periodicamente visita de fiscais da vigilância sanitária, não só neste, mas visitam a outros do município”, afirmou o Gerente – MH.

Conforme disposto pela ABNT (2014) os serviços de alimentação fornecidos pelo MH, devem: adotar as boas práticas de segurança de alimentos; utilizar preferencialmente produtos frescos; quando possível e viável

economicamente, utilizar insumos de produção orgânica; incluir a oferta de alimentos e bebidas da culinária regional, respeitando a disponibilidade sazonal dos ingredientes, de maneira a não ameaçar a flora e a fauna. Com ressalva que este aspecto se insere na dimensão econômica da NBR 15401:2014.

Preconiza ainda que cada empreendimento deve contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores e comunidades envolvidas na cadeia produtiva, comprometendo-se com o aproveitamento da produção local, incentivando e se envolvendo com o associativismo e a sustentabilidade. Para tanto é necessário identificar os produtos, serviços e insumos produzidos pelas comunidades locais.

De acordo com Long e Ploeg (s.d.), desenvolvimento endógeno a priori fundamenta-se, doravante não exclusivamente, nos recursos disponíveis na localidade, tais como: potencialidade ecológica, força de trabalho e conhecimento, além da capacidade de vincular produção e consumo. “As práticas de desenvolvimento endógeno geralmente se materializam como processos autocentrados de crescimento, ou seja, parte do valor total gerado por este tipo de desenvolvimento é (re) direcionado na própria localidade”. (LONG; PLOEG, s.d.).

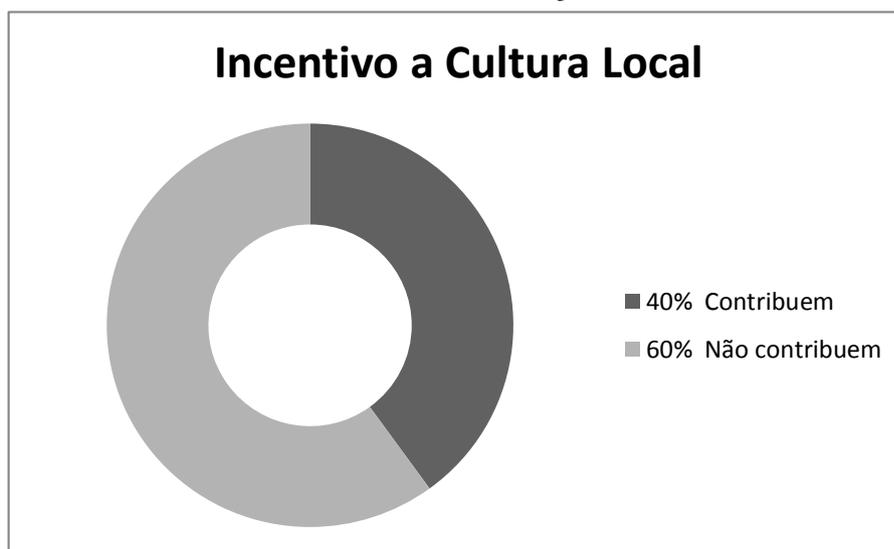
Esse argumento se expressa no sentimento de pertença dos indivíduos consolidando laços comunitários e esmero quanto à preservação das características naturais e culturais. Assim, é importante destacar que determinadas localidades por conveniência buscam manter o crescimento de entradas de turistas, mas desconsideram e negligenciam os problemas advindos da saturação de seus recursos (NUNES, 2009). Portanto dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população de lugares de interesse turístico requer mobilizar e explorar as potencialidades corroborando para o crescimento de oportunidades sociais e viabilidade competitiva da economia do lugar de forma consciente.

- **Incentivo e apoio a cultura local**

Neste aspecto 40% responderam que, contribuem constantemente com aporte para divulgação, realização de eventos culturais e manifestações culturais na cidade, corroborando para a valorização, preservação e promoção da cultura local em respeito aos direitos e tradições, porém a grande maioria representada pelos

60% não contribuem. Os meios de hospedagem devem promover de maneira planejada atividades e manifestações culturais das comunidades locais e a sua divulgação junto aos clientes, procurando preservar a sua autenticidade. E apoiar iniciativas para o conhecimento, a valorização, a preservação e a promoção da cultura local (ABNT, 2014).

Gráfico 14 – Incentivo e valorização da cultura local



Fonte: Elaborado pela autora.

As medidas permanentes de apoio a atividades socioculturais são direcionadas apenas a Hotel pelo SBCLASS como requisito Eletivo. Organizações hoteleiras como Resorts e pousadas (categoria * e **) conforme matriz SBCLASS determina-se requisito Mandatório (M) para medidas de valorização da cultura local. No entanto para meios de hospedagem do tipo Hotel preconiza-se eletivo (EL) tal medida. Diante do exposto entende-se que o sistema se mostra confuso, uma vez que regulamenta o fato de que meios de hospedagem desenvolvam apenas alguns dos requisitos possibilita ser caracterizado como sustentáveis.

A partir do momento em que o turismo se instala produzindo diversão e lazer, ocorre o consumo dos recursos de uma determinada região. O artesanato é um exemplo, atividade que pode agregar receita para a comunidade local, e contribui ao mesmo tempo para difundir a cultura local. Conforme supramencionado os meios de hospedagem divulgam o artesanato principalmente por meio de espaços decorados nos empreendimentos que denotam apelo aos artefatos ou objetos do artesanato local na tentativa de valorizar e fortalecer a cultura local.

Assim, observou-se que os meios de hospedagem que possuem restaurantes oferecem pratos da culinária local, os que não oferecem serviços de restaurante oferecem apenas o café da manhã ambos os serviços utilizam insumos da produção local. O que possibilita a criação de territorialidades gastronômicas, produto de uma íntima associação de um conjunto culinário a uma localidade ou região. Muitas vezes, os potenciais fatores para a valorização se originam da interação entre o patrimônio natural e o patrimônio histórico-cultural, ocasionando singularidades expressas em produtos ou serviços que permitem novas formas de relações com os consumidores (LAGARES; LAGES & BRAGA, 2006). Assim, cabe ao empreendimento incentivar e promover a venda de artesanatos e produtos típicos (inclusive culinários) da região, fornecidos por pessoas das comunidades locais, no empreendimento ou nas próprias comunidades locais, valorizando a comunidade e promovendo a interação entre cliente e produtor local (ABNT, 2014).

Sendo possível o resgate de técnicas artesanais ligadas à cultura local. Esse dispositivo propõe assegurar o respeito aos hábitos, direitos e tradições das populações tradicionais, amparadas por pesquisas científicas ou por técnicos da área. No entanto o crescimento do fluxo turístico provoca pressão para produzir, o que resulta em maior consumo dos recursos naturais, a exemplo da palha extraída do buriti na produção do artesanato, uma palmeira da região dos lençóis Maranhenses. A produção acelerada para atender a demanda ávida por produtos locais/regionais impacta na capacidade de recomposição dos buritizais abreviando-lhes o ciclo de vida.

Acerenza (2002) reitera afirmando que à medida que o turismo cresce, implica em efeitos sobre o meio ambiente onde se desenvolve. Esses efeitos geram lucro para diferentes países resultando no fomento desse desenvolvimento, possibilitando intervenções tanto na economia nacional, quanto sobre a sociedade e sua cultura, ou sobre o meio ambiente natural onde a atividade se desenvolve.

Os requisitos socioculturais induzem o processo de inclusão das comunidades locais, vislumbrando o aumentando da oferta de trabalho e renda, das condições de trabalho dos colaboradores e da preservação dos aspectos culturais, gerenciados pelo meio de hospedagem, que por sua vez tem a finalidade de alcançar significativamente, a proposição da sustentabilidade, pela transformação da realidade sociocultural. Os esforços para adaptação às realidades locais desvelam

não somente indicadores de desempenho das práticas sustentáveis nos estabelecimentos, mas a flexibilidade do Sistema de Gestão Ambiental na cadeia hoteleira.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação analisou o turismo no polo dos Lençóis Maranhenses em relação aos princípios de sustentabilidade em empreendimentos hoteleiros do município de Barreirinhas/MA. E os resultados revelaram que o arquétipo da sustentabilidade nos meios de hospedagem encontra-se parcialmente difundido pelas gestões e operacionalizações, apresentando nível de desempenho e implementação dos princípios sustentáveis relativamente em conformidade, e em alguns casos insatisfatórios, significando que a questão da gestão da sustentabilidade nos meios de hospedagem do município de Barreirinhas ainda está distante de ser alcançada de forma plena.

A proposição da sustentabilidade em meios de hospedagem precisa transcender a rotulação “sustentável”, pois deve apresentar transformação de uma dada realidade socioeconômica, ambiental e cultural de determinado território a partir da atuação efetiva de todos os sujeitos. Considerando transversalidade presente nas múltiplas fontes e normas instituídas, destaca-se que, o conjunto de princípios engendrados para guiar os esforços à sustentabilidade, tem possibilitado a elaboração de critérios diferenciados para gerenciamento do desempenho de práticas sustentáveis nas organizações hoteleiras.

A luz do NBR 15401:2014, verifica-se que a orientação por meio de requisitos de sustentabilidade implica em estruturação e organização da gestão dos meios de hospedagem para tornar-se sustentável e possibilita aumento de competitividade, por meio de planejamento, medidas de redução dos impactos, incluindo a redução dos custos operacionais, estabelecimento de metas e monitoramento dos resultados.

No entanto o Sistema de Classificação de Meios de Hospedagem, apesar de também corroborar para a implantação de práticas sustentáveis em prol do consumo consciente dos serviços e produtos, mostra-se parcialmente confuso quanto aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos, uma vez que regulamenta o cumprimento ‘obrigatório’ de parte desses requisitos e a ‘não-obrigatoriedade’ para outros.

Diante da complexidade de impactos gerados por qualquer categoria de empreendimento hoteleiro evidenciou a necessidade de cumprimento dos requisitos a conservação dos recursos naturais sem abdicar dos aspectos socioculturais

existentes. Esta perspectiva ética direcionada às comunidades por sua vez diz respeito ao equilíbrio entre viabilidade econômica do turismo e a equidade social. A matriz SBClass, ainda que corrobore efetivamente para implantação de medidas de sustentabilidade ambiental, precisa alinhar-se no mesmo grau de importância aos aspectos socioculturais a despeito dos requisitos de sustentabilidade Mandatórios e Eletivos.

As ferramentas de gestão da sustentabilidade não conseguem cumprir com sua real função de forma plena, sendo possível dificultar ou influenciar de modo contrário o desenvolvimento de determinada atividade, uma vez que se encontra subjugado aos esforços na relação dicotômica público e privado. A evidência da disparidade crescente entre a “doutrina da sustentabilidade” e a aplicabilidade, denuncia os impactos gerados pela atividade turística representando entrave ao desenvolvimento do destino indutor – Barreirinhas/MA.

A crescente discussão no contexto político e acadêmico sobre a sustentabilidade como modelo de desenvolvimento pondera que os mecanismos para sua efetivação e conquista de benefícios expressivos e claros dependem de estratégias inovadoras e contextualizadas à base local. A inserção social decorrente da criação de empregos diretos, aproveitando a mão de obra e produção local pelos empreendimentos, tem corroborado parcialmente para o bem-estar da população de Barreirinhas/MA, mas necessitando de investimentos em todas as áreas sociais do município por meio da gestão pública.

Apesar de empresários/gerentes e colaboradores apresentarem interesse pelo Sistema de Gestão Ambiental, as ações implementadas nos estabelecimentos, revelam carência significativa em termos de conhecimento sobre as políticas e normas voltadas para o segmento. Pois o processo de implementação dos princípios de sustentabilidade no estabelecimento mostrou que se centra na redução de despesas em detrimento da economia de recursos. Assim a complexidade da sustentabilidade no turismo apontou para a necessidade de profunda compreensão e compromisso com a aplicabilidade normativa por parte dos principais sujeitos, como: entidades de governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada a fim de estabelecer ações de cidadania.

O superficial entendimento por parte dos atores supra reportados a despeito do conjunto de princípios sustentáveis e a negligência no cumprimento das

normas existentes justifica o descompasso entre as políticas de sustentabilidade e a prática destas nas organizações.

Diante dos resultados desvelados no corpus da pesquisa recomenda-se algumas medidas mitigadoras, como: educação por meio de programas para sensibilização dos *stakeholders* sobre os benefícios da certificação em turismo sustentável.

Sugere-se sensibilização do empresariado para mudança de cultura, uma vez que as vantagens competitivas por meio de políticas de turismo sustentável denunciam a superação dos investimentos necessários. A incorporação de práticas sustentáveis contempla um nicho de mercado de turistas que veem a sustentabilidade como fator importante na escolha do MH.

Recomenda-se também incentivo governamental às práticas de gestão ambiental conjugada ao rigor e fiscalização em detrimento da delimitação e jurisdição dos órgãos públicos, quanto à aprovação de implantação de empreendimentos na região dos Lençóis Maranhenses, equacionando o cumprimento da legislação ambiental em áreas de proteção ambiental.

Propõe-se ainda em função da importância, o aporte a projetos de pesquisa tendo em vista a contribuição epistemológica para descoberta de novas técnicas de controle, implementação de práticas e tecnologias alternativas, assim como apoio a formas de associativismo para destinação de materiais recicláveis e investimentos em saneamento no município. E considerando a evidente necessidade de apreciação dos problemas de infraestrutura do município a partir do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses propõe-se buscar soluções para coleta e destino do lixo, qualidade de ordem estrutural e operacional para a rede de esgoto no tratamento e destino correto de resíduos sólidos e líquidos que resulte na redução de impacto aos rios da região.

Indica-se aplicação de diretrizes em áreas destinadas aos equipamentos turísticos em observância a regularização do uso do solo (zoneamento urbano) considerando as peculiaridades do município em detrimento da especulação imobiliária e assentamentos inadequados.

Acredita-se relevante a constituição e manutenção de fóruns participativos e desenvolvimento de projetos junto à comunidade para consulta e incitar a participação ativa nas ações com a finalidade de desenvolvimento

endógeno da atividade turística. Por conseguinte, cabe a gestão pública viabilizar investimentos na capacitação da mão-de-obra para intensificar o aproveitamento da força de trabalho local, ou seja, fortalecer a dimensão social.

Instrumentos de sustentabilidade deflagram os indicadores importantes e as contribuições metodológicas e práticas para os destinos turísticos serem direcionados por meio de estratégia efetiva, mensurável e assertiva. Os indicadores servem para subsidiar a gestão e monitoramento da sustentabilidade no turismo principalmente em empreendimentos turísticos. Por conseguinte, salienta-se que a sociedade vem despertando para o desenvolvimento sustentável, o que significa que é possível transformar por meio da política de turismo regional e fortalecer iniciativas que trabalham com comunidade do entorno de UCs, a exemplo do PARNA Lençóis para manutenção do patrimônio natural com estratégias de zoneamento turístico, sendo uma ferramenta que atinja objetivos da sustentabilidade desse polo turístico.

Conclui-se que o destino turístico pode ser definido como sustentável quando promove práticas sustentáveis e engajamento para os moradores locais, participação da cadeia do turismo de forma plena, bem como inserção de turistas nessa perspectiva do turismo sustentável. Para tanto implica planejamento turístico integrado ao desenvolvimento regional, a partir da participação efetiva da população local, analisando e utilizando instrumentos, procedimentos e indicadores da sustentabilidade para desenvolvimento da atividade.

Embora não possam ser generalizados os resultados obtidos nesta pesquisa, é possível apontar evidências relevantes que contribuam para estratégias no segmento hoteleiro balizadas pelos pressupostos da sustentabilidade no turismo corroborando para mitigação dos impactos provocados pelos empreendimentos turísticos e para estudos posteriores nessa perspectiva.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N.(Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.
- ACERENZA, M. A. Planificación estratégica del turismo: esquema metodológico. **Estudios Turísticos**, Madrid, ES, n. 85, p. 47-70, 1985. Disponível em: <<http://estadisticas.tourspain.es/img-iet/Revistas/RET-85-1984-pag47-70-42290.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2016.
- _____. **Administração do turismo**. Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- _____. **Administração do turismo**: planejamento e direção. Tradução de Graciela Rabuske Hendges. Bauru/SP: EDUSC, 2003. v. 2. (Coleção Turis).
- ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256 p.
- ALMEIDA, L. T. de. As interações entre comércio e meio ambiente. In: BRAGA, A. S.; MIRANDA, L. C. (Orgs.). **Comércio e meio ambiente**: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Brasília: MMA/SDS, 2002. p. 27-40.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- ARANTES, A.A. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G (Orgs.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.
- ARAÚJO, A. G. P.; ARAGÃO, L. L; RODRIGUES, L. C. Turismo, populações tradicionais e ambiente. **Gaia Scientia**, João Pessoa, edição especial, p.161-171, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/article/view/22427/12526>>. Acesso em: 12 mar. 2015.
- ARAÚJO, Luana Lima Bandeira. **A regionalização do turismo nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão a partir do plano de desenvolvimento sustentável da região turística (PDSRT) do meio-norte**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8020/1/2013_dis_llbaraujo.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.
- ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil**: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14001**: Sistemas da Gestão Ambiental – requisitos com orientação para uso. Rio de Janeiro, maio 2004.

_____. **Guia de Implementação da ABNT NBR 15401: 2006**. Meios de Hospedagem – Sistema de Gestão da Sustentabilidade. Rio de Janeiro: ABNT/SEBRAE, 2012. 82 p.

_____. **NBR 15401:2014** - Meios de hospedagem - Sistema de gestão da sustentabilidade — Requisitos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2014. 30 p.

AUCILINO, Madalena Pedrosa. **Turismo e estâncias**: impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Futura, 2001.

ÁVILA, V. F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral/CE: Edições UVA, 2006.

BARREIRINHAS (Município). In: **Enciclopédia dos Municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15. p. 77-81. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_15.pdf. Acesso em: ago. 2015.

_____. **Lei n.º 524**, de 05 de Julho de 2005. Plano Diretor do Município de Barreirinhas do Estado do Maranhão.

_____. **Lei n.º 531**, de 05 de Julho de 2005. Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano da Cidade de Barreirinhas do Estado do Maranhão e trata de outras providências.

_____. Secretaria de Saúde. **Prognóstico e alternativas para a universalização, condicionantes, diretrizes, objetivos e metas para o município de Barreirinhas - MA**. São Luis: SEMUS, 2014. 102p. Disponível em: <http://www.gestaoamb.com.br/gestaoambiental/Produto3.pdf>. Acesso em: 04 set. 2016.

BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

BASTOS, Gisele Mendonça Furtado. **Rede de cooperação interorganizacional no trade turístico dos Lençóis Maranhenses – Barreirinhas/MA**. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15058/3/2013_dis_gmfbastos.pdf. Acesso em: 23 abr. 2016.

BAUMANN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMANN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 8. ed. atual. São Paulo: Senac, 2003.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 211p.

BERNARDI, Jorge Luiz. **Funções sociais da cidade: conceitos e fundamentos**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000951.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

BRANDÃO, C. A. **Experiências e políticas de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2004.

BRASIL. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL. **Plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio-norte**. 2009.

Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/comissoes/CDR/AP/AP20090826_PSDRT_meio_-_norte.pdf>. Acesso em: 26 maio 2013.

_____. CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. **Sistema Nacional de Unidades de conservação**: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: CNRBMA, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 84.910**, de 15 de julho de 1980. Regulamenta dispositivos da Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977 referentes aos Meios de Hospedagem de Turismo, Restaurantes de Turismo e Acampamentos Turísticos ("Campings"), Acesso em: 07 maio. 2016.

_____. **Decreto nº 23.793**, de 23 de janeiro de 1934. Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L23793-1934.htm>>, Acesso em: 12 de out. 2016.

_____. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação** / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

_____. **Lei n.º 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

_____. **Lei n.º 9605**, de 12 de fevereiro de 1998. Estabelece crimes ambientais e punições e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 fev.1998.

_____. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2016.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA)** (2013). Disponível em: Acesso em: 15 maio 2016.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **SNUC**- Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: MMA-IBAMA, 2000.

_____. **Unidades de Conservação: patrimônio para o povo brasileiro, esperança de futuro para a humanidade**. Brasília: MMA, 2007. p. 71.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2. ed. Brasília: MMA/SBF, 2002.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do turismo**: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008.

_____. _____. **Método para a Categorização do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília: MTur, 2014.

_____. _____. **Portaria MTur nº 105**, de 16 de maio de 2013.

_____. _____. **Portaria MTur nº 313**, de 3 de dezembro de 2013.

_____. _____. **Programa de Regionalização do Turismo**: diretrizes. Brasília: MTur, 2013.

_____. _____. **Mapa do turismo brasileiro**. Disponível em: <www.mapa.turismo.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. _____. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil. Brasília: MTur, 2009.

_____. _____. **Decreto n.º. 84.910/80**. Disponível em: <http://200.143.12.83/portalmtur/opencms/institucional/legislacao/arquivos/decreto_n_84.910_80_15_julho_1980>. Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. **Maranhão tem novo mapa turístico**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6469-maranh%C3%A3o-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>>. Acesso em: 29 jul. 2106.

_____. Presidência da República. Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento. Desafios do desenvolvimento Sustentável. Brasília: Cima, 1991.

_____. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 02 de out de 2016.

CÂMARA, R. Áreas Naturais protegidas: um estudo sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses na perspectiva do turismo. In: CASTRO, C.E.; MATOOS JR., J.S.; SERRA, D.J.S. (Orgs.). **Desenvolvimento local e sustentabilidade**: novas abordagens, velhos dilemas. São Luís: EDUEMA, 2011. p.401-414.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Pensamento Cultrix, 2003.

CASTIEL, L. D. Promoção de saúde e a sensibilidade epistemológica da categoria 'comunidade'. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.38, n.5, p.615-622, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/31771/33692>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Turismo e processo de produção do espaço geográfico: prolegômenos a quem deseja fazer uma análise geográfica do turismo. In: SÁ, Alcindo José de; CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. **Regionalização e análise regional**: perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p.67-78.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Turismo: uma prática socioespacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico. **Revista de Geografia**, Recife, v.15, n.1/2, p.21-50, jan./dez. 1999.

CASTRO, Claudio Eduardo de. A política nacional de proteção da natureza e seus desdobramentos no território do parque nacional dos lençóis maranhenses. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101427/castro_ce_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jan. 2016.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: o discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, B.AA. **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 94-121.

CAVALHEIRO, L.; VENDRUSCOLO, R.; FROEHLICH, J. M. F.; DULLIUS, P. R. Imprimindo sabores – gastronomia e identidade territorial na Quarta Colônia –RS. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. p.1-17. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/521>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

CHUNG, L. H.; PARKER, L. D. Integrating hotel environmental strategies with management control: a structuration approach. **Business Strategy and the Environmental**, v.17, p. 272-286, 2008.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Coleta seletiva aumenta 138%, mas funciona apenas 18%** - Programas municipais de coleta seletiva no Brasil. Disponível em: <<http://sucatas.com/portal/news/view/532-Coleta-seletiva-aumenta-138-mas-funciona-em-apenas-18-das-cidades-brasileiras>>. Acesso em: 20 out. 2016

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Dados Gerais de Barreirinhas-MA**. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp?ildMun=100121028>. Acesso em: 16 set. 2016.

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. **Sistema Nacional de Unidades de conservação**: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: CNRBMA, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

_____. O real e o imaginário nos espaços turísticos. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLOANO, L. N. M. (org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003a. p.13-28.

_____. O turismo e o movimento cooperativista. In: CORIOLOANO, L. N. M. (org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003b. p.29-40.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Uma epistemologia para o estudo do turismo: a análise dos discursos. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EDUECE, 2007. p. 304-326.

_____. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança.** Fortaleza: EdUECE, 2009.

CORIOLOANO, Luzia Neide; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Territórios solidários latino-americanos e turismo comunitário no rebatimento aos megaempreendimentos transnacionais. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão; CORIOLOANO, Luzia Neide (Org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários.** Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 27-41.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-Ceará.** 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/carlos_rerisson_dissertacao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

COSTA, R. H. Desterritorialização, entre as redes e os aglomerados. In: CASTRO, I.E.; COSTA, P.C.G.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à geografia do turismo.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

CUELLO NIETO, C. Toward a holistic approach to the ideal of sustainability. **Techné: Journal of the Society for Philosophy and Technology**, Blacksburg, v.2, n.2, p.41-48, 1997.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A Questão ambiental, diferentes abordagens.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CUNHA, K. S.; CUNHA, J. C. Modelo sistêmico para avaliação do impacto do turismo no desenvolvimento local. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: EnANPAD, 2005. p.1-17. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/ESO/2005_E_SOA339.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

D'ANTONA, A. **O verão, o inverno e o inverso: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** 1997. 187 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. O lugar do parque nacional na lógica dos lençóis maranhenses. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2000. p.1-26. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_22_RBA/pdf/F03%20Alvaro%20de%20Oliveira%20Antona.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

EMMENDOERFER, M.L.; SILVA, F.C.; SOARES, E.B.S.; SILVA, E.A.; LIMA, A.A.T.F.C. Desenvolvimento turístico regional e destinos indutores: um problema de intergovernabilidade no contexto público brasileiro? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2012. p.1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1819.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

FERNANDES-PINTO, Érika, FUKUDA, Juliana C., ANDRADE, Júlio C. S., e CAMARGOS, Maria Carolina (2007) **Como ordenar a visitação em uma unidade de conservação já amplamente divulgada? – O caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo10.pdf>> Acesso em: 20 abril. 2016.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994. p. 45-50.

FLEURY, Sonia. Espaço, território e cidadania: a cidade dos cidadãos. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: CES, 2004. p.1-29. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao4/SoniaFleury.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. Citizenship. In: FRITZPATRICK, Tony; MANNING, Nick; MIDGELY, James; KWON, Huck-ju; PASCAL, Gillian. (Orgs.). **International Encyclopedia of Social Policy.** Londres: Routledge - Taylor & Francis Group, 2006.

FONT, Xavier. Environmental certification in tourism and hospitality: progress, process and prospects. **Tourism Management**, v.23, n.3, p. 197-205, jun. 2002.

FREIMOND, Wayne A.; Cole, D. N. 2001. I Use density, visitor experience and limite recreation use in Wilderness: progress to dat and Research Needs. In: **Visitor use density and Wilderness experience: proceedings.** Missoula-MT, PROC, RMRS, p.03-08. Ogden, UT-US: Department of Agriculture; Forest Service, Rocky Montain Reserach Statin,.

GANDARA, G. S. **Rio Parnaíba... cidades-beira.** 2008. 397 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

GARCIA, Rita Maria de Paula. Produção do espaço pelo lazer e turismo. **Revista Eletrônica AGB-TL**, Três Lagoas, v.1, n.5, p. 113-126, maio 2007.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.

GIMENES, M. H. S. G; BAHL, M; NITSCHKE, L. B. Territorialidade gastronômica: as cozinhas regionais como forma de mediação do homem com o meio e como atrativo turístico. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v.2, n.47E, p.1-16, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2181/2077>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. O uso turístico das comidas tradicionais – algumas reflexões a partir do Barreado, prato típico do litoral paranaense (Brasil). **Revista Turismo & Sociedade**, Curitiba, v.2, n.1, p.8-24, abr. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/14301/9605>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

GONÇALVES, R. A.; LEHUGEUR, L. G. O.; CASTRO, J. W. A.; PEDROTO, A. E. S. Classificação das Feições Eólicas dos Lençóis Maranhenses – Maranhão – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, ano 2, n.3, p.99-112, 2003. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/169/135>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES (Letras e Humanidades)**, Caxias do Sul, n.3, p.2-24, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416/360>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001. 296 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Barreirinhas: **Síntese das Informações**. Disponível em: Acesso em: 09 jul. 16.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **@Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 09 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 09 set 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico**: Barreirinhas Maranhão – MA. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2101707>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR) / INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Grupo de Trabalho Interministerial – MICT/MMA. Brasília, 1994. p. 19.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Brasília/DF: IBAMA, 2002.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Programa de turismo nos parques**. 2008. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Plano de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2264-parna-dos-lencois-maranhenses>>. Acesso em: 22 abr. 2016a.

_____. **PARNA dos Lençóis Maranhenses**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2264-parna-dos-lencois-maranhenses>>. Acesso em: 10 maio 2016b.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **NIH 54:2004 norma nacional para meios de hospedagem** – requisitos para a sustentabilidade. Salvador: IH, 2004. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/467524C358E0487D832575E0006C5CBA/\\$File/NT00041A3E.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/467524C358E0487D832575E0006C5CBA/$File/NT00041A3E.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2016.

KARASSAWA, Neuton S. **A qualidade da logística no turismo**: um estudo introdutório. São Paulo: Aleph, 2003.

KASIM, A. Socio-environmentally responsible hotel business: do tourists to Penang Island, Malaysia care? **Journal of Hospitality & Leisure Marketing**, v. 11, n. 4, p. 5-28, 2004.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002. 224.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAGARES, L.; LAGES, V.; BRAGA, C. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: SEBRAE, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **De l'état**: le mode de production étatique. Paris: Unión Generale d'editons, 1977.

_____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991. [1974]

_____. **The production of space**. 3. ed. Oxford: Blackwell, 1993.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEMARCHAND, F. Sociedade epidêmica: o risco da queda geral dos limites. In: LATOUCHE, S. **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. Tradução de ALMEIDA, J.M. de. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2009. p.63-71.

LEVIN, N, Tsoar, H., Maia, L. P., ClaudinoSales, V., Herrmann, H. 2008. Lagoas costeiras interdunares e branqueamento de dunas no Nordeste do Brasil. **Mercator** 7, 143-166.

LEVIN, N., Ben-Dor, E., Karnieli, A. **Topographic information of sand dunes as extracted from shading effects using Landsat images**. **Remote Sensing of Environment** 90, 190-209, 2004.

LONG, A.; PLOEG, J. D. **Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development**. Holanda-The Hague: s.n, s.d. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2013.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002. 187 p.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.57, n.4, p. 65-92, out./dez. 1995. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n4.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

MARANHÃO (estado). **Zoneamento costeiro do estado do Maranhão**. São Luís: Ed. IICA/ GEAGRO/LABOHIDRO, 2003.

_____. Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Regiões de planejamento do estado do Maranhão**. São Luís: SEPLAN, 2008.

_____. Secretaria de Turismo. **Plano maior - Maranhão 2020**: “turismo a certeza do futuro”. São Luís: SETUR, 2011.

_____. Secretaria da Indústria e Comércio. **Plano maior do turismo**. Disponível em: <http://www.sinc.ma.gov.br/areas_programas/prodetur/plano_maior.php>. Acesso em: 13 maio 2016a.

_____. **Maranhão, Ceará e Piauí retomam tratativas para desenvolver a Rota das Emoções**. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/maranhao-ceara-e-piaui-retomam-tratativas-para-desenvolver-a-rota-das-emocoes>>. Acesso em: 08 jun. 2016b.

MARGEM, C. B.; LUGARINE, C.; CAMARGOS, A. C. M.; OLIVEIRA, M. R. F. P. Relatório: diagnóstico socioambiental de 13 povoados inseridos nos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; Barreirinhas-MA; 2008.

MARQUES, Andréia Mesquita Santos. **Planejamento urbano e meio-ambiente: os moradores e a dinâmica urbana do município de Barreirinhas – MA.** 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2012. Disponível em: <http://www.tedeabc.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=807>. Acesso em: 23 out. 2016.

MARTINS, Érica Mantovani. **Desenvolvimento local e atividade turística em Barreirinhas** – cidade portal dos Lençóis Maranhenses. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000144644>>. Acesso em: 12 set. 2016.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-23.

MATOS, F.O.; ARAÚJO, L.L.B. Considerações sobre a regionalização do turismo no 'Meio-Norte' brasileiro. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.14, n.46, p. 38-49, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/17879/12807>>. Acesso em: 23 out. 2016.

MEDEIROS, Lindenberg da Câmara; MORAES, Paulo Eduardo Sobreira. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v.3, n.2, p.198-234, 2013. Disponível em: <<http://www.uninter.com/web/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/viewFile/181/71>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

MENEGUEL, Cinthia Albuquerque; ETCHEBEHERE, Mário Lincoln de Carlos. Parques Nacionais no Brasil e a prática do turismo sustentável. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v.8, n.1, p. 78-94, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/384/444>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

MERCADANTE, Maurício. A lei do sistema nacional de unidades de conservação: uma cunha socioambientalista nas frinchas do edifício conservacionista. Palestra proferida no Seminário Criação e Gerenciamento de Parques no DF: Participação das Comunidades Locais, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Brasília, 2000; e na Semana do Cerrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Disponível em: . Acesso em: 03 abr 2016.

MESQUITA, R. Desenvolvimento Territorial e Cidadania, In: RUMOS. Rio de Janeiro: ABDE, ano XXXII, nº 237, p.22-23, maio/junho 2008.

MILANO, Miguel Serediuk. Por que existem as unidades de conservação? In: _____. (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p.193-208.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MIRANDA, N. de; SAMUDIO, E.; DOURADO, F. A estratégia de operações e a variável ambiental. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.32, n.1, p. 58-67, jan./mar. 1997.

MMA-IBAMA. 2000 SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: MMA-IBAMA.

MMA-IBAMA. 2006. Levantamento De Dados Relativos a Adequação de Equipamentos Facilitadores e Instrumentos de Apoio do Parque Nacional Dos Lençóis Maranhenses – Relatório Técnico Preliminar. Produto 10. Consultora: Sônia Maria Sfair Kinker, PNUD BRANúmero do Contrato – 2004/000848 TR – 109990 Brasília.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MONDO, Tiago Savi. Turismo no rio do Rastro Eco Resort, SC: um relato de experiência. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Campinas, v.9, n.2, p.1-15, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MORIN, E. **O Pensamento Ecologizado**. Primeira publicação deste texto em Le Monde Diplomatique de Outubro de 1989 (N. do E. francês). Versão exertada em: Os Problemas do Fim de Século, Lisboa, Editorial notícias, 1993. Disponível em: <<http://www.contadoresdestorias.wordpress.com/2007/06/04/o-pensamento-ecologizadoedgar-morin/>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MOURA, Danieli Veleda. Justiça Ambiental: um instrumento de cidadania. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v.9, n.1, p.1-10, 2010. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/524/413>>. Acesso em: 04 de mai de 2016.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NUNES, I. **Turismo, desenvolvimento e dependência em Cabo Verde**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11995>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza; ROSSETTO, Adriana Marques. Influência dos Fatores Externos na Decisão Estratégica em Sustentabilidade nas Pequenas Empresas Hoteleiras (artigo). In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8., 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia: EGEPE, 2014. p.1-19. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277711526_Influencia_dos_Fatores_Externos_na_Decisao_Estrategica_em_Sustentabilidade_nas_Pequenas_Empresas_Hoteleiras>. Acesso em: 19 jan. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável**: inventário mundial e análise comparativa de 104 selos ecológicos, prêmios e iniciativas de autocomprometimento. São Paulo: Roca, 2004.

_____. Código mundial de ética para o turismo. Disponível em:<http://www.unwto.org/ethics/full_text/en/pdf/Brazil.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2015.

PAIVA, M. G. M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.44, n. 2, p. 197-213, mar./abr., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200002>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. Análise de programas de turismo no nordeste na perspectiva dos planejamentos participativo e estratégico. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, n.1, p.90-105, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1423>. Acesso em: 23 maio 2016.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PENA, Rodolfo F. Alves. **SIG**. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/sig.htm>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene (Eds.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010. 1027p.

PINHEIRO, Thaís Rosa. O turismo de base comunitária: uma proposta de desenvolvimento sustentável. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE ESCOLAS DE HOTELARIA, GASTRONOMIA E TURISMO, 22., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p.3-11. Disponível em: <http://www.conpehtbrasil.com/dmdocuments/artigo_1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Indicadores do município de Barreirinhas**. Disponível em: <pnud.org.br/atlas>. Acesso em: 10 fev. 2016.

QUINTAS DAS PLANTAS. **Vinagreira**. Disponível em:

<http://quintadasplantas.blogspot.com.br/2014/06/vinagreira_14.html>. Acesso em: 28 jul 2016.

RAYNAUT, Claude, Zanoni, Magda. **La Construction de l'interdisciplinarité en formation intégrée de l'environnement et du développement**. Paris: Unesco, 1993. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000967/096732fb.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

RESENDE, Leticia Antunes. Crescimento econômico e desenvolvimento endógeno do turismo. In: XAVIER, Herbe; OLIVEIRA, Livia de (Orgs). **Dimensões ambientais: a sustentabilidade do turismo**. João Pessoa: UFPB, 2008. 322p.

REVISTA *HOTELNEWS*. **Destinos Sustentáveis**. Edição 377, nov./dez. 2013.

Disponível em:

<http://www.revistahotelnews.com.br/2009/materia.php?id_materia=427>. Acesso em: 08 ago.2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.

Novos Estudos - Cebrap, São Paulo, n.80, p 109-125, mar. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100008>. Acesso em: 28 abr. 2016.

RIEL, Cees. B.M. **Principles of corporate communication**. Hemel Hempstead: Prenntice – Hall, 1995.

ROCKTAESCHEL, Benita Maria Monteiro Muller. **Terceirização em áreas**

protegidas: estímulos ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: SENAC, 2006. 134 p.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 2002. p.55-62.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Teresa D. P. (Orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas/SP: Papirus, 2000. p. 171-188.

RODRIGUES, L.C.; SANTOS, P. A. Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v.4, n.1, p.67- 93, jan./jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/view/61/43>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

ROTA DAS EMOÇÕES. Disponível em:

<<http://www.rotadasemocoos.com.br/arota.html>>. Acesso em: 09. jun. 2016.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SACHS, Ignacy. La lógica del desarrollo. **École de Hautes Études em Sciences Sociales**, Paris, FR, v.24, n.1, p.1-7, 1972.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos. **Planejamento urbano no Brasil e a intervenção urbanística no Igarapé Tucunduba em Belém/PA - 1997/2004**. 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <<http://ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2007/CLEIDIANE%202007.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SANTOS, J. H. S., SANTOS, N. F. B. The lençóis maranhenses: a paradise of Dunes and ponds. In: VIEIRA, B. C., SALGADO, A. A. R; SANTOS, L. J. C. (Orgs.). **Landscapes and landforms of Brazil**. New York: Springer, 2015. p.79-90.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. M.; SILVEIRA, M. L. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002a. p. 23-53.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. (Org.). **Território territórios**. Niterói: UFF/AGB, 2002b.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Potyguara Alencar dos. As ações dos programas de desenvolvimento na costa do nordeste brasileiro: projetos de infraestrutura de grande escala em turismo (PGE-Tur), populações tradicionais marítimas e ações contra-programáticas. CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: IPEA, 2011. p.1-16. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo15.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

SANTOS, S. R. **Turismo sustentável a partir da implantação do plano de desenvolvimento integral do turismo do Maranhão**: o caso do município de Cururupu. 2006. 100f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp037177.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2016.

SAVIOLO, Simone. Bonito. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.1-13, 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115418117001>>. Acesso em: 07 maio 2016.

SEARLE, D.J.; Woods, P.J. Detailed documentation of a Holocene sea-level record in the perth region, southern Western Australia. **Quaternary Research**, v.26, n.3, p.299-308, 1986.

SERPA, A. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

SILVA, D. L. B. **O Início do Turismo no Maranhão**. 2008. Disponível em: <<http://www.zegs.com.br/2008/2/27/Pagina1517.htm>>. Acesso em: 13 maio 2016.

SILVA, J. M.; COSTENARO, A. Planejamento estratégico: um recurso para o desenvolvimento do turismo municipal. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO, 28., Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. n.1-14. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-eso-0622.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SILVA, Jéssica Cristina da; MENEZES, Paula Dutra Leão de. Análise do sistema oficial de classificação dos meios de hospedagem do Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v.3, n.1, p. 57-70, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/751/651>>. Acesso em: 26 out. 2016.

SILVEIRA, C. E.; PAIXÃO, D. L. D.; COBOS, V. J. Políticas públicas de turismo e a política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. **Ciência e Opinião**, Curitiba, v.3, n.1, p.1-15, jan./jun. 2006.

SPILANIS, Ioannis; VAYANNI, Helen. Sustainable tourism: utopia or necessity? The role of new forms of tourism in the Aegean Islands. **Journal of Sustainable Tourism**, San Francisco, v.0, n.0, p.1-23, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255590340_Sustainable_Tourism_Utopia_or_Necessity_The_Role_of_New_Forms_of_Tourism_in_the_Aegean_Islands>. Acesso em: 01 fev. 2016.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002. 140 p.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TASSO, João Paulo Faria. **Turismo na Encruzilhada**: estudo sobre os fatores da inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas-MA). 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8921/3/2011_Jo%C3%A3oPauloFariaTasso.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. **À procura da inclusividade**: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros. 2014. 311 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em:

<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/17973>>. Acesso em 23 ago. 2016.

TOMIO, Dilson. Estrutura do planejamento estratégico do turismo. **Revista de Negócios**, Blumenau, v.5. n. 3, p.1-14, 2000. Disponível em:

<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/400/369>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

TRAVEL WEEK. **Pernambuco ganhará 19 mil leitos até 2014**. 2013. Disponível em:

<http://www.revistahotelnews.com.br/portal/noticia.php?req_url=006&id_noticia=1593>. Acesso em: 08 ago. 2016.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **Turismo básico**. 8. ed. rev. atual. São Paulo: Senac, 2009.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. 33p.

TURCZYNSKI, Diane Francine; OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza. Práticas Sustentáveis para o setor hoteleiro: um estudo no município de Balneário Camboriú/SC. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 7., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CNEG, 2011. p.1-20. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Murilo_Oliveira3/publication/277711011_Praticas_sustentaveis_para_o_setor_hoteleiro_um_estudo_no_municipio_de_Balneario_CamboriuSC/links/5570a6b908aef8e8dc62cac1.pdf?origin=publication_detail>. Acesso em: 12 fev. 2016.

VALÉRIO, Adriana. **Marketing ambiental agrega valor ao produto**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Marketing e Comunicação) – Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2008.

WORLD WILD LIFE FUND-UNITED KINGDOM. **Tourism certification** - an analysis of Green Globe 21 and other tourism certification programmes. Londres: Sinergy, 2000.

YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICES A – Formulários aplicados em meios de hospedagem (resorts, hotéis e pousadas)

FORMULÁRIO 1

Data ___/___/___

1. MEIO DE HOSPEDAGEM

a) classificação:

2. Gestor

a) Gênero: () Feminino () Masculino

b) Formação: _____

c) Função: _____

1. O hotel encontrou problema para se instalar no litoral? Quais

2. O que foi exigido do Estado? Fizeram relatório de Impacto ambiental e EIA-Rima?

3. O hotel tem algum tipo de relacionamento ou parcerias com organismos ambientais? Como atuam?

4. O hotel recicla o lixo? Ou o que faz com os de resíduos sólidos e líquidos?

5. Utiliza mecanismos de eficiência de energia e de água? Como funciona?

6. A empresa disponibiliza informação ambiental clara e precisa sobre os seus produtos, serviços e atividades aos clientes, fornecedores?

Como?

7. A empresa proporciona oportunidades de estágio ou de trabalho para jovens da comunidade?

Como e em que área? Capacita o funcionário como?

8. Quais produtos a empresa compra no mercado local / regional?

9. A empresa oferece apoio às atividades e projetos da comunidade? quais e como?

10. A empresa efetua parcerias com empresas de formação, escolas e/ou universidades? Como realizam?

11. Como a empresa mantém relação com a comunidade onde se aloca?

12. Quais os fatores que influenciaram a implementação de práticas sustentáveis?

13. Existe alguma medida sustentável sendo desenvolvida que não tenha sido apresentada neste formulário? Quais?

APÊNDICES B – Formulários aplicados em setor público (SEMA e SETUR)

FORMULÁRIO 2

Data ___/___/___

1. Gestor

a) Função: _____

b) Formação: _____

1. Você consegue identificar quais os impactos causados pelos hotéis?

2. Que medidas são tomadas para controlar os impactos?

3. Quais medidas tomadas em situação de implantação de empreendimentos na região?

4. O ESTADO fiscaliza quanto à aplicabilidade de medidas sustentáveis e mensuração de impactos gerados pelos empreendimentos de hospedagem? Como?

5. Existe algum empreendimento com problemas relacionados à organismos ambientais devido à impactos gerados?

6. Como a prefeitura controla a alocação dos hotéis no litoral?

7. Quais as principais dificuldades ou entraves em questões relacionadas à sustentabilidade na região?

APÊNDICES C – Formulários aplicados à comunidade – liderança comunitária

FORMULÁRIO 3

Data ___/___/___

1. Líder comunitário

Lugar _____

Formação: _____

2. Os hotéis proporcionam oportunidades de trabalho a pessoas pertencentes à comunidade?

3. No quadro funcional das empresas hoteleira em quais áreas é mais comum a comunidade ser empregada?

4. Com o aumento do número de hotéis no município houve mais oportunidade de trabalho para a comunidade?

5. Quais as ações sociais são desenvolvidas pelas empresas hoteleiras na comunidade?

Como funciona?

6. Como a comunidade tem se preparado para aproveitar as oportunidades geradas pelas empresas hoteleiras?

7. Quais as principais dificuldades na relação da comunidade e as empresas hoteleiras?

APÊNDICES D – Matriz de classificação de MH (resort) – sustentabilidade

Requisitos / Resort		Categoria		
Nº	Descrição	****	*****	Obs
1.	Medidas permanentes para redução do consumo de energia elétrica	M	M	1
2.	Medidas permanentes para redução do consumo de água	M	M	1
3.	Medidas permanentes para o gerenciamento dos resíduos sólidos, com foco na redução, reuso e reciclagem.	M	M	2
4.	Monitoramento das expectativas e impressões do hóspede em relação ao serviços ofertados, incluindo meios para pesquisar opiniões, reclamações e solucioná-las.	M	M	
5.	Programa de treinamento para empregados	M	M	3
6.	Medidas permanentes de seleção de fornecedores (critérios ambientais, socioculturais e econômicos) para promover a sustentabilidade.	EL	EL	
7.	Medidas permanentes de sensibilização para os hóspedes em relação à sustentabilidade	M	M	
8.	Medidas permanentes para valorizar a cultura local	M	M	4
9.	Medidas permanentes para geração de trabalho e renda, para a comunidade local	M	M	
10.	Medidas permanentes para promover produção associada ao turismo	EL	M	5
11.	Medidas permanentes para minimizar a emissão de ruídos das instalações, maquinário e equipamentos, das atividades de lazer e entretenimento de modo a não perturbar o ambiente natural, o conforto dos hóspedes e a comunidade local	EL	EL	
12.	Medidas permanentes para tratamento de efluentes	EL	EL	
13.	Medidas permanentes para minimizar a emissão de gases e odores provenientes de veículos, instalações e equipamentos	EL	EL	
OBSERVAÇÕES: Mandatório (M) e Eletivo (EL)				
1. As ações devem incluir monitoramento do consumo, utilização de fontes alternativas, coleta e aproveitamento da água da chuva etc.				
2. As boas práticas de gestão de resíduos preconizam os chamados "3 R", que são reduzir, reutilizar e reciclar. Nem sempre há disponibilidade de facilidades para reciclagem. O empreendimento deve evidenciar a implementação da abordagem dos "3 R" no gerenciamento dos seus resíduos sólidos, de acordo com as boas práticas consagradas (por exemplo, coleta seletiva).				
3. Deve incluir os temas da redução do consumo de energia elétrica, de água e da produção de resíduos sólidos.				
4. Por exemplo: itens de entretenimento, gastronomia, decoração, etc				
5. Considera-se produção associada ao turismo a produção artesanal, agropecuária ou industrial que detenha atributos naturais ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor ao produto turístico				

Fonte: Adaptado de SBClass (MTUR, 2016).

APÊNDICES E – Matriz de classificação de MH (hotel) – sustentabilidade

Requisitos / Hotel		Categoria					Obs
Nº	Descrição	*	**	***	****	*****	
1.	Medidas permanentes para redução do consumo de energia elétrica	M	M	M	M	M	1
2.	Medidas permanentes para redução do consumo de água	M	M	M	M	M	1
3.	Medidas permanentes para o gerenciamento dos resíduos sólidos, com foco na redução, reuso e reciclagem.	M	M	M	M	M	2
4.	Monitoramento das expectativas e impressões do hóspede em relação ao serviços ofertados, incluindo meios para pesquisar opiniões, reclamações e solucioná-las.	EL	EL	M	M	M	
5.	Programa de treinamento para empregados	EL	EL	M	M	M	3
6.	Medidas permanentes de seleção de fornecedores (critérios ambientais, socioculturais e econômicos) para promover a sustentabilidade.	EL	EL	EL	M	M	
7.	Medidas permanentes de sensibilização para os hóspedes em relação à sustentabilidade	EL	EL	EL	M	M	3
8.	Medidas permanentes para valorizar a cultura local	EL	EL	EL	EL	EL	4
9.	Medidas permanentes de apoio a atividades socioculturais	EL	EL	EL	EL	EL	
10.	Medidas permanentes para geração de trabalho e renda, para a comunidade local	EL	EL	EL	EL	EL	
11.	Medidas permanentes para promover produção associada ao turismo	EL	EL	EL	EL	EL	5
12.	Medidas permanentes para minimizar a emissão de ruídos das instalações, maquinário e equipamentos, das atividades de lazer e entretenimento de modo a não perturbar o ambiente natural, o conforto dos hóspedes e a comunidade local	EL	EL	EL	EL	EL	
13.	Medidas permanentes para tratamento de efluentes	EL	EL	EL	EL	EL	
14.	Medidas permanentes para minimizar a emissão de gases e odores provenientes de veículos, instalações e equipamentos	EL	EL	EL	EL	EL	
OBSERVAÇÕES: Mandatório (M) e Eletivo (EL)							
1. As ações devem incluir monitoramento do consumo, utilização de fontes alternativas, coleta e aproveitamento da água da chuva etc.							
2. As boas práticas de gestão de resíduos preconizam os chamados "3 R", que são reduzir, reutilizar e reciclar. Nem sempre há disponibilidade de facilidades para reciclagem. O empreendimento deve evidenciar a implementação da abordagem dos "3 R" no gerenciamento dos seus resíduos sólidos, de acordo com as boas práticas consagradas (por exemplo, coleta seletiva).							
3. Deve incluir os temas da redução do consumo de energia elétrica, de água e da produção de resíduos sólidos.							
4. Por exemplo: itens de entretenimento, gastronomia, decoração, etc.							
5. Considera-se produção associada ao turismo a produção artesanal, agropecuária ou industrial que detenha atributos naturais ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor ao produto turístico							

Fonte: Adaptado de SBClass (MTUR, 2016).

APÊNDICES F – Matriz de classificação de MH (pousada) – sustentabilidade

Requisitos / Pousada		Categoria					Obs
Nº	Descrição	*	**	***	****	*****	
1.	Medidas permanentes para redução do consumo de energia elétrica	M	M	M	M	M	1
2.	Medidas permanentes para redução do consumo de água	M	M	M	M	M	1
3.	Medidas permanentes para o gerenciamento dos resíduos sólidos, com foco na redução, reuso e reciclagem.	M	M	M	M	M	2
4.	Monitoramento das expectativas e impressões do hóspede em relação ao serviços ofertados, incluindo meios para pesquisar opiniões, reclamações e solucioná-las.	EL	EL	M	M	M	
5.	Programa de treinamento para empregados	M	M	M	M	M	3
6.	Medidas permanentes de seleção de fornecedores (critérios ambientais, socioculturais e econômicos) para promover a sustentabilidade.	EL	EL	EL	EL	EL	
7.	Medidas permanentes de sensibilização para os hóspedes em relação à sustentabilidade	EL	EL	EL	M	M	
8.	Medidas permanentes para valorizar a cultura local	EL	EL	M	M	M	4
9.	Medidas permanentes para geração de trabalho e renda, para a comunidade local	M	M	M	M	M	
10.	Medidas permanentes para promover produção associada ao turismo	EL	EL	EL	EL	M	5
11.	Medidas permanentes para minimizar a emissão de ruídos das instalações, maquinário e equipamentos, das atividades de lazer e entretenimento de modo a não perturbar o ambiente natural, o conforto dos hóspedes e a comunidade local	EL	EL	EL	EL	EL	
12.	Medidas permanentes para tratamento de efluentes	EL	EL	EL	EL	EL	
13.	Medidas permanentes para minimizar a emissão de gases e odores provenientes de veículos, instalações e equipamentos	EL	EL	EL	EL	EL	
OBSERVAÇÕES: Mandatório (M) e Eletivo (EL)							
1. As ações devem incluir monitoramento do consumo, utilização de fontes alternativas, coleta e aproveitamento da água da chuva etc.							
2. As boas práticas de gestão de resíduos preconizam os chamados "3 R", que são reduzir, reutilizar e reciclar. Nem sempre há disponibilidade de facilidades para reciclagem. O empreendimento deve evidenciar a implementação da abordagem dos "3 R" no gerenciamento dos seus resíduos sólidos, de acordo com as boas práticas consagradas (por exemplo, coleta seletiva).							
3. Deve incluir os temas da redução do consumo de energia elétrica, de água e da produção de resíduos sólidos.							
4. Por exemplo: itens de entretenimento, gastronomia, decoração, etc							
5. Considera-se produção associada ao turismo a produção artesanal, agropecuária ou industrial que detenha atributos naturais ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor ao produto turístico							

Fonte: Adaptado de SBClass (MTUR, 2016).

ANEXOS

ANEXO A – Sistema de gestão da sustentabilidade para meios de hospedagem
ABNT NBR 15401:2014

NORMA
BRASILEIRA

**ABNT NBR
15401**

Segunda edição
20.05.2014

Válida a partir de
20.06.2014

**Meios de hospedagem — Sistema de gestão
da sustentabilidade — Requisitos**

*Accommodations facilities — Sustainability management system —
Requirements*

Exemplar para uso exclusivo - ELAINE CRISTINA SILVA FERNANDES - 867.384.233-04 (Pedido 609607 Ingressos: 15/10/2016)

ICS 03.200

ISBN 978-85-07-04979-1



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS

Número de referência
ABNT NBR 15401:2014
30 páginas

© ABNT 2014